

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 61/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2025	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	LUCAS DO NASCIMENTO LEDES DEMATTE	06/10/2025 11:26 (v 2.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	22/2025	50000.008494/2024-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 50000.008494/2024-24)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de engenharia de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e reparos das instalações físicas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como adaptações dos ambientes nos edifícios administrados pelo Ministério dos Transportes, em Brasília/DF. Os serviços abrangem as diversas áreas das instalações, como sistemas elétricos, hidrossanitários, prevenção e combate à incêndio, cabeamento estruturado, no-breaks, bancos de bateria, grupos geradores, Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA), águas pluviais, alarmes, circuito fechado de televisão digital, entre outros. E ainda, inclui a prestação de serviços eventuais, sob demanda, para instalações e remanejamentos desses sistemas, com o fornecimento de materiais, peças e componentes de reposição necessários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Catser	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Serviço de mão de obra fixa	1627	Posto	01	R\$ 7.640.458,00	R\$ 7.640.458,00
02	Fornecimento de materiais	1627	unid.	01	R\$ 6.255.455,43	R\$ 6.255.455,43
03	Serviços eventuais sob demanda	1627	unid.	01	R\$ 3.374.713,27	R\$ 3.374.713,27
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 17.270.626,70

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção comprometerá o desenvolvimento das atribuições institucionais do órgão, de maneira a causar sérios prejuízos à Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a metodologia de fiscalização a ser empregada, relatórios mensais sobre a qualidade do serviço.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Registra-se que este Termo de Referência não exige a classificação ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024
- III) Id do item no PCA: 71
- IV) Classe/Grupo: 545 - Tipos Especiais de Serviços de Construção
- V) Identificador da Futura Contratação: 390004-22/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, outubro 2024, 7ª Edição:
- 4.1.1. Item 18 do Guia Nacional - A Contratada deverá providenciar o recolhimento dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuir, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- a) questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- b) redução do consumo;
- c) análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- d) estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- e) fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- f) fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- g) fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).
- 4.1.2. Em observância às Instruções Normativas e Leis vigentes que norteiam os requisitos da contratação, considerarão a utilização de técnicas, materiais e equipamentos que visam reduzir o impacto ambiental, tais como:

4.1.2.1. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, nº448 de 18 de janeiro de 2012;

4.1.2.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, feitos pela Resolução CONAMA nº448 de 18/01/2012 e do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4.1.2.3. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, feitos pela Resolução CONAMA nº448 de 18/01/2012 o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber,

4.1.2.4. Instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.1.2.5. Controle da emissão de ruídos que não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

4.1.2.6. Utilização de agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

4.1.2.7. Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços.

4.1.2.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no item 5.21 a 5.23 do Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. Serviço de mão de obra fixa; e

4.4.2. Fornecimento de materiais.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. Serviços eventuais sob demanda.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Contratada terá responsabilidade solidária por atos e omissões da subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

- 4.11.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionais.
- 4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela Contratada, deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado a Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.17.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.17.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.17.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada.
- 4.18. Em caso de seguro-garantia, recomenda-se que a apólice tenha, preferencialmente, cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da Contratada, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.22. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.22.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.24.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.24.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.25. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é essencial para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, no entanto é facultativa. Caso haja interesse, será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.30.1. Para solicitação da vistoria, deverá ser encaminhado o pedido no e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br.

4.30.2. A vistoria é recomendada para que as empresas tomem pleno conhecimento das dificuldades inerentes aos serviços e das características das instalações oferecidas, utilizando-se da ocasião para sanar possíveis dúvidas que afetarão a formulação das propostas de preços, não podendo alegar desconhecimento durante a execução do contrato.

4.30.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Métodos/Tecnologia procedimentos:

a) Para os serviços de mão de obra fixa serão atendidos os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, inclusive reparos, adequações e adaptações, seguindo os seguintes procedimentos:

a.1) Vistoria da solicitação;

a.2) Relatório técnico do serviço solicitado;

a.3) Elaboração da planilha orçamentária preliminar pela Contratada;

a.4) Autorização da execução dos serviços;

a.5) Abertura de ordem de serviço;

a.6) Execução da ordem de serviço.

a.7) A Ordem de Serviço será emitida com os dados básicos da contratação, e na execução, o responsável pela equipe residente que acompanhar os serviços deverá anotar o nome dos funcionários e/ou técnicos que participaram da execução, a data da realização, o tempo utilizado para a execução, computados desde o início dos serviços até a comunicação de serviços concluídos feita pelo responsável da equipe, observações que julgar relevantes e o recebimento provisório quando do término dos serviços previstos na OS.

a.8) A Contratada deverá disponibilizar a composição mínima necessária da equipe de manutenção, de forma a assegurar a adequada execução dos serviços previstos nas Ordens de Serviço, observando, de maneira estrita, os prazos de atendimento estabelecidos no item 7.12.7 do Estudo Técnico Preliminar. O atendimento deverá ser realizado com presteza e eficiência, buscando-se a conclusão das atividades no menor tempo possível e, preferencialmente, dentro de um mesmo turno de trabalho.

a.9) O Relatório Técnico e Planilha Orçamentária Preliminar supracitados, deverão ser apresentados à Fiscalização da Contratante para avaliação e aprovação, de acordo com as seguintes condições:

a.9.1) Na eventualidade dos serviços exigirem quantidades de insumos maiores que o previsto na planilha orçamentária, estas quantidades deverão ser justificadas pela Contratada, avaliadas pela Fiscalização e aprovadas pela mesma, procedendo-se o acréscimo das quantidades e valores na Ordem de Serviço com os valores unitários previstos para os insumos da composição preliminar.

b) Os Serviços Eventuais Sob Demanda consistem em atividades que, devido ao seu alto grau de complexidade e especialização, não podem ser realizadas pela mão de obra prevista no contrato. Não se tratam de serviços de manutenção propriamente ditos, pois são trabalhos de pequena monta, de natureza semelhante, mas com grande diversidade, e não seria viável a contratação de forma individualizada e ocorrem conforme a demanda.

b.1) A Contratante, por intermédio da Fiscalização, convocará a empresa contratada para, sempre que necessário, realizar serviços eventuais de adaptação, adequação, recuperação, conserto, conservação e reparo, os quais não serão executados pela equipe fixa de manutenção, salvo se autorizado expressamente pela Fiscalização da Contratante.

b.1.1) Tais trabalhos serão executados por profissionais qualificados e especializados, sob acompanhamento e orientação do Engenheiro Civil Pleno (Líder) ou pelo engenheiro responsável.

b.2) Os serviços eventuais, constantes da relação exemplificativa abaixo, poderão envolver especialidades profissionais de soldador, serralheiro, pintor, pedreiro, servente de pedreiro, gesso, cadista, artífice de manutenção em marcenaria e divisórias; esquadreiro, ajudantes gerais, cabista, técnico em áudio/TV a cabo, técnico em sistemas de para-raios, vidraceiro, técnico em telefonia, técnico bombeiro hidráulico, ajudante de bombeiro, técnico eletricitista, ajudante de eletricitista, técnico com especialização em instalações elétricas, técnico com especialização em instalações hidrossanitárias, técnico em rede estabilizada, técnico em eletrônica, técnico operador de gerador e técnico operador de sistema de supervisão e controle predial:

- serviço de cabeamento e dutamento do sinal de áudio e vídeo (TV a cabo);
- serviço de manutenção em obras civis;
- serviço de fornecimento e instalação de carpete, papel de parede, película jateada, película decorativa e reflexiva;
- serviço de fornecimento e instalação de rodapé de madeira e placa de granito;
- manutenção de grupo motor gerador de energia;
- serviço de pintura;
- serviço de serralheria e solda;
- serviço em esquadrias metálicas e vidraçaria;
- serviço de instalação e recuperação em forro e divisória;
- serviços iniciais, instalações de canteiros e andaimes;
- recarga, testes em extintores e testes em mangueiras para combate a incêndio;
- esgotamento de caixas de gordura e esgoto;
- transporte de entulho;

- serviço em portas e portões deslizantes;
- serviço na rede elétrica e rede elétrica estabilizada;
- serviço na rede lógica;
- serviço na rede hidrossanitária;
- serviço na rede de hidrantes e sprinklers;
- serviço no sistema de manejo e controle de fumaça e alarme de incêndio;
- serviço em CFTV (Circuito Fechado de Televisão);
- serviço em sistema de alarme;
- serviço no sistema de condicionamento e refrigeração de ar;
- serviço de manutenção em subestação de energia, quadros de média e baixa tensão;
- serviço de carpintaria e marcenaria.

b.3) Os serviços e/ou materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços poderão ser solicitados a contratada, que apresentará proposta para análise técnica e aprovação da Contratante. O índice BDI deverá estar computado explicitamente na proposta apresentada.

b.3.1) Os valores de referência para os serviços e/ou materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços serão baseados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI da Caixa Econômica Federal, de acordo com a localidade de Brasília (DF).

b.3.2) Os custos que, justificadamente, não puderem ser obtidos por meio do SINAPI, poderão ser obtidos na Tabela de Orçamento de Obras de Sergipe - ORSE/SE, na Tabela da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP/PA, na Tabela da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS/SP, no Sistema Brasileiro de Custos - SBC.

b.3.2.1) Caso a cotação seja realizada por alguma destas tabelas supracitadas, o valor a ser definido será da data da tabela referencial utilizada do período do orçamento estimado da licitação, conforme item 7.66 deste Termo.

b.3.2.2) A tabela de referência será atualizada a cada 12 (doze) meses, observando-se os valores da tabela vigente.

b.3.3) Ainda, caso haja necessidade de subcontratação de serviços ou aquisição de materiais não previstos nas tabelas referenciais, a Contratada deverá apresentar previamente à Fiscalização, no mínimo, 3 (três) propostas válidas de empresas do ramo. As propostas deverão conter, obrigatoriamente, a identificação da empresa (razão social), marca, especificações técnicas dos insumos, materiais e/ou serviços, valores unitários e totais, bem como a discriminação dos custos diretos e indiretos. A escolha deverá recair, preferencialmente, sobre a proposta de menor preço, assegurada a compatibilidade técnica com o objeto demandado.

b.3.4) Ainda, sobre os serviços e/ou materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços, o percentual de desconto obtido no certame, conforme itens 5.6.13.6 e 5.6.14.3 deste Termo, deverá ser igualmente aplicado sobre os valores obtidos nas tabelas referenciais, não sendo necessária a aplicação do desconto nos orçamentos apresentados pelos fornecedores.

b.3.4.1) Nesse caso, deverá ser aplicado o BDI de materiais ou BDI de Serviços Eventuais previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços, a depender do caso (materiais e/ou serviços).

b.4) Será permitida a subcontratação do objeto desta contratação, referente à execução dos serviços eventuais, a qual deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização da Contratante, sem que haja qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

b.5) Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte da Equipe de Fiscalização, que poderá realizar pesquisa de preço e caso o valor obtido seja menor do que o apresentado pela Contratada, esta deverá acatar o valor informado pela Administração.

5.1.2.2. Frequência e Periodicidade:

ITEM	PERIODICIDADE
Serviços de mão de obra fixa	Diária.
Fornecimento de material	Sob demanda.
Serviços eventuais sob demanda	Ocasionalmente e/ou periódico.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";

b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;

c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210; e

d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

5.2.1. Os serviços poderão ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo MT, ou, excepcionalmente e acompanhados de servidores dos órgãos, em outras localidades informadas previamente, em Brasília- DF, mediante celebração prévia de termo aditivo e desde que atendidos os requisitos legais das alterações contratuais, a serem analisados em cada caso concreto.

5.2.2. O local de referência da mão de obra residente será nas edificações do bloco R. Quando necessário, a contratada deverá realizar o traslado da equipe residente para os Setores de Garagens sem ônus para a Contratante.

5.2.3. Nos termos da Portaria nº 1510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, a Contratada deverá instalar e manter, durante a vigência e execução do Contrato, no mínimo, 1 (um) equipamento eletrônico, capaz de registrar o efetivo horário de entrada, intervalos e saída dos empregados a serem contratados. O equipamento deverá ter capacidade de reconhecimento biométrico dos colaboradores, de forma a garantir a segurança dos dados e registros. O registro eletrônico dos pontos devem ficar à disposição imediata dos colaboradores, para facilitação do controle de horas.

5.2.4. A Contratada deverá instalar e manter durante a vigência do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura do contrato, sem ônus à Contratante, equipamentos digitais por meio biométrico e/ou programa/aplicativo para registrar o efetivo horário de entrada, intervalos e saída do empregado.

5.2.4.1. Se optar por ponto eletrônico deverá ser instalado 1 (um) equipamento biométrico no Edifício Sede e 1 (um) no Edifício Anexo, conforme endereços citados no subitem 5.2;

5.2.4.2. O equipamento é de propriedade da Contratada, que se responsabiliza pela sua manutenção, substituição e retirada ao término da vigência contratual, assim como pela correta orientação de seus prestadores de serviços para o manuseio do equipamento;

5.2.4.3. Os equipamentos deverão ter capacidade de reconhecimento biométrico dos colaboradores ou facial, de forma a garantir a segurança dos dados e registros. Se facial, os registros só devem ocorrer nas dependências das edificações citadas; e

5.2.4.4. O comprovante do registro eletrônico dos pontos devem ficar à disposição imediata dos colaboradores, para facilitação do controle de horas.

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

5.3.1. Para o cargo de Jardineiro, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, conforme dispõe na Instrução Normativa SEGES /MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, no horário compreendido entre 7h e 21h59m, com o devido intervalo para alimentação, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em jornadas diárias de 08h de segunda à sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

5.3.2. Para os demais cargos a jornada será de 44 (quarenta e quatro) horas de segunda a sexta-feira, entre 7h e 21h59, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

5.3.3. A jornada de serviços dos plantonistas será 12 x 36 horas - Diurno, no horário de 07h às 19h e 12x 36 horas - Noturno, no horário de 19h às 7h. Ambos os turnos são de segunda a domingo, inclusive em feriados, em regime de plantão permanente.

5.3.4. Em casos excepcionais, poderão ser solicitadas demandas que necessitem ser executadas aos sábados, domingos e feriados, e período noturno. Serviços em gabinetes, na maioria das vezes, serão realizados em horários não comerciais.

5.3.4.1. Eventuais atividades fora do horário comercial deverão ser requisitadas com antecedência de 2 (dois) dias úteis e acordado junto à fiscalização.

5.3.4.2. Poderá ser autorizada a execução em horários alternativos, noturnos, finais de semana ou feriados e recessos, mediante prévia comunicação. Neste caso, a jornada extraordinária não gerará quaisquer ônus extras ao contratante, devendo a proposta da licitante considerar eventuais custos adicionais para o cumprimento dos prazos prescritos.

5.3.4.3. Nos casos de demandas que possam causar interrupções no funcionamento dos sistemas ou causar problemas ao normal funcionamento das áreas, a fiscalização programará junto à empresa a execução dos serviços em outros horários e dias, sendo sempre com prévia autorização.

5.3.5. Os registros de frequência deverão ser apresentados mensalmente e devidamente atestados pelos colaboradores à Contratante para efeitos de faturamento e acompanhamento.

5.3.6. Não haverá a prática de horas extras.

5.3.7. Poderá haver compensação de jornada, desde que atendidos os requisitos e procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/MGI n. 81, de 12 de setembro de 2024.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A execução contratual observará as rotinas que será apresentada pela Contratada à Contratante, juntamente com o Plano de Manutenção, Anexo do Estudo Técnico Preliminar, indicando equipamentos, materiais, dias e horários em que serão executadas.

5.4.1.1. Para garantir a execução adequada dos serviços, a Contratante apresentará o Plano de Manutenção Predial, e torna-se essencial que a Contratada realize a vistoria para apresentar um Plano de Manutenção completo e definitivo.

5.4.1.2. Tal exigência se justifica pelo fato de que a contratada possui expertise técnica específica, bem como conhecimento detalhado das condições reais das edificações, o que possibilita a complementação e aprimoramento do plano previamente elaborado pela Administração.

5.4.1.3. Essa análise deve abranger aspectos técnicos e operacionais, e ser entregue no início da execução do contrato, conforme estabelecido nos anexos deste Termo.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Planilha de relação de Materiais, (estoque mínimo a ser mantido pela Contratada), visando atender à demanda necessária para garantir a continuidade dos serviços, constarão em Anexo do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, e que se tornará parte integrante desta, observados os preços unitários máximos indicados em Edital e anexos além do preço global;

5.6.2. A proposta de preços deverá ser em papel timbrado da proponente, constando o seu endereço, razão social, CNPJ, número de telefone, endereço eletrônico, mencionando o número e o objeto da licitação;

5.6.3. As planilhas de custos das licitantes devem ser formuladas e apresentadas, para cada categoria profissional, de acordo com formato de planilha disponibilizado pela Administração, em versão de arquivo editável de forma a permitir sua análise e verificabilidade;

5.6.4. A licitante deverá declarar em sua proposta se a Contribuição Previdenciária incidirá sobre a Receita Bruta – CPRB, nos termos da Lei nº 12.546/2011. Considerando que o período inicial de vigência da futura contratação (um ano) engloba 2 (dois) períodos distintos de que trata a Lei nº 14.973/2024, a proposta de preços deverá ser apresentada em conformidade com a situação da empresa, que estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento. Para tanto, a empresa deverá submeter 2 (duas) planilhas de preços, contemplando os seguintes cenários:

a) Planilha 1 – Valores com a carga tributária vigente no presente exercício (2025), considerando apenas o mês de dezembro de 2025;
b) Planilha 2 – Valores de preços considerando os efeitos da reoneração gradual no exercício de 2026, atendendo o período de janeiro de 2026 a novembro de 2026.

c) Desta forma, somados os períodos da "Planilha 1" e "Planilha 2", resultará no prazo de 12 (doze) meses previstos para esta contratação.

5.6.5. Os serviços a serem prestados nas Unidades do MT serão contratados com base em postos de serviços, estabelecendo-se o custo por posto, observadas as peculiaridades de cada posto de serviço em consonância com Anexo V, item 2.6, alíneas "d" e "d.1" da IN 05/2017;

5.6.6. Os benefícios mensais e diários, vale transporte e vale alimentação, para fins de cálculo da proposta, foram considerados a média de dias úteis mensais, sendo 21 (vinte e um) dias;

5.6.7. Conforme entendimento consolidado no Acórdão nº 1207/2024-TCU-Plenário, somente serão aceitas propostas de empresas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação;

5.6.8. As empresas deverão ainda entregar junto com a sua proposta de preços:

a) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

b) Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão das regras do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

5.6.9. A responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

5.6.10. Será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

5.6.11. A aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, deverá estar em conformidade ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021.

5.6.12. Para a formação dos preços dos postos de serviços foram utilizados as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho:

- a) CCT 2023/2025-DF000498/2023 - Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal.
- b) CCT 2025/2026-DF000042/2025 - Sindiserviços/DF.
- c) CCT 2024/2025-DF000334/2024 - Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal.
- d) CCT 2024/2025-DF000250/2024 - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal.

5.6.12.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços constará como anexo deste Termo de Referência, contendo o detalhamento completo dos postos de serviços previstos para a presente contratação. Esse documento servirá como base para a elaboração das propostas pelas licitantes, de modo a assegurar transparência, padronização e igualdade de condições na formulação dos lances.

5.6.12.2. Vale esclarecer que, para alguns postos, foi previsto adicional de periculosidade e insalubridade em sua composição da remuneração. Segue relação dos postos com essa previsão e o percentual adicionado:

POSTOS	INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE
Arquiteto	-	-
Almoxarife	-	-
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	-	30%
Bombeiro Hidráulico	40%	-
Eletricista Predial	-	30%
Encarregado Geral	-	-
Engenheiro Civil Pleno	-	-
Engenheiro Civil	-	-
Engenheiro Eletricista	-	-
Engenheiro Mecânico	-	-
Jardineiro	20%	-
Marceneiro	20%	-
Pedreiro	20%	-
Pintor	-	30%
Serralheiro/Soldador	-	30%
Técnico em Edificações	-	-
Técnico de Rede e Telefonia	-	30%
Plantonista: Oficial de Manutenção - Diurno	-	30%
Plantonista: Oficial de Manutenção - Noturno	-	30%

5.6.12.3. Ainda, para o posto de Plantonista: Oficial de Manutenção Noturno foi previsto o "adicional noturno" (11,67%) e o "adicional de hora noturna reduzida" (10%).

5.6.13. Do fornecimento de materiais:

5.6.13.1. Os materiais fornecidos pela Contratada para a execução dos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e fornecidos de acordo com as especificações, submetendo-se à aprovação da fiscalização, bem como possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, conforme as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.6.13.2. Os valores de referência para os materiais serão baseados na proposta da empresa contratada.

5.6.13.3. Nessa pesquisa foi feita a análise crítica da planilha de material do contrato vigente, excluindo itens que não foram utilizados durante a vigência do contrato atual e acrescentando outros considerados pertinentes.

5.6.13.4. A planilha de Custos e Formação de Preços constará como anexo deste Termo de Referência, para as empresas realizarem a cotação dos materiais previstos, sendo utilizado como critério de julgamento, menor preço.

5.6.13.5. Para assegurar a adequada compreensão desta etapa da proposta, fica vedado à empresa apresentar valor superior ao estimado pela Administração, de modo a evitar práticas como o chamado “*jogo de planilha*”.

5.6.13.6. Após a apresentação dos lances pelas licitantes, será calculado o percentual de desconto do item 2 (planilha de materiais), obtido a partir da diferença entre o **valor total estimado para o item**, pela Administração, e o **valor total ofertado para o item pela licitante**. Esse percentual será aplicado como **desconto** nas condições estabelecidas no item 5.1.2.1.b.3.4 deste Termo.

5.6.13.7. A fórmula do percentual de desconto a ser aplicado será a seguinte:

$$PD = \frac{VE - VO}{VE} \times 100$$

Onde:

- **PD** = Percentual de Desconto
- **VE** = Valor Total Estimado pela Administração
- **VO** = Valor Total Ofertado pela Licitante

5.6.14. Do serviços eventuais sob demanda:

5.6.14.1. Para definição do valor estimado no que tange aos serviços eventuais sob demanda, foi elaborada planilha de custos e formação de preços que constará como Anexo deste Termo de Referência, para as empresas realizarem a cotação dos serviços previstos, sendo utilizado como critério de julgamento, o menor preço.

5.6.14.2. Para assegurar a adequada compreensão desta etapa da proposta, fica vedado à empresa apresentar valor superior ao estimado pela Administração, de modo a evitar práticas como o chamado “*jogo de planilha*”.

5.6.14.3. Após a apresentação dos lances pelas licitantes, será calculado o percentual de desconto do item 3 (planilha de serviços eventuais sob demanda), obtido a partir da diferença entre o **valor total estimado para o item**, pela Administração, e o **valor total ofertado para o item pela licitante**. Esse percentual será aplicado como **desconto** nas condições estabelecidas no item 5.1.2.1.b.3.4 deste Termo.

5.6.14.4. A fórmula do percentual de desconto a ser aplicado será a mesma prevista no item 5.6.13.7 deste Termo.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário previsto na aba "EPI" que se encontra dentro do Anexo> Planilha de Custos e Formação de Preços, anexo deste Termo.

5.8.2. A empresa deverá disponibilizar ao empregado na data de início da execução do contrato 01 (um) conjunto completo ao empregado, conforme especificado na tabela acima, devendo ser substituído esse conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.8.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos:

5.8.3.1. Ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Brasília e com o posto de serviço, durável e que não desbota nem amasse facilmente.

5.8.3.2. Todos os sapatos deverão oferecer conforto aos funcionários e dificultar a proliferação de bactérias pelo suor.

5.8.3.3. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da empresa, de forma visível, preferencialmente, na própria blusa/camisa.

5.8.3.4. É vedado à empresa utilizar modelos de uniformes que causem constrangimento aos empregados.

5.8.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o Preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do Preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal técnico fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.3.6. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.33.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

- 6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.45. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.51. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.52. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.56. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.56.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.58. Cabe ao gestor do contrato:

6.58.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.58.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.58.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.58.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.58.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.58.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.58.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.58.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.58.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;

6.58.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.59. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e fornecimento de materiais.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Os critérios de aferição estarão devidamente explicitados em Anexo (IMR) deste Termo de Referência.

7.4.2. O procedimento de aferição dos serviços deverá ser realizado periodicamente pela fiscalização do contrato, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão realizados via Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro sistema que vier a substituí-lo, por meio de processos de fiscalização e pagamento.

Do recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Custo de Construção - INCC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratada.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, a Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.1.1. Para o posto de Engenheiro Civil (Líder), a repactuação para reajustamento seguirá os parâmetros de benefícios e atualização financeira disponibilizadas da Convenção Coletiva de Trabalho prevista para o posto de Engenheiro Civil.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benefícios ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa Contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa Contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa Contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa Contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Custo de Construção - INCC, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível a Contratante ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. A Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso a Contratada esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/09/2025, considerando as planilhas referencias: SINAPI 07/2025, ORSE 02/2025 e SBC 03/2025.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Custo de Construção - INCC e/ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.74. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.74.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.75. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.76. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.77. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.78. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.79. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.80. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.80.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.80.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.80.3 Multa sobre o FGTS; e

7.80.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.81. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.82. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.83. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.84. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.85. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.86. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.87. A Contratada deverá apresentar a Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.88. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,7% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 0,5% a 1,5% do valor do Contrato.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 2,0% a 3,0% do valor do Contrato.

8.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 2,0% a 3,0% do valor do Contrato.

8.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 2,0% a 3,0% do valor do Contrato.

8.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% a 1,5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações;

8.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 8.9.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos da Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. Valor global: **R\$ 17.270.626,70**

9.4.2. custos unitários relevantes:

- Item 1: R\$ 7.640.458,00
- Item 2: R\$ 6.255.455,43
- Item 3: R\$ 3.374.713,27

9.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativas baseadas no Sindicatos: Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal - CCT 2023/2025-DF000498/2023, Sindiserviços /DF - CCT 2025/2026-DF000042/2025, Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal - CCT 2024/2025-DF000334/2024 e Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal - CCT 2024/2025-DF000250/2024.

ITEM	POSTOS	SALÁRIO	VALE ALIMENTAÇÃO	SINDICATO
------	--------	---------	------------------	-----------

1	Almoxarife	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
2	Arquiteto	R\$ 10.800,00	R\$ 735,00	SIND. DOS ARQUIT. DF
3	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.743,69	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
4	Bombeiro Hidráulico	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
5	Eletricista	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
6	Encarregado Geral	R\$ 4.220,33	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
7	Engenheiro Civil Pleno (Líder)	R\$ 12.192,42	R\$ 840,00	SENGE/SINAPI
8	Engenheiro Civil	R\$ 10.302,00	R\$ 840,00	SENGE-DF
9	Engenheiro Eletricista	R\$ 10.302,00	R\$ 840,00	SENGE-DF
10	Engenheiro Mecânico	R\$ 10.302,00	R\$ 840,00	SENGE-DF
11	Jardineiro	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
12	Marceneiro	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
13	Pedreiro	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
14	Pintor	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
15	Serralheiro/Soldador	R\$ 2.574,37	R\$ 930,30	SINDISERVIÇOS
16	Técnico em Edificações	R\$ 3.481,39	R\$ 942,06	SINTEC-DF
17	Plantonista: Oficial de Manutenção Diurno	R\$ 2.574,37	R\$ 664,50	SINDISERVIÇOS
18	Plantonista: Oficial de Manutenção Noturno	R\$ 2.574,37	R\$ 664,50	SINDISERVIÇOS
19	Técnico de Rede e Telefonia	R\$ 3.481,39	R\$ 942,06	SINTEC-DF

9.5.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.5.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.5.3. Os valores orçados pela Administração constam na Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo deste Termo.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmula:

$LG = \text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo} / \text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}$

$SG = \text{ativo total} / \text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}$

$LC = \text{ativo circulante} / \text{passivo circulante}$

9.25.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.25.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no Anexo deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

9.29.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.29.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, conforme item 1 da tabela mencionado no item 1.1 deste Termo;

9.33.1.3. Comprovação de operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com subestação e capacidade instalada mínima de 200kVA;

9.33.1.4. Comprovação de operação e manutenção de grupo gerador de energia elétrica automáticos, com capacidade unitária mínima de 200 KV;

9.33.1.5. Comprovação de serviços para Nobreak de no mínimo 100kVA;

9.33.1.6. Comprovação de manutenção e operação de instalações elétricas com a utilização de solução por meio de barramento blindado (bus-way), com capacidade igual ou superior a 200 A;

9.33.1.7. Comprovação de serviços de manutenção predial civil e operação de instalações em edificações prediais não residenciais com área construída igual ou superior a 25.489,50m², que corresponde à 40% (quarenta por cento) da área total estimada dos imóveis a serem atendidos;

9.33.1.8. Comprovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e operação de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, total de capacidade não inferior a 125 kVA e no mínimo 1.000 pontos de rede ininterrupta, aterrados e estabilizados;

9.33.1.9. Comprovação de operação e manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;

9.33.1.10. Comprovação de operação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em edificações acima de 5 andares.

9.33.1.11. Comprovação de operação e manutenção do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, em edificações com área construída mínima de 20.000m²;

9.33.1.12. Comprovação de utilização da metodologia Building Information Modeling - BIM, em conformidade com o Decreto nº 10.306 /2020 e Decreto nº 11.888/2024.

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 17.270.626,70 (dezessete milhões, duzentos e setenta mil, seiscentos e vinte e seis reais, setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 390004

II) Fonte de recursos: Ação 2000

III) Programa de trabalho: 26.122.0032.2000.0001

IV) Elemento de despesa: 339037 e 339039;

V) Plano interno: Não há

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Brasília, __ de _____ de ____.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Não se aplica.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Não se aplica.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e de seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

3.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratado;

3.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela Contratada;

3.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da Contratada;

3.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

3.1.8.5. Demandar a funcionário da Contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

3.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da administração na gestão interna da contratada.

3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.13. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.3. Utilizar os recursos de infraestrutura do Ministério, como computadores, programas e impressoras, para realizar os serviços inerentes à execução contratual.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Contratante;

4.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.9. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo, com habilitação e conhecimento adequados.
- 4.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 4.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa prática, normas e legislação de regência.
- 4.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.19. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades dos serviços.
- 4.26. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 4.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 4.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.
- 4.32. Garantir o acesso da Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 4.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 4.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 4.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo a Contratada relatar a Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.36. Efetuar comunicação a Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

- 4.37. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 4.38. Disponibilizar a Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso.
- 4.39. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.
- 4.40. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.
- 4.41. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 4.42. Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 4.43. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 4.44. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 4.45. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses juntos aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 4.46. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados no início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 4.47. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 4.48. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 4.49. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.49.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.
- 4.49.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação da vedação.
- 4.50. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;
- 4.50.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30,36% (trinta, trinta e seis por cento).
- 4.50.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- 4.50.3. Sempre que houver um desligamento, a Contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.
- 4.50.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
- 4.50.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
- 4.50.6. O percentual de mão de obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 16.50.4.
- 4.50.7. A Contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

- 4.51. Manter durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.
- 4.52. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 4.53. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.54. Apresentar a Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.55. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.56. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.57. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 4.58. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.59. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade.
- 4.60. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 4.61. Disponibilizar sistema de gerenciamento das demandas de manutenção, em até 60 (sessenta) dias, para acompanhamento por parte da fiscalização.
- 4.62. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 4.62.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 4.62.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 4.62.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 4.62.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 4.62.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.62.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.62.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 4.62.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 4.63. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.63.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 4.63.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.64. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.65. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.66. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.67. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.68. Quando se fizer necessário o pagamento de algum adicional de forma distinta da prevista em edital, a empresa contratada deverá apresentar laudo pericial elaborado por profissional legalmente habilitado, atestando o grau de insalubridade ou de periculosidade (mínimo, médio ou máximo) aplicável aos empregados, bem como indicando se a atividade está contemplada nas relações previstas na NR-15 e/ou na NR-16 do Ministério do Trabalho.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. A Contratada poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. Não se aplica.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Não se aplica.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Não se aplica.

9. FORO

9.1. Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº_____/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2025.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante e Técnico Suplente



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 11:26:02.

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 31/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50000.008494/2024-24

2. Objeto

2.1. Contratação de serviços contínuos de engenharia de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e reparos das instalações físicas, bem como adaptações dos ambientes nos edifícios administrados pelo Ministério dos Transportes, em Brasília/DF. Os serviços abrangem as diversas áreas das instalações, como sistemas elétricos, hidrossanitários, prevenção e combate a incêndio, cabeamento estruturado, *no-breaks*, bancos de bateria, grupos geradores, Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA), águas pluviais, alarmes, circuito fechado de televisão digital, entre outros. E ainda, inclui a prestação de serviços eventuais, sob demanda, para instalações e remanejamentos desses sistemas, com o fornecimento de materiais, peças e componentes de reposição necessários, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

3. Descrição da necessidade

3.1. Trata-se da necessidade da contratação do serviço de manutenção predial, com o objetivo de corrigir e preservar as instalações prediais e a infraestrutura das edificações sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

3.2. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

3.3. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reparos, adequações e adaptações e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

3.4. Destaca-se que os edifícios sob administração desta Pasta foram construídos há mais de 40 anos, na fundação de Brasília. Devido à idade avançada dessas estruturas e à constante necessidade de manutenção, reparos, adequações e adaptações, a contratação de serviços especializados é uma alternativa viável para garantir a conservação dos imóveis históricos e tombados, que requerem intervenções específicas para lidar com as patologias decorrentes do uso prolongado.

3.5. As edificações abrigam uma ampla gama de instalações, incluindo sistemas elétricos (de baixa, média e alta tensão), mecânicos (como máquinas e elevadores), hidráulicos, de climatização, geradores, e proteção contra incêndio (hidrantes, extintores, sprinklers, portas corta fogo, detectores de gás e calor com alarme). Também abrangem instalações de telefonia e lógica, além de diversos tipos de portas (de vidro e madeira) e pisos (vinílico, porcelanato, cerâmica, "gail"), entre outros componentes.

3.6. Contudo, além da manutenção preventiva periódica, é comum que sistemas e equipamentos precisem de intervenções corretivas para reparar falhas inesperadas. Ademais, o contínuo crescimento das unidades administrativas que compõem a estrutura institucional dos órgãos ocupantes nas edificações exige adaptações e expansões nos sistemas para atender às necessidades dos ambientes de trabalho. Adicionalmente, muitos desses sistemas elétricos, máquinas e equipamentos apresentam uma complexidade considerável, exigindo conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial para garantir seu funcionamento adequado.

3.7. Desta forma, a falta de manutenção e conservação predial pode comprometer os sistemas essenciais ao desempenho das atividades institucionais dos órgãos.

3.8. Este estudo é importante para dimensionar o contingente necessário para a prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva contínua, além de reparos e adaptações, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais e componentes de reposição necessários para a execução dos serviços.

3.9. Essas atividades são essenciais para manter as instalações prediais em boas condições, corrigindo falhas e problemas de infraestrutura de modo a garantir o funcionamento adequado em conformidade com as normas vigentes, segurança, higiene e conforto das edificações.

Legislações e normas legais da contratação

3.10. A Portaria nº 443, de 27 dezembro de 2018, estabelece no inc. X e XV, do art. 1º:

“Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Normativos que disciplinam o serviço

- Lei nº 14.133/2021
- Lei nº 12.305/2010
- Lei nº 12.527/2011
- Lei nº 14.011/2020
- Decreto nº 2.783/98
- Decreto nº 7.983/2013
- Decreto nº 9.983/2019
- Decreto nº 10.306/2020
- Resolução CONAMA nº 267/2000
- Instrução Normativa nº 5/2017- SEGES/ME
- Instrução Normativa nº 40 de 22/2020 - SEGES/ME
- Súmula nº 281 - TCU
- Acórdão nº 975/2005 - TCU
- Acórdão nº 10264 2018 TCU
- Acórdão nº 929/2017 – TCU
- Acórdão nº 714/2021 - TCU
- Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção;
- Resolução CONAMA nº 307 – Gestão dos Resíduos da Construção Civil, de 5 de julho de 2002;
- PB PQ-H – Programa Brasileiro da Produtividade e Qualidade do Habitat;
- Lei Federal nº 9.605, dos Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998;
- Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.112;
- Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.113;
- Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.114.

Normas ABNT

- NBR 3600 – Tratores, máquinas agrícolas e florestais, equipamentos motorizados para manutenção de grama e jardim — Manuais do operador — Conteúdo e formato;
- NBR 5674 – Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;

- NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto;
- NBR 6136 – Blocos de concreto simples para alvenaria estrutural;
- NBR 6492 – Documentação técnica para projetos arquitetura e urban. - requisitos;
- NBR 7199 – Projeto, aplicação e execução de vidros;
- NBR 7678 – Segurança na execução de obras e serviços de construção;
- NBR 9050 – Acessibilidade;
- NBR 9077 – Saídas de emergências em edifícios;
- NBR 9575 – Impermeabilização – seleção e projeto;
- NBR 13.752 – Perícias de engenharia na construção civil;
- NBR 14.023 – Acessibilidade e inclusão;
- NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- NBR 14.653 – Avaliação de bens;
- NBR 15.575 – Edificações habitacionais – Desempenho;
- NBR 15.848 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interno;
- NBR 16.186 – Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido refrigerante, manutenção e reparos;
- NBR 16.636 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 17.040 – Equipotencialização da infraestrutura de cabeamento para telecomunicações e cabeamento estruturado em edifícios e outras estruturas;
- NBR 17.048 – Recebimento, armazenagem, instalação e manutenção de transformadores de potência do tipo seco, com tensão até 36,2 kV - Procedimento;
- NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 5419 - Proteção contra descargas atmosféricas;
- NBR 17.151 – Equipamentos dos sistemas de proteção individual contra quedas (SPIQ) — Requisitos gerais para instruções de uso, manutenção, inspeção periódica, reparo, marcação e embalagem;
- NBR 17.170 – Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes; e
- NBR 19.734 - Proteção ocular e facial — Orientação sobre seleção, uso e manutenção.

É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não eximem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

Normas Regulatórias

- NR 4 – Serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho;
- NR 6 – Equipamentos de proteção individuais ou EPIs;
- NR 7 – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional;
- NR 8 – Requisitos mínimos para canteiros de Obras e edificações;
- NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR 12 – Equipamentos e Maquinários;
- NR 18 – Diretrizes administrativas;

- NR 23 – Prevenção contra Incêndios; e
- NR 35 – Trabalhos em Altura.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura - COINF	VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

5.1. Para a pretensa contratação, observar-se-á, no que couber, os critérios elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, outubro 2024, 7ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada. Edição aprovada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria - Geral da União CGU/AGU, que especifica em seu caderno que a contratação pública sustentável:

5.1.1. Item 18 - A Contratada deverá providenciar o recolhimento dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuir, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

- a) questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- b) redução do consumo;
- c) análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- d) estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- e) fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- f) fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- g) fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).

5.1.2. Ainda, em observância às Instruções Normativas e Leis vigentes que norteiam os requisitos da contratação, considerarão a utilização de técnicas, materiais e equipamentos que visam reduzir o impacto ambiental, tais como:

5.1.2.1. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, nº 448 de 18 de janeiro de 2012;

5.1.2.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, feitos pela Resolução CONAMA nº 448 de 18/01/2012 e do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

5.1.2.3. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, feitos pela Resolução CONAMA nº 448 de 18/01/2012 o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber,

5.1.2.4. Instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

5.1.2.5. Controle da emissão de ruídos que não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5.1.2.6. Utilização de agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

5.1.2.7. Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços.

5.1.2.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Modalidade de Licitação

5.2. De acordo com o Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, item 54, alínea b, justifica-se a adoção da modalidade pregão eletrônico para a contratação em tela, conforme segue:

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

5.3. Ainda, no Parecer supracitado, no item 58, classifica a atividade como Serviço de Engenharia:

58. Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

5.4. Quanto à característica comum do serviço de engenharia, cabe mencionar o Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Luisa Ferreira Lima, que define serviços comuns de engenharia no seguinte sentido:

“(…) pode definir serviço comum de engenharia como aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

5.5. E ainda, de acordo com o Acórdão 727/2009-Plenário:

ENUNCIADO O serviço de manutenção predial é considerado serviço comum de engenharia, devendo ser contratado mediante a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

5.6. Por fim, o Art. 6º, inciso XVI da Lei 14.133, trata dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

5.7. Portanto, a presente contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Modelos de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC - Lei nº 14.133, de 2021 - atualização: ABRIL/2025.

5.8. E ainda, a contratação de manutenção predial classifica-se como serviços continuados, assegurando a execução das atividades que serão fundamentais para o funcionamento das edificações, de forma ágil e contínua, ou seja, sendo essencial para evitar interrupções que possam comprometer as operações ou gerar prejuízos financeiros e operacionais.

5.8.1. Desta forma, optou-se por um contrato continuado, pois os custos dos serviços serão diluídos ao longo do tempo, permitindo um planejamento financeiro mais estável.

5.8.2 No que tange a mão de obra, optou-se pela contratação de mão de obra com dedicação exclusiva. Esta opção é essencial para garantir o pleno funcionamento das instalações e a continuidade dos serviços prestados pelo órgão, especialmente em serviços que exigem disponibilidade imediata de atendimento. Problemas como vazamentos ou quedas de energia podem comprometer o desempenho das operações e a segurança dos usuários, exigindo a pronta atuação dos profissionais. A indisponibilidade de mão de obra em tempo integral pode resultar em atrasos no atendimento de emergências, comprometendo o funcionamento das instalações e impactando na rotina administrativa.

Regime de execução

5.9. A escolha do regime de execução será de empreitada por preço unitário, uma vez que os quantitativos dos serviços a serem executados são meramente referenciais, podendo variar conforme a necessidade real da Administração ao longo da execução do contrato.

5.9.1. Esse regime é o mais adequado para a presente contratação, pois permite flexibilidade na execução dos serviços de manutenção predial, garantindo que os pagamentos sejam feitos de acordo com as medições efetivamente realizadas pelo fiscal do contrato.

5.9.2. Além disso, considerando a natureza dos serviços, que envolvem demandas variáveis e imprevisíveis, o regime de preço unitário possibilita melhor adaptação às necessidades da Administração, garantindo que o quantitativo final reflita a real execução dos serviços contratados. Essa escolha está alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, conforme preconizado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

5.10. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízos das responsabilidades contratuais legais, nas seguintes condições que assegura o Art. 122 da Lei 14.133/2021:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.11. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.12. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.13. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.13.1. A manutenção predial abrange diversas áreas especializadas, como elétrica, hidráulica, entre outras. Ao permitir a subcontratação, a empresa contratante pode assegurar que cada área de manutenção será executada por profissionais altamente qualificados, garantindo maior competência e eficiência.

Vistoria

5.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é essencial para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, no entanto é facultativa. Caso haja interesse, será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

5.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, dentro de período supracitado.

5.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.16.1. Para solicitação da vistoria, deverá ser encaminhado o pedido no e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br.

5.16.2. A vistoria é recomendada para que as empresas tomem pleno conhecimento das dificuldades inerentes aos serviços e das características das instalações oferecidas, utilizando-se da ocasião para sanar possíveis dúvidas que afetarão a formulação das propostas de preços, não podendo alegar desconhecimento durante a execução do contrato.

5.16.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.17. A ausência de realização da vistoria prévia, quando esta for facultativa, não poderá fundamentar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, tampouco justificar dúvidas ou omissões quanto a quaisquer detalhes dos locais de execução dos serviços, cabendo à licitante vencedora assumir integralmente os ônus decorrentes.

Titularidade do Imóvel

5.18. Cumpre-se informar, que os imóveis onde serão realizados os serviços comuns de engenharia estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conforme segue:

a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", RIP nº 9701.21448.500-7;

b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, RIP nº 9701.21382.500-9;

c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, RIP nº 9701.21381.500-3;

d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, RIP nº 9701.21377.500-1;

e) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 170, RIP nº 9701.33067.500-3;

f) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 180, RIP nº 9701.33069.500-4.

Catálogo Eletrônico de Padronização

5.19. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Categoria de bem de qualidade comum ou de luxo

5.20. Conforme disposto no art.20 da Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818/2021, que estabelece critérios para identificar bens e serviços de luxo que não podem ser adquiridos, produzidos, comercializados ou fornecidos pela Administração Pública Federal. De acordo com o artigo 2º do Decreto, consideram-se bens de luxo aqueles que não atendem a necessidades básicas ou que não são essenciais para a Administração Pública, considerando-se a utilidade, a durabilidade, a qualidade, a marca, o design, a raridade, a customização, a tecnologia embarcada, os materiais empregados e a origem do bem.

Indicação de marca ou modelo

5.21. Na contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e orientação dos art. 41, e incisos da lei 14.133/2021.

5.22. Por se tratar de indicação por parte da Contratante, é lícito que os proponentes possam apresentar marcas e modelos similares a pretensa contratação, contudo respeitando o art.42, e incisos da lei 14.133/2021 que dispõe:

"I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

"II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto."

5.23. A indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), se encontraram pormenorizadas no Anexo: Marcas e Modelos, deste Estudo.

Nota explicativa I - Embora a contratação seja de serviços comuns de engenharia, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

Nota explicativa II - Marca - Excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

Nota explicativa III - Similaridade - Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade", devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração. Permite-se menção a marca de referência no aviso, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada." Nessa hipótese, aplica-se o art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81, de 2022. Também deverá ser observada a Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.23.1 A manutenção predial a ser realizada inclui a inspeção e substituição de componentes de sistemas e equipamentos que já estão instalados nas edificações. A escolha de marcas específicas é fundamental devido à compatibilidade técnica com sistema já em operação. Outra vantagem quanto a especificação das marcas é a celeridade na execução dos serviços, pois os materiais a serem empregados já estão pré-definidos. A troca por outras marcas pode comprometer o funcionamento adequado, resultando em falhas no sistema ou aumento nos custos de manutenção. Portanto, a especificação de marcas é necessário para garantir que os componentes novos ou substituídos integrem-se corretamente aos sistemas existentes.

5.23.2. Além disso, na hipótese de descontinuidade dos materiais e/ou marcas especificadas, admite-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, conforme dispõe o art. 42 da Lei nº 14.133/2021. A justificativa apresentada assegura vantajosidade, qualidade e economicidade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto.

Consulta ao Caderno de Logística - Pesquisa de Preços

5.24. Conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>), o mesmo estabelece orientações para realização da pesquisa de preços. Para o objeto em tela, deverão seguir as regras da IN SEGES nº 5/2017 que dispõe sobre os serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, e o Decreto nº 7.983/2013 que dispõe sobre obras e serviços de engenharia.

Aplicabilidade do Decreto 11.430/2023

5.25. Nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação deverá prever o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, uma vez que o número de postos é superior a vinte e cinco colaboradores.

5.26. O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no caput deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

5.26.1. As vagas de que trata a disposição:

I - Incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006;

II - Serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.27. A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento dessas disposições.

Plano Diretor de Logística Sustentável

5.28. A contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano-de-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf>. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

Opção pela Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação

5.29. O Anexo I da IN SEGES nº 5/2017, em seus incisos III e XIV, traz a definição dos termos Conta-Depósito vinculada - bloqueada para movimentação e pagamento pelo fato gerador:

5.29.1. IN SEGES nº 5/2017 ANEXO I III - Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação: conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

5.29.2. XIV - Pagamento pelo Fato Gerador: situação de fato ou conjunto de fatos, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente a sua materialização, que gera obrigação de pagamento do contratante à contratada.

5.29.3. Apesar de não se constituir em um fundo de reserva, a Conta-Depósito vinculada assegura à Contratante o provisionamento de valores para pagamento de verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular das obrigações, mitigando possíveis prejuízos causados pela inadimplência da empresa perante seus empregados e perante a Administração.

5.30. Já na opção de pagamento pelo fato gerador, não há o provisionamento de valores e o direito de pagamento à contratada acontece apenas quando houver ocorrência do fato gerador.

5.31. Há de se considerar que a não ocorrência do fato gerador não significará, necessariamente, adimplemento da empresa com seus empregados, o que pode contribuir para o ajuizamento de possíveis ações trabalhistas contra o órgão, fato que fragiliza a adoção dessa opção na contratação em tela.

5.32. Em relação ao custo-benefício, acredita-se que o provisionamento de valores será mais eficaz e contribuirá para a garantia de cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados no contrato.

5.33. Além do mais, a adoção da Conta-Depósito vinculada exigirá constante análise documental para certificação do cumprimento de obrigações trabalhistas por parte da empresa.

5.34. Portanto, optou-se pela escolha da Conta-Depósito vinculada.

Consulta aos Cadernos de Logística para Sanções Administrativas

5.35. Ao consultar o sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/manual-sancoes-22-09.pdf> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf>, os cadernos de logística encontrados não se adequam a formalística dessa pretensa contratação, haja vista estarem voltados à Lei nº 8.666/93. Contudo, a contratação seguirá os parâmetros definidos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

Margem de Preferência

5.36. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

5.36.1. E a Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 8, de 31 de março de 2025, que altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

5.36.2. Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Governo Digital

5.37. A equipe de planejamento esta alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparência nos editais, Atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

5.38. A participação de Microempreendedores Individuais (MEI) na presente contratação é inviável, uma vez que trata-se de modalidade de cessão ou locação de mão de obra. Conforme disposto no art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140/2018, o MEI está legalmente impedido de executar atividades dessa natureza, tornando sua participação incompatível com o objeto da contratação em tela.

5.39. Nos termos da súmula 281 do TCU, e do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, que dispõem sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, não será permitida a participação de cooperativas.

Adoção de Consórcio

5.40. No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

5.41. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

5.42. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

Transição Contratual

5.43. Não haverá transição Contratual pois não se aplica na pretensa contratação.

Base Legal e Normativa

5.44. Na Lei nº 14.133/2021, há a previsão para execução indireta dos serviços de atividades acessórias, instrumentais e/ou complementares, com a evidenciação do seguinte:

“Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à complementares Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado.”

5.45. Com base na Lei supracitada, a terceirização é quando uma empresa contrata outra para realizar atividades ou serviços que a beneficiem. Isso permite que a empresa contratante foque na sua atividade principal. Algumas atividades que podem ser terceirizadas no serviço público são: Limpeza, Segurança, Transporte, Manutenção Predial e de equipamentos, Recepção, Portaria. Visto isso, a contratação em tela está em conformidade com a legislação.

Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT)

5.46. Considerando que a prestação dos serviços em tela é de natureza técnica nas áreas de engenharia e arquitetura, e tal atribuição é exclusiva dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – CREA's e nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo – CAU's (conforme a pertinente qualificação técnica), há a necessidade de que esses documentos técnicos sejam registrados nos respectivos conselhos por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA (Lei nº 6.496/77) e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica no CAU.

Qualificação Técnica

5.47. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

5.47.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.48. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

5.48.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

5.49. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.49.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

5.49.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

5.49.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50%(cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

5.49.1.3. Comprovação de operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com subestação e capacidade instalada mínima de 200kVA;

5.49.1.4. Comprovação de operação e manutenção de grupo gerador de energia elétrica automáticos, com capacidade unitária mínima de 200 KV;

5.49.1.5. Comprovação de serviços para Nobreak de no mínimo 100kVA;

5.49.1.6. Comprovação de manutenção e operação de instalações elétricas com a utilização de solução por meio de barramento blindado (bus-way), com capacidade igual ou superior a 200 A;

5.49.1.7. Comprovação de serviços de manutenção predial civil e operação de instalações em edificações prediais não residenciais com área construída igual ou superior a 25.489,50m², que corresponde à 40% (quarenta por cento) da área total estimada dos imóveis a serem atendidos;

5.49.1.8. Comprovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e operação de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, total de capacidade não inferior a 125 kVA e no mínimo 1.000 pontos de rede ininterrupta, aterrados e estabilizados;

5.49.1.9. Comprovação de operação e manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;

5.49.1.10. Comprovação de operação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em edificações acima de 5 andares.

5.49.1.11. Comprovação de operação e manutenção do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, em edificações com área construída mínima de 20.000m²;

5.49.1.12. Comprovação de utilizando da metodologia BIM (Building Information Modeling), em conformidade com o Decreto nº 10.306/2020 e Decreto nº 11.888/2024.

5.49.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

5.49.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.49.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

5.49.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Econômica Financeira

5.50. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

5.51. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

5.52. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

5.52.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

5.53. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.54. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

5.55. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.56. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no Anexo do Termo de Referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

5.56.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

5.56.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

5.57. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Justificativa para Qualificação Técnica e Qualificação Econômica Financeira

5.58. A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira na contratação dos serviços de manutenção predial do Ministério dos Transportes visa garantir a execução adequada, segura e eficiente dos serviços.

5.59. A qualificação técnica assegura que a empresa possua experiência comprovada e conhecimento necessário para a realização das atividades, evitando riscos à integridade das instalações e à segurança dos usuários. A comprovação ocorrerá por meio de atestados técnicos e registro em conselho profissional.

5.60. No que se refere à qualificação econômico-financeira, verificou-se que a complexidade e a relevância do objeto a ser contratado demandam requisitos específicos de habilitação. A exigência desses critérios justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade financeira suficiente para cumprir integralmente suas obrigações, evitando riscos como a descontinuidade dos serviços ou a inadimplência contratual. Dessa forma, busca-se garantir a estabilidade da execução contratual, a continuidade dos serviços e a adequada alocação de recursos, em conformidade com os princípios da eficiência e da segurança na gestão pública.

5.61. Esses requisitos são fundamentais para assegurar a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica da contratação, prevenindo falhas na execução e garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Desoneração da Folha de Pagamento

5.62. Recomenda-se que as empresas desoneradas, ao apresentarem suas propostas, observem o disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, especialmente o calendário de reoneração gradual previsto no art. 9-A da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

5.63. Nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, é possível à Administração Pública exigir que o licitante vencedor subcontrate microempresa ou empresa de pequeno porte em percentual do objeto a ser contratado.

5.64. A presente contratação prevê a adoção desse instrumento, de forma a incentivar a participação e o desenvolvimento sustentável das microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com os princípios da isonomia, da função social da contratação pública e da promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

5.65. Ressalte-se, contudo, que a exigência se limita à subcontratação de uma parcela do objeto e não à contratação como um todo. Assim, a licitante vencedora será responsável pela execução integral do contrato, admitindo-se apenas a subcontratação para o item de serviços eventuais sob demanda, em favor de microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme expressamente previsto na legislação.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Foram realizados estudos em contratações relativas à manutenção predial efetuadas pelos diversos órgãos da Administração Pública, bem como em contratações anteriores já realizadas. Contudo, o Acórdão 2339/2016 do TCU, trás alguns modelos de manutenção predial mais utilizados pela Administração Pública, destacam-se os seguintes:

6.1.1. **MODELO 1** - Somente postos de trabalho (PT)

6.1.1.1. A Administração contrata a prestação de serviços técnicos de manutenção predial mediante alocação de postos de trabalho - mão de obra residente (empregados da contratada alocados para trabalhar de maneira contínua nas dependências da contratante). A execução dos serviços segue rotina estabelecida e supervisionada pela Administração.

6.1.1.2. A maior vantagem desse modelo é que sempre haverá mão de obra disponível para a execução dos serviços de manutenção predial. Assim, torna-se vantajoso quando há muito serviço a ser realizado em um grande imóvel, de forma que os trabalhadores não fiquem ociosos.

6.1.1.3. Em contrapartida, esse modelo não é eficiente quando o volume de serviços a serem executados são pontuais e que exigem maior especialização para sua execução (por exemplo, eletricista, serralheiro, pintor). De maneira que, para o atendimento de todas as demandas de manutenção predial, haveria a necessidade de diversos postos, mas muitos deles ficaram ociosos pois trabalham apenas em algumas etapas dos serviços a serem prestados. Além disso não são inseridos gastos com materiais para a execução dos serviços, pois os materiais são fornecidos pelo contratante (normalmente, a partir de um contrato específico de fornecimento de materiais com outros fornecedores). Nesse modelo de contrato, não há pagamento por serviços eventuais.

6.1.2. **MODELO 2** - Postos de trabalho com fornecimento de materiais (PT + MAT)

6.1.2.1. Esse modelo possui características semelhantes ao modelo de contrato denominado "PT", com a diferença de que, neste contrato denominado "PT + MAT", os materiais empregados na execução dos serviços são fornecidos pela contratada nas quantidades e qualidade exigidas no instrumento contratual.

6.1.2.2. A estimativa dos materiais e das especialidades e quantitativos da mão-de-obra residente devem ser criteriosas, de maneira a mitigar o risco de que a Administração pague por mais materiais ou por mais postos de trabalho do que realmente necessita, ou contrate quantidades menores levando à execução de serviços sem a qualidade esperada e, eventualmente, a inexecução do contrato.

6.1.3. **MODELO 3** - Serviços (SV)

6.1.3.1. A prestação de serviços técnicos de manutenção predial mediante fornecimento de serviços sob demanda, a serem realizados por mão de obra não residente (não há alocação contínua de empregados da contratada nas dependências da contratante, nem dedicação exclusiva desses empregados).

6.1.3.2. A contratada é paga pelo valor total dos serviços demandados e efetivamente prestados, os quais podem incluir, além do valor da mão de obra, os materiais fornecidos. Nesse caso, a contratada garante tanto a execução dos serviços quanto o fornecimento e a qualidade dos materiais. A mão de obra empregada é de inteira responsabilidade da contratada e, como nesse modelo de contrato não há alocação de mão de obra residente, a Administração não se responsabiliza pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados que a empresa contratada alocar na realização dos serviços. Dessa forma, a fiscalização administrativa, no geral, fica menos onerosa para a administração. Por outro lado, a fiscalização dos serviços efetivamente prestados e dos materiais empregados deve ser mais criteriosa.

6.1.4. **MODELO 4** - Postos de trabalho com fornecimento de materiais e serviços (PT + MAT + SV)

6.1.4.1. Nesse modelo, a administração contrata a prestação de serviços técnicos de manutenção predial, utilizando-se dois métodos, primeiro mediante alocação de postos de trabalho, e em segundo por meio de fornecimento de serviços sob demanda (a serem realizados por mão de obra não residente). Além disso, a contratada é responsável pelo fornecimento de todos os materiais necessários para a execução dos serviços.

6.1.4.2. Para isso a organização deve avaliar quais tipos de postos de trabalho são utilizados por mais tempo no âmbito da contratante (o que justificaria a contratação do posto de trabalho, pois seria menos oneroso) e quais postos são utilizados apenas eventualmente, de forma que não se justifica a presença desse profissional em tempo integral (sendo que o pagamento seria apenas por aquele período que o profissional esteve na organização e por aquele serviço específico).

6.2. A equipe de planejamento realizou um levantamento de mercado para analisar contratações semelhantes feitas por outras instituições, a fim de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais adequada às necessidades da administração, foram elas:

6.2.1. Contratação dos serviços de manutenção com equipe técnica residente e ressarcimento de material e serviços eventuais por demanda;

6.2.1.1. Nesta configuração, os postos de trabalho são alocados nas edificações do Ministério, com a finalidade de agilizar o atendimento das demandas, os materiais são fornecidos de acordo com a necessidade, onde a aquisição e o controle do estoque são de responsabilidade da Contratada, cabendo a Administração apenas o ressarcimento dos materiais utilizados.

6.2.2. Contratação de todos os serviços sem dedicação de mão de obra exclusiva;

6.2.2.1. Trata-se da contratação de um pacote de serviços a serem fornecidos conforme a necessidade, sendo responsabilidade da empresa cumprir dentro dos padrões estabelecidos de tempo e qualidade. Uma das principais dificuldades desse modelo seria a definição dos serviços a serem incluídos no pacote, bem como a sua quantificação, considerando a imprevisibilidade, especialmente na manutenção corretiva. Além disso, haveria um desafio adicional no controle e na gestão do contrato devido ao elevado número de atendimentos, os quais seriam monitorados e avaliados individualmente, independentemente do uso de materiais. Outra questão importante seria o tempo de resposta às demandas, uma vez que existem sistemas que requerem reparo imediato, atualmente garantido pela mão de obra disponibilizada exclusivamente pelo Ministério. A disponibilidade dos funcionários, como dos profissionais de plantão, é de extrema importância para evitar qualquer prejuízo ou interrupção na prestação dos serviços.

6.2.3. Contratação de *Facilities*.

6.2.3.1. Consiste na integração de todos os serviços relacionados à operação do edifício, incluindo manutenção predial, limpeza, recepção, telefonistas, copa, brigada, vigilância, etc. Essa modalidade, gera ganho de escala e elimina gastos redundantes, além de simplificar a gestão contratual.

6.2.3.2 Empresas de *Facilities* oferecem uma variedade de serviços para ajudar organizações e proprietários de edifícios a gerenciar melhor suas instalações. Isso pode incluir desde a manutenção regular de equipamentos e sistemas, como sistemas elétricos, de encanamento e HVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), até a limpeza e higienização de espaços, gerenciamento de segurança e controle de acesso, e até mesmo serviços de suporte administrativo, como recepção e gestão de correspondência.

6.2.3.3 Segundo a ISO 41011, *Facilities Management* – FM, é uma função organizacional que integra pessoas, propriedade e processo dentro do ambiente construído com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas e a produtividade do negócio principal. Podemos considerar também que o FM trata de uma estratégia de contratação que busca a integração de diferentes serviços nas variadas disciplinas da gestão da operação da instalação. Essa integração dar-se-ia de forma holística, tendo apenas um processo administrativo que engloba a operação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das instalações, infraestrutura e serviços existentes.

6.3. Esse tipo de contratação ainda é novo para esta Administração e não tem sido utilizado em nenhum dos contratos desta pasta. Embora novas decisões do TCU não vejam impedimentos no uso do modelo de *Facilities*, essa abordagem ainda representa um paradigma. Portanto, recomenda-se acompanhar os estudos e a execução desse tipo de contratação na Administração Pública para uma futura avaliação por parte do Ministério dos Transportes. Além disso, é importante destacar que o objeto em questão se refere apenas à manutenção predial, não incluindo os demais serviços mencionados anteriormente.

6.4. O levantamento de mercado foi realizado por meio de consulta ao sítio comprasnet.gov.br - Consulta Licitações do Governo Federal, - Atas/Anexos, e foram encontradas 3 (três) pregões eletrônicos nos quais o objeto é similar da pretensa contratação:

6.4.1 Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 - (Lei Nº 14.133/2021) - Ministério da Economia - Secretaria da Receita Federal, Código da UASG: 170147, itens de serviço 1,2,3,4 e grupos 1,2,3,4.

Objeto: Pregão Eletrônico - Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação do serviço de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de equipe residente e de apoio, e fornecimento de equipamentos, insumos e materiais de reposição, pelo período de 12 (doze) meses.

6.4.2 Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 - (Lei Nº 14.133/2021) - Ministério da Economia - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Código da UASG: 170069, itens de serviço 1.

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva) sob demanda, compreendendo o fornecimento de mão de obra SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, peças, materiais de reposição, equipamentos e ferramentas necessários e adequados à execução dos serviços nas instalações prediais internas e externas da Superintendência Regional de Administração no Estado de Sergipe e Órgãos Clientes, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no SINAPI.

6.4.3 Pregão Eletrônico Nº 90003/2024 - (Lei Nº 14.133/2021) - Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Código da UASG: 253002, itens de serviço de 1 a 6 e grupos 1,2,3,4,5,6.

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de contratação de gestão integrada de serviços prediais na modelagem *Facilities*, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

6.5. Com base no que foi apresentado, a solução selecionada é a contratação de serviços de manutenção predial com mão de obra local, fornecimento de materiais e serviços conforme necessário, prática comum entre os Órgãos Públicos. Atualmente, é o modelo de contratação utilizado por este Ministério e atende as necessidades.

6.6. Do ponto de vista técnico, trata-se de uma opção economicamente vantajosa, pois envolve a contratação de uma empresa que disponibilizará o número adequado de funcionários para as tarefas diárias do prédio, juntamente com os materiais necessários para corrigir eventuais problemas identificados durante vistorias, com o objetivo de manter os edifícios em conformidade com as normas estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores.

6.7 Foram analisados, também, processos similares realizados em pregões e contratações públicas, afim de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades deste órgão, conforme o quadro de Soluções de Mercado descrito a seguir:

OBJETO	ÓRGÃO CONTRATANTE	PREGÃO	UASG
Manutenção predial	Ministério de Minas e Energia - MME	90018 /2024	320004
Manutenção predial	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	90005 /2024	153173
Manutenção predial	Ministério do Desenvolvimento Regional	007/2022	530001

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução que melhor atende as necessidades da contratação em tela é a que abrange a prestação dos serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, reparos e adaptações, incluindo serviços eventuais sob demanda, com fornecimento de mão de obra exclusiva, material, e componentes de reposição necessários à adequada execução contratual.

7.1.1. A opção pela contratação de serviços de manutenção predial com mão de obra (postos de trabalho fixos), fornecimento de materiais e serviços está diretamente ligado a atuação contínua e especializada em diversas áreas dos sistemas prediais, garantindo agilidade e a manutenção adequada das instalações.

7.1.2. O fato é que a ausência de profissionais fixos, materiais e serviços, inviabilizaria o funcionamento pleno das atividades administrativas e operacionais do Ministério, gerando riscos à preservação do patrimônio, à continuidade dos serviços e à segurança dos usuários, como exemplo temos o rompimento de tubulação, curto circuito, inoperabilidade de circuito de rede e telefonia.

7.2. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

7.3. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reparos, adequações e adaptações e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

7.4. Com base neste cenário, a mão de obra será redimensionada afim de atender as demandas de manutenção, adaptações e reparos. A previsão dos materiais contempla os serviços supracitados, o que traz grande vantagem operacional, pois a aquisição de materiais e peças é essencial e imprescindível para a execução dos serviços. Além disso, quando uma mesma empresa é responsável tanto pela aquisição quanto pela aplicação dos materiais, a segurança, economicidade e eficiência durante a execução são exponencialmente melhoradas, visto a melhor coordenação entre os processos.

7.5. Ainda sob o ponto de vista técnico, para gerenciamento e controle da execução das demandas por um único prestador de serviços, resulta em maior responsabilidade e coerência na qualidade dos trabalhos realizados, uma vez que este terá uma visão completa das necessidades das edificações e poderá oferecer soluções mais integradas e adequadas. Sobretudo, esta situação facilitará o planejamento contínuo e a execução sincronizada das atividades, garantindo que as edificações estejam sempre em boas condições, evitando longos períodos de inatividade e mantendo a segurança e funcionalidade do ambiente.

7.6. A contratação será dimensionada conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO				
Item	Descrição	Catser	Unidade de medida	Quantidade
01	Serviço de mão de obra fixa	1627	Posto	01
02	Fornecimento de materiais	1627	unid.	01
03	Serviços eventuais sob demanda	1627	unid.	01

7.7. Devido à natureza essencialmente preventiva e corretiva dos serviços de manutenção predial, as unidades de medida utilizadas para mensurar o valor da contratação serão "postos de serviço", serviços executados e fornecimento de materiais. Os serviços serão executados por meio de mão de obra fixa e serviços eventuais sob demanda.

7.8. A especificação detalhada constará nos anexos deste Estudo, conforme distribuição abaixo:

7.9. ITEM 01 - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA FIXA:

7.9.1. A equipe fixa tem a função de atuar nos serviços de manutenção predial, preventiva, preditiva e corretiva, reparos e adaptações, seguindo as rotinas planejadas e as solicitações específicas dentro de uma jornada de trabalho fixa, conforme detalhado nos anexos deste Estudo.

a) Anexo: Plano de Manutenção;

b) Anexo: Postos, Requisitos e Equipamentos.

7.9.2. Os serviços serão requisitados por Ordem de serviços com execução utilizando-se os materiais previstos na contratação.

7.9.3. A prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva é considerada como parcela principal da obrigação e não pode ser subcontratada.

7.9.4. A comprovação da realização dos serviços executados pela mão de obra fixa será feita através da entrega de relatórios mensais contendo o detalhamento técnico comprobatório de execução das rotinas definidas, neste Estudo e no Termo de Referência.

7.9.5. Serão apresentadas as descrições dos serviços executados pela mão de obra residente e a frequência. Ainda assim, algumas inspeções ou vistorias poderão ter sua frequência alterada, desde que aprovada pela fiscalização, pois poderá haver situação imprevisível que cause a interrupção ou acréscimo de rotinas em determinadas instalações.

7.9.6. Os serviços executados pela mão de obra fixa são essenciais para a conservação da infraestrutura do edifício, compreendendo atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Tais serviços incluem rotinas de vistorias diárias, semanais, quinzenais, mensais, semestrais e anuais, conforme estabelecido no Anexo – Plano de Manutenção deste Estudo.

7.9.7. O Plano de Manutenção constitui o documento orientador dos aspectos técnicos e operacionais necessários à execução dos serviços. Nele estão detalhados todos os procedimentos a serem realizados nos sistemas prediais, de responsabilidade da mão de obra fixa disponibilizada pela empresa contratada.

7.9.8. Ressalta-se que o Plano de Manutenção apresentado pela Administração servirá de referência para a formalização da contratação. Contudo, poderá ser atualizado ao longo da execução contratual, em razão de ajustes e adequações nas rotinas inicialmente previstas. Os serviços e quantitativos estabelecidos foram definidos com base na complexidade e das necessidades crescentes da edificação, bem como na experiência adquirida na execução do contrato de manutenção predial vigente e em levantamento técnico detalhado das adequações necessárias.

7.9.9. Em função da complexidade e das necessidades identificadas, verificou-se a importância de reforçar a equipe técnica responsável pela manutenção predial, de modo a assegurar a adequada execução dos serviços previstos no Plano de Manutenção, bem como o pronto atendimento às demandas diárias relacionadas a manutenções corretivas.

7.9.10. Essa análise abrangeu aspectos técnicos e operacionais, e o que resultou para a readequação dos postos fixos, conforme detalhado no quadro abaixo:

POSTOS	CBO	QUANTIDADE DE MÃO DE OBRA	TOTAL DE POSTOS	CARGA HORÁRIA
Arquiteto	2141-05	2	2	44h
Almoxarife	4141-05	1	1	44h
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	5143-25	12	12	44h
Bombeiro Hidráulico	7241-10	2	2	44h
Eletricista	7321-20	6	6	44h
Encarregado Geral	3121	1	1	44h
Engenheiro Civil Pleno (Líder)	2142-05	1	1	44h
Engenheiro Civil	2142-05	1	1	44h
Engenheiro Eletricista	2143-05	1	1	44h
Engenheiro Mecânico	2144-05	2	2	44h
Jardineiro	6220-10	4	4	40h
Marceneiro	7711-05	5	5	44h
Pedreiro	7152-10	3	3	44h
Pintor	7166-10	3	3	44h
Serralheiro/Soldador	7244-40	4	4	44h
Técnico em Edificações	3121	2	2	44h
Plantonista: Oficial de Manutenção - Diurno	7321-20	4	2	12x36h
Plantonista: Oficial de Manutenção - Noturno	7321-20	4	2	12x36h
Técnico de Rede e Telefonia	3133	4	4	44h

7.9.11. A Contratada deverá oferecer treinamento para todo o seu quadro de pessoal, visando à atualização/reciclagem do conhecimento técnico, através de cursos, treinamento e/ou workshop, para cada área específica de atuação dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

7.10. ITEM 02 - FORNECIMENTO DE MATERIAIS

7.10.1. Os materiais fornecidos poderão ser utilizados para os serviços realizados pela mão de obra fixa.

7.10.1.1. A lista dos materiais previstos para execução estão listados no Anexo: Planilha de Custos e Formação de Preços deste Estudo.

7.10.1.2. Os materiais fornecidos pela Contratada para a execução dos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e fornecidos de acordo com as especificações e padrões existentes, submetendo-se à aprovação da fiscalização, bem como possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, conforme as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

7.10.1.3. Os serviços e/ou materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços poderão ser solicitados a contratada, que apresentará proposta para análise técnica e aprovação da Contratante. O índice BDI deverá estar computado explicitamente na proposta apresentada.

7.10.1.4. Os valores de referência para os serviços e/ou materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços serão baseados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI da Caixa Econômica Federal, de acordo com a localidade de Brasília (DF).

7.10.1.5. Os custos que, justificadamente, não puderem ser obtidos por meio do SINAPI, poderão ser obtidos na Tabela de Orçamento de Obras de Sergipe - ORSE/SE, na Tabela da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP/PA, na Tabela da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS/SP, no Sistema Brasileiro de Custos - SBC.

7.10.1.5.1. Caso a cotação seja realizada por alguma destas tabelas supracitadas, o valor a ser definido será da data da tabela referencial utilizada do período do orçamento estimado da licitação.

7.10.1.5.2. A tabela de referência será atualizada a cada 12 (doze) meses, observando-se os valores da tabela vigente.

7.10.1.6. Ainda, caso haja necessidade de subcontratação de serviços ou aquisição de materiais não previstos nas tabelas referenciais, a Contratada deverá apresentar previamente à Fiscalização, no mínimo, 3 (três) propostas válidas de empresas do ramo. As propostas deverão conter, obrigatoriamente, a identificação da empresa (razão social), marca, especificações técnicas dos insumos, materiais e/ou serviços, valores unitários e totais, bem como a discriminação dos custos diretos e indiretos. A escolha deverá recair, preferencialmente, sobre a proposta de menor preço, assegurada a compatibilidade técnica com o objeto demandado.

7.10.1.7. Além disso, sobre os serviços e/ou materiais não listados no Anexo: Planilha de Custos e Formação de Preços, o percentual de desconto obtido no certame, calculado com base na diferença entre o valor total estimado pela Administração e o valor total ofertado pela licitante para o item, deverá ser igualmente aplicado sobre os valores obtidos nas tabelas referenciais, não sendo necessária a aplicação do desconto nos orçamentos apresentados pelos fornecedores.

7.10.1.6.1. Nesse caso, deverá ser aplicado o BDI para materiais previsto na Planilha de Custos e Formação Preços.

7.10.1.8. O prazo para apresentação dos orçamentos será de no máximo 02 (dois) dias, podendo este prazo, em situações excepcionais, ser dilatado com aprovação da fiscalização.

7.10.1.9. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte da Equipe de Fiscalização, que poderá realizar pesquisa de preço e caso o valor obtido seja menor do que o apresentado pela Contratada, esta deverá acatar o valor informado pela Administração.

7.11. ITEM 03 - SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA

7.11.1. Consistem em atividades que, devido ao seu alto grau de complexidade e especialização, não podem ser realizadas pela mão de obra prevista no contrato. Não se tratam de serviços de manutenção propriamente ditos, pois são trabalhos de pequena monta, de natureza semelhante, mas com grande diversidade, e não seria viável a contratação de forma individualizada e ocorrem conforme a demanda.

7.11.2. A Contratante, por intermédio da Fiscalização, convocará a empresa contratada para, sempre que necessário, realizar serviços eventuais de adaptação, adequação, recuperação, conserto, conservação e reparo, os quais não serão executados pela equipe fixa de manutenção, salvo se autorizado expressamente pela Fiscalização da Contratante.

7.11.2.1. Tais trabalhos serão executados por profissionais qualificados e especializados, sob acompanhamento e orientação do Engenheiro Civil Pleno (Líder) ou pelo engenheiro responsável.

7.11.3. Os serviços eventuais, constantes da relação exemplificativa abaixo, poderão envolver especialidades profissionais de soldador, serralheiro, pintor, pedreiro, servente de pedreiro, gesso, cadista, artífice de manutenção em marcenaria e divisórias; esquadreiro, ajudantes gerais, cabista, técnico em áudio/TV a cabo, técnico em sistemas de para-raios, vidraceiro, técnico em telefonia, técnico bombeiro hidráulico, ajudante de bombeiro, técnico eletricista, ajudante de eletricista, técnico com especialização em instalações elétricas, técnico com especialização em instalações hidrossanitárias, técnico em rede estabilizada, técnico em eletrônica, técnico operador de gerador e técnico operador de sistema de supervisão e controle predial:

- a) serviço de cabeamento e dutamento do sinal de áudio e vídeo (TV a cabo);
- b) serviço de manutenção em obras civis;
- c) serviço de fornecimento e instalação de carpete, papel de parede, película jateada, película decorativa e reflexiva;
- d) serviço de fornecimento e instalação de rodapé de madeira e placa de granito;
- e) manutenção de grupo motor gerador de energia;
- f) serviço de pintura;
- g) serviço de serralheria e solda;
- h) serviço em esquadrias metálicas e vidraçaria;
- i) serviço de instalação e recuperação em forro e divisória;
- j) serviços iniciais, instalações de canteiros e andaimes;
- k) recarga, testes em extintores e testes em mangueiras para combate a incêndio;
- m) esgotamento de caixas de gordura e esgoto;
- n) transporte de entulho;
- o) serviço em portas e portões deslizantes;
- p) serviço na rede elétrica e rede elétrica estabilizada;
- q) serviço na rede lógica;
- r) serviço na rede hidrossanitária;
- s) serviço na rede de hidrantes e sprinklers;
- t) serviço no sistema de manejo e controle de fumaça e alarme de incêndio;
- u) serviço em CFTV (Circuito Fechado de Televisão);
- v) serviço em sistema de alarme;
- w) serviço no sistema de condicionamento e refrigeração de ar;
- x) serviço de manutenção em subestação de energia, quadros de média e baixa tensão;
- y) serviço de carpintaria e marcenaria.

7.11.4. Os serviços sob demanda deverão seguir os parâmetros abaixo para elaboração da proposta, que passará pela análise da equipe de fiscalização técnica e aprovação da Contratante. O índice BDI deverá estar computado explicitamente na proposta apresentada.

7.11.4.1. E ainda, os serviços eventuais não listados no Anexo: Planilha de Custos e Formação e Preços deste Estudo poderão ser solicitados à Contratada, e deverão seguir os mesmos parâmetros descritos nos itens 7.10.1.3 a 7.10.1.9.

7.11.4.1.1. Para os serviços não previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, porém, obtidos os orçamentos nas tabelas referencias, deverá ser aplicado o mesmo desconto atingido do certame e acrescido o BDI para Serviços eventuais previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.11.5. Será permitida a subcontratação do objeto desta contratação, referente à execução dos serviços eventuais sob demanda, a qual deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização da Contratante, sem que haja qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

7.11.6. A lista dos serviços eventuais sob demanda previstos para execução estão listados no Anexo: Planilha de Custos e Formação de Preços deste Estudo.

Início da execução contratual

7.12. O início da execução dos serviços de manutenção predial dar-se-á 01 (um) dia após a assinatura do contrato. Para os serviços de mão de obra fixa, como manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluindo reparos, adequações e adaptações, seguirão os seguintes procedimentos:

7.12.1. Vistoria da solicitação;

7.12.2. Relatório técnico do serviço solicitado;

7.12.3. Elaboração da planilha orçamentária preliminar pela Contratada;

7.12.4. Autorização da execução dos serviços;

7.12.5. Abertura de ordem de serviço;

7.12.6. Execução da ordem de serviço; e

7.12.7. O prazo de atendimento da Ordem de Serviço serão categorizados conforme abaixo:

a) SU - Serviços urgentes que exijam pronta solução, como vazamentos, quedas de energia etc. O prazo para início destes serviços será de 15 (quinze) minutos após o recebimento da solicitação.

b) SM - Serviços que necessitem apenas de materiais, peças ou equipamentos que a contratada deve possuir em estoque no MT. O prazo para início destes serviços será de 4 (quatro) horas após o recebimento da solicitação.

c) SC - Serviços que necessitem de materiais, peças ou equipamentos que, apesar de não serem necessários em estoque no MT, são encontrados facilmente no comércio local. O prazo para início destes serviços será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

d) SF - Serviços que necessitem de materiais, peças ou equipamentos que precisam ser encomendados de outros Estados. O prazo para início destes serviços é de 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da solicitação.

7.12.7.1. A depender das especificidades de cada demanda, a fiscalização poderá enquadrar o serviço necessário em um tipo de serviço que conceda mais tempo para a contratada iniciar a execução. O contrário não será permitido.

7.13. Os serviços corretivos por demandas deverão ter início de atendimento e prazos máximos para execução dos serviços atendendo aos descritos nas Ordens de Serviços específicas, prazos estes a serem estabelecidos pela fiscalização técnica da Contratante.

Locais da prestação dos serviços:

7.14. Os serviços serão prestados nos endereços abaixo:

a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";

b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;

c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;

d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

7.15. Podem ser realizados em diferentes imóveis que possam vir a ser ocupados por este Ministério, em outras localidades previamente indicadas, em Brasília- DF, mediante celebração prévia de termo aditivo e desde que atendidos os requisitos legais das alterações contratuais, a serem analisados em cada caso concreto.

7.16. Não será devido o pagamento à Contratada sobre o deslocamento para execução dos serviços, nem para empresas subcontratadas.

7.16.1. O local de referência da mão de obra residente será nas edificações do bloco "R". Quando necessário, a contratada deverá realizar o traslado da equipe residente para os Setores de Garagens sem ônus para a Contratante.

Jornada de trabalho

7.17. A jornada de trabalho será de:

7.17.1. Para o posto de Jardineiro, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, conforme dispõe na Instrução Normativa SEGES /MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, no horário compreendido entre 7h e 21h59m, com o devido intervalo para alimentação, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em jornadas diárias de 08h de segunda à sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

7.17.2. Para os demais cargos a jornada será de 44 (quarenta e quatro) horas de segunda a sexta-feira, entre 7h e 21h59, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

7.17.3. A jornada de serviços dos plantonistas será 12 x 36 horas - Diurno, no horário de 07h às 19h e 12x 36 horas - Noturno, no horário de 19h às 7h. Ambos os turnos são de segunda a domingo, inclusive em feriados, em regime de plantão permanente.

7.18. Não há previsão de horas extras. Poderá haver flexibilização do horário de determinados postos de trabalho mediante compensação de horário.

7.19. Em casos excepcionais, poderão ser solicitadas demandas que necessitem ser executadas aos sábados, domingos e feriados, e período noturno. Serviços em gabinetes, na maioria das vezes, serão realizados em horários não comerciais.

7.20. Nos casos de demandas que possam causar interrupções no funcionamento dos sistemas ou causar problemas ao normal funcionamento das áreas, a fiscalização programará junto à empresa a execução dos serviços em outros horários e dias, sendo sempre com prévia autorização.

Controle da assiduidade

7.21. A Contratada deverá instalar e manter durante a vigência do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura do contrato, sem ônus à Contratante, equipamentos digitais por meio biométrico e/ou programa/aplicativo para registrar o efetivo horário de entrada, intervalos e saída do empregado.

7.21.1. Se optar por ponto eletrônico deverá ser instalado 1 (um) equipamento biométrico no Edifício Sede e 1 (um) no Edifício Anexo, conforme endereços citados no subitem 7.14;

7.21.2. O equipamento é de propriedade da Contratada, que se responsabiliza pela sua manutenção, substituição e retirada ao término da vigência contratual, assim como pela correta orientação de seus prestadores de serviços para o manuseio do equipamento.

7.22. Os equipamentos deverão ter capacidade de reconhecimento biométrico dos colaboradores ou facial, de forma a garantir a segurança dos dados e registros. Se facial, os registros só devem ocorrer nas dependências das edificações citadas.

7.23. O comprovante do registro eletrônico dos pontos devem ficar à disposição imediata dos colaboradores, para facilitação do controle de horas.

Coberturas de postos

7.24. As ocorrências de eventuais afastamentos ou ausências dos empregados da execução dos serviços, por quaisquer motivos, ensejarão providências da Contratada para que os mesmos sejam substituídos temporariamente, devendo ocorrer a cobertura em até 2 (duas) horas a contar da notificação da Contratante.

7.25. A Contratante solicitará formalmente a substituição de empregado(s), mediante a apresentação de justificativa.

Preposto

7.26. O Preposto deve ser formalmente designado pela Contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

7.27. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do Preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.28. A comunicação entre a Contratante e a Contratada deve ser realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.29. A Contratada poderá convocar o Preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.30. Ressalta-se que o Preposto não integra o rol de profissionais residentes definidos neste Estudo.

7.31. É vedado à Contratada a designação do Preposto na função de substituto em qualquer posto da prestação do serviço.

Uniformes

7.32. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

7.32.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário previsto na aba "EPI" que se encontra dentro do Anexo: Planilha de Custos e Formação de Preços, anexo deste Estudo;

7.32.2. A empresa deverá disponibilizar ao empregado na data de início da execução do contrato 01 (um) conjunto completo ao empregado, conforme especificado na tabela do item 7.36 deste Estudo, devendo ser substituído esse conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

7.33. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos:

7.33.1. Ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Brasília e com o posto de serviço, durável e que não desbote nem amasse facilmente;

7.33.2. Todos os sapatos deverão oferecer conforto aos funcionários e dificultar a proliferação de bactérias pelo suor;

7.33.3. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da empresa, de forma visível, preferencialmente, na própria blusa /camisa;

7.33.4. É vedado à empresa utilizar modelos de uniformes que causem constrangimento aos empregados.

7.34. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

7.35. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Equipamentos de Proteção Individual - EPI

7.36. A Contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI a todos os funcionários de acordo com a atividade desempenhada, em conformidade com a NR 6, NR 10, NR 12, NR 18 e demais normas regulamentadoras dos serviços contratados:

ELETRICISTA PREDIAL	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvras de borracha – látex – cano curto
10	Luvras de raspa de cano curto
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
1	Respirador descartável sem válvula
60	Protetor facial de acrílico
360	Luva de alta tensão

BOMBEIRO HIDRÁULICO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvras de borracha – látex – cano curto
10	Luvras de raspa de cano curto
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
ENGENHEIRO/ARQUITETO/TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES/ALMOXARIFE	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
90	Abafador de ruídos
ENCARREGADO GERAL	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO

180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
5	Luvas de PVC cono médio forradas
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
1	Respirador descartável sem válvula
PINTOR	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
15	Avental de PVC
60	Óculos contra impacto
1	Respirador descartável sem válvula
120	Máscara semifacial com 1 filtro

10	Filtro para máscara semifacial
20	Protetor auricular
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
AJUDANTE DE MANUTENÇÃO E REPAROS	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
5	Luvas de PVC cano médio forradas
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
10	Luvas de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
1	Respirador descartável sem válvula
20	Protetor auricular
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável

SERRALHEIRO/SOLDADOR	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
10	Luvras de raspa de cano curto
90	Mangas de raspa
30	Perneira de raspa
60	Óculos contra impacto
60	Protetor facial de acrílico
180	Óculos de soldagem
360	Máscara de soldagem
1	Respirador descartável sem válvula
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
20	Protetor auricular
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
TÉCNICO DE REDE E TELEFÔNIA	

VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvras de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
360	Capacete classe B de polietileno
PLANTONISTA: OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DIURNO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvras de raspa de cano curto
PLANTONISTA: OFICIAL DE MANUTENÇÃO - NOTURNO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)

180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Japona (Agasalho de frio)
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvras de raspa de cano curto
MARCENEIRO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvras de raspa de cano curto
PEDREIRO	

VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvras de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
360	Capacete classe B de polietileno
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
JARDINEIRO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvras de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
130	Crene de proteção solar FPS 30
60	Capa impermeável

7.36.1 Será obrigatório que todos os funcionários da Contratada utilizem todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela legislação durante o exercício de suas atividades previstas contratualmente.

7.37. A Contratada é obrigada a adaptar-se a todas as alterações exigidas em legislação relacionadas a EPI que ocorrerem durante a vigência do contrato.

7.38. A Contratada deve observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde Ocupacional para a prevenção de acidentes durante cada etapa dos serviços. Será responsável por todas as disposições e obrigações previstas na legislação específica de acidentes de trabalho, incluindo quando seus trabalhadores forem vítimas de acidentes no desempenho dos serviços ou conexão em com eles, mesmo que ocorram nas dependências da Contratante.

Critérios de aferição/medição dos serviços para pagamento

7.39. Os serviços serão dimensionados da seguinte forma:

7.39.1. Unidade de medida de serviço:

- Postos de trabalho fixos;
- Fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, conforme solicitado pela Gestão; e
- Serviços eventuais sob demanda.

7.39.2. Produtividade de referência do serviço: Os profissionais deverão prestar os serviços de acordo com o quantitativo, carga horária e turnos estabelecidos pela Administração, que deverão ser suficientes para atender a demanda do Ministério.

7.39.3. Instrumento de Medição de Resultado (IMR): A medição dos serviços será realizada por meio dessa ferramenta de resultados com base no recebimento provisório e definitivo do objeto, e definirá o pagamento mensal devido à Contratada.

7.39.3.1. Todas as aferições e cálculo de glosas em virtude de serviços não prestados adequadamente estarão listados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

Detalhamento das exigências/comprovações de experiência para postos com graduação:

ATIVIDADE	REQUISITOS
Para o exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos.	<ul style="list-style-type: none">• Diploma do curso de graduação conforme a área de concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;• Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), e qualquer outra página que ajuda na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;• Declaração do empregador com o período (início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego.
Para exercício de atividade em empresa/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos.	<ul style="list-style-type: none">• Diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;• Declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas.
Para exercício de atividade /serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos.	<ul style="list-style-type: none">• Diploma de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;• Contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o Contratante;• Declaração do Contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego /função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

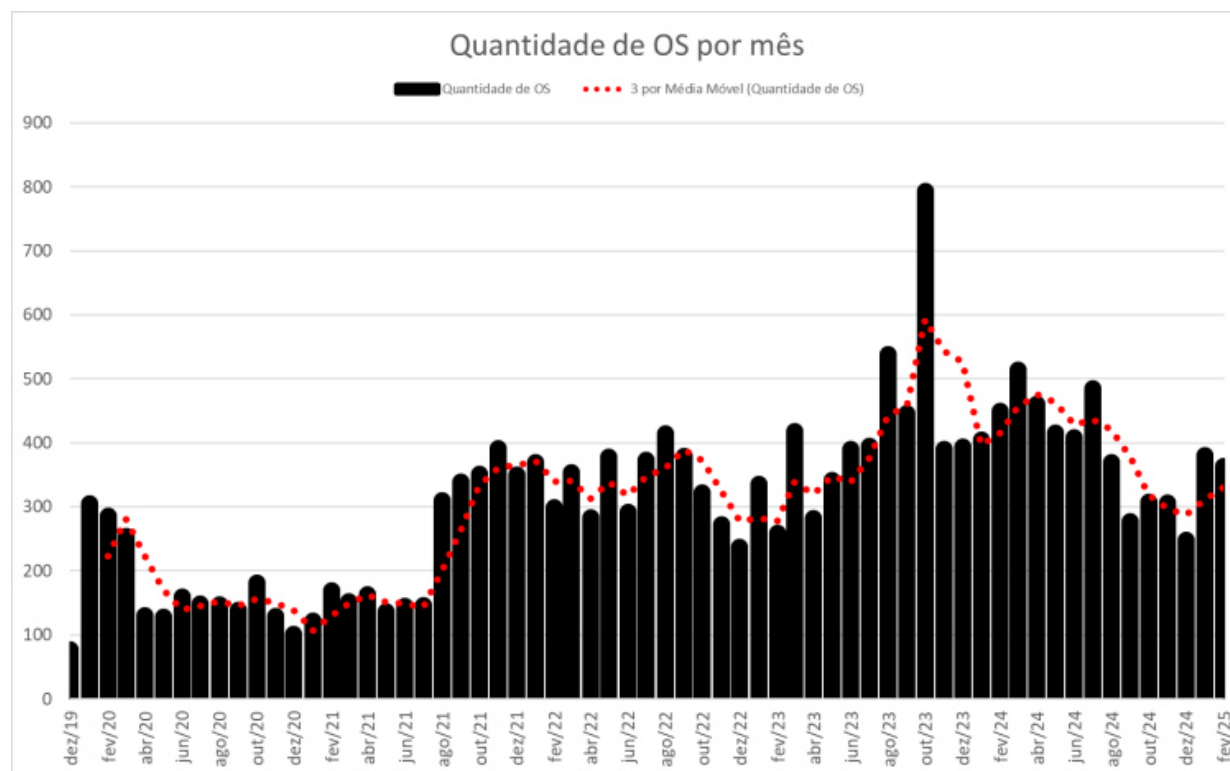
Para exercício de atividade /serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos.

- Diploma de graduação conforme a área/especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;
- Recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo;
- Declaração do Contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

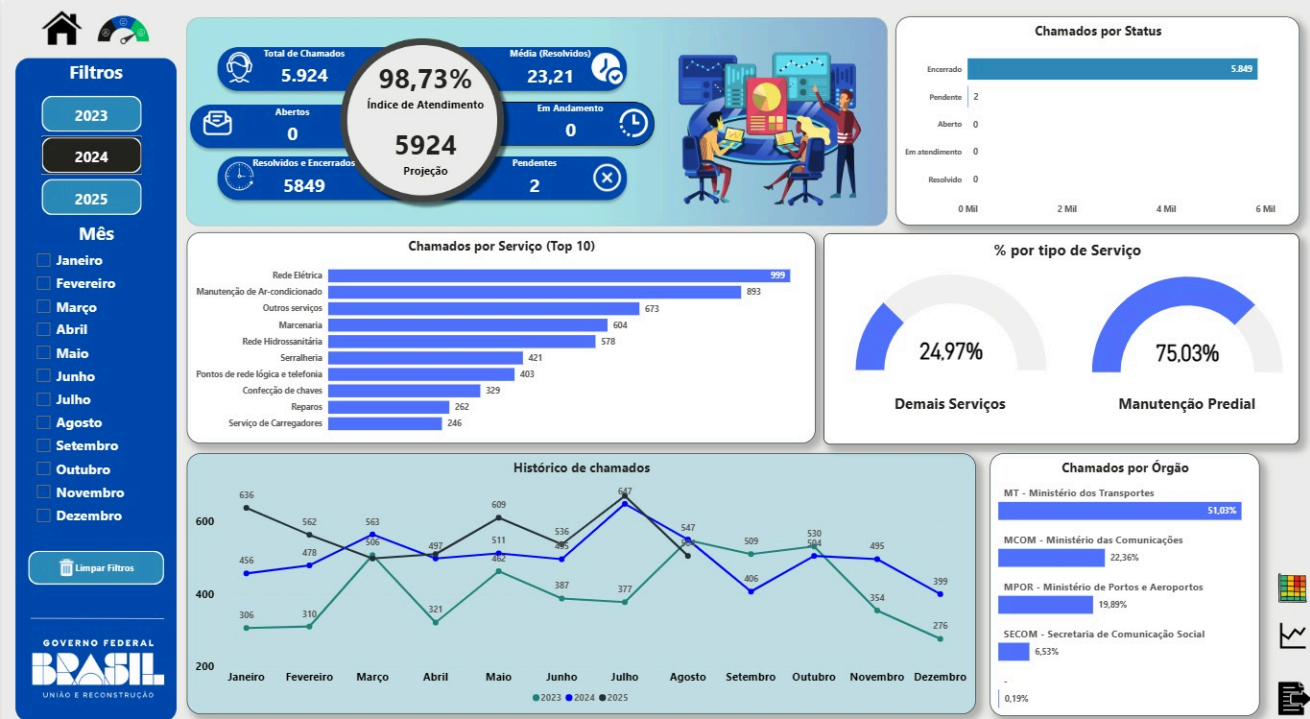
8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O contrato de manutenção predial vigente, celebrado no ano de 2018, foi dimensionado exclusivamente para atender às necessidades de manutenção dos Edifícios Anexos. À época, a manutenção do Edifício Sede era de responsabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Contudo, após a reestruturação governamental, o MCTI desocupou as instalações do referido edifício e não realizou a sub-rogação do contrato de manutenção em favor do novo gestor condominial.

8.2. Em 2021, foi celebrado o Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44, por meio do qual o Ministério dos Transportes assumiu a gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, localizados no Bloco “R” da Esplanada dos Ministérios. Atualmente, esses edifícios são ocupados pelos seguintes órgãos clientes: Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), Ministério das Comunicações (MCOM) e Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Além disso, o Ministério dos Transportes também é responsável pela gestão dos Edifícios SGON I e II, localizados no Setor de Garagens Norte.



8.3. Observa-se que, após o Ministério assumir a gestão das demais edificações, houve um aumento expressivo das demandas. Ainda que tenham sido realizados acréscimos contratuais dentro dos limites legais de aditativação, tais ajustes revelaram-se insuficientes para atender, de forma adequada, às necessidades das edificações sob responsabilidade do Ministério.



8.4. Com a implantação da Central de Serviços, em 2024, os registros de manutenção corretiva passaram a totalizar aproximadamente 6.000 chamados por ano. Ademais, as Pastas têm passado por constantes processos de reorganização estrutural, o que tem gerado um aumento significativo nas demandas por serviços de alteração de leiaute. Ressalta-se que todas essas solicitações vêm sendo integralmente atendidas pela equipe de mão de obra residente.

8.5. A reorganização dos postos de trabalho é fundamental para garantir a continuidade das manutenções preventiva e preditiva, as quais, muitas vezes, deixam de ser executadas de forma satisfatória em razão do elevado número de demandas corretivas abertas. Ressalta-se que tais manutenções são indispensáveis para a preservação das condições das instalações prediais, assegurando a correção de falhas e problemas de infraestrutura, de modo a manter o funcionamento adequado, em conformidade com as normas vigentes, além de garantir a segurança, a higiene e o conforto dos usuários das edificações.

8.6. Para atender às exigências legais e assegurar a plena execução do objeto contratual, este Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresenta tabela com o novo quantitativo de postos de trabalho necessários ao atendimento das demandas, bem como uma lista atualizada e abrangente de materiais passíveis de utilização nas manutenções, conforme detalhado no Anexo – Planilha de Custos e Formação de Preços deste estudo.

SERVIÇOS MÃO DE OBRA FIXA:

8.7. O quadro abaixo demonstra a estimativa da necessidade de postos pretendidos:

POSTOS ATUAIS	QUANTIDADE ATUAL	PROPOSTA POSTOS	QUANTIDADE PROPOSTA	SITUAÇÃO
Encarregado-Geral	1	Encarregado-Geral	1	Mantido
Eletricista	5	Eletricista Predial	6	Acréscimo
Técnico de Manutenção	4	-	-	Excluído
Técnico de Manutenção - Plantonista	2	Plantonista: Oficial de Manutenção Diurno /Noturno	8	Acréscimo (plantonistas por turno)
Serralheiro/Soldador	2	Serralheiro/Soldador	4	Acréscimo
Técnico de Rede	3	Técnico de Rede e Telefonia	4	Acréscimo
Pedreiro	1	Pedreiro	3	Acréscimo
Pintor	1	Pintor	3	Acréscimo
Auxiliar Administrativo	1	-	-	Excluído
Auxiliar de Serviços Gerais	11	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	12	Acréscimo
Jardineiro	2	Jardineiro	4	Acréscimo
Marceneiro	4	Marceneiro	5	Acréscimo

Técnico em Edificações	1	Técnico em Edificações	2	Acréscimo
Engenheiro Civil	1	Engenheiro Civil	1	Mantido
Engenheiro Eletricista	1	Engenheiro Eletricista	1	Mantido
Engenheiro Mecânico	1	Engenheiro Mecânico	2	Acréscimo
-	-	Bombeiro Hidráulico	2	Novo
-	-	Arquiteto	2	Novo
-	-	Almoxarife	1	Novo
-	-	Engenheiro Civil Pleno (Líder)	1	Novo
TOTAL	41	TOTAL	62	Acréscimo de 21

8.7.1. Eletricista Predial:

a) O acréscimo no quantitativo de postos para esta função, justifica-se pelo aumento da demanda de ações corretivas no sistema elétrico.

8.7.2. Plantonista (multifunção):

a) O ajuste da função do Plantonista, para que este profissional possua conhecimento amplo e possa atuar em diversas áreas, atende à necessidade de maior flexibilidade operacional. Com isso, amplia-se a capacidade de resposta a ocorrências imediatas, reduzindo o tempo de inatividade e garantindo maior eficiência nos atendimentos emergenciais.

8.7.3. Serralheiro/Soldador:

a) O acréscimo no quantitativo de postos para esta função, justifica-se pelo aumento da demanda de ações corretivas.

8.7.4. Técnico de Rede:

a) O acréscimo no quantitativo de postos para esta função, justifica-se pelo aumento da demanda de ações corretivas no sistema rede lógica e telefonia.

8.7.5. Pedreiro:

a) Atualmente, o contrato de manutenção predial dispõe de apenas 1 (um) posto de Pedreiro, para atendimento simultâneo de quatro edificações distintas. Essa quantidade mostra-se insuficiente diante da natureza dos serviços, da dimensão das áreas atendidas e da frequência das demandas recebidas.

b) As atividades desempenhadas pelo pedreiro são essenciais para a conservação da infraestrutura predial, compreendendo reparos em alvenaria, pisos, revestimentos, fachadas, concretos, estruturas de apoio e demais componentes construtivos. Tais serviços são rotineiramente demandados, tanto de forma preventiva (para evitar deterioração precoce da edificação) quanto corretiva (para recomposição de danos ou falhas já existentes).

8.7.6. Pintor:

a) Atualmente, o contrato de manutenção predial dispõe de apenas 1 (um) posto de Pintor, para atendimento simultâneo de quatro edificações distintas. Essa quantidade mostra-se insuficiente diante da natureza dos serviços, a necessidade de conservação contínua e a frequência de serviços requeridos.

b) As atividades desempenhadas pelo pintor são essenciais para a preservação estética e funcional das edificações, envolvendo atividades de preparação de superfícies, aplicação de tintas e revestimentos, recuperação de acabamentos, impermeabilizações pontuais, sinalizações e pinturas de manutenção preventiva. Além de garantir a boa aparência e valorização dos ambientes, esses serviços desempenham papel essencial na proteção das superfícies contra deterioração, infiltrações e desgaste natural.

8.7.7. Ajudante Geral de Manutenção e Reparos:

a) O acréscimo no quantitativo de postos para esta função, justifica-se pelo aumento de profissionais que necessitam de apoio para execução dos serviços.

8.7.8. Jardineiro:

a) Atualmente, o contrato de manutenção predial dispõe de apenas 2 (dois) postos de Jardineiro, para atendimento simultâneo de quatro edificações distintas. Essa quantidade tem se mostrado insuficiente diante da extensão das áreas verdes existentes e da frequência de serviços necessários para sua adequada conservação.

b) As atividades desempenhadas pelos jardineiros são fundamentais para a manutenção paisagística e ambiental das edificações, compreendendo corte de gramados, controle de pragas, adubação, irrigação, substituição de mudas, manutenção de canteiros e limpeza das áreas ajardinadas, bem como os cuidados com as plantas internas da edificação.

8.7.9. Marceneiro:

- a) O acréscimo no quantitativo de postos para esta função, justifica-se pelo aumento da demanda de ações corretivas.

8.7.10. Técnico em Edificações:

- a) Atualmente, o contrato de manutenção predial dispõe de apenas 1 (um) posto de Técnico em Edificações, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades em quatro edificações distintas.
- b) O acréscimo de mais um posto para esta função, justifica-se pela desempenha funções essenciais, incluindo: acompanhamento dos reparos, verificação de conformidade com normas técnicas, supervisão das rotinas de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, registro de não conformidades, elaboração de relatórios técnicos e interface com a contratante para definição de prioridades e acompanhamento das demandas.

8.7.11. Almoхарife:

- a) A inclusão do posto de Almoхарife justifica-se pela demanda de controle e gerenciamento adequado dos materiais em almoxarifado. A centralização deste processo permite reduzir perdas, otimizar custos e assegurar que insumos, peças e ferramentas estejam sempre disponíveis para execução das atividades de manutenção.

8.7.12. Arquiteto:

- a) O acréscimo do posto de Arquiteto é necessário para atender às alterações de leiaute e demais demandas inerentes ao uso do espaço físico. A presença deste profissional garante que as adaptações sejam executadas de acordo com critérios técnicos, funcionais e estéticos, além de atender às normas de acessibilidade, ergonomia e segurança.

8.7.13. Bombeiro Hidráulico:

- a) A designação de um Bombeiro Hidráulico torna-se indispensável para assegurar a manutenção contínua do sistema hidráulico da edificação. Este profissional atua na prevenção de falhas, reparos emergenciais e na conservação de sistemas essenciais, como abastecimento de água, esgoto, reservatórios e redes de combate a incêndio.

8.7.14. Engenheiro Civil Pleno (Líder):

- a) O contrato de manutenção predial nº 24/2019, vigente atualmente, foi dimensionado exclusivamente para atender às necessidades de manutenção dos Edifícios Anexos. À época, a manutenção do Edifício Sede estava sob responsabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, então órgão gestor da edificação.
- b) Contudo, com a edição da Medida Provisória nº 980/2020 (4168758), que criou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o Ministério das Comunicações - MCom, a relação de ocupação dos edifícios foi alterada e o Ministério da Infraestrutura, atual Ministério dos Transportes, passou a ser o órgão gestor de todas as edificações que integram o Bloco R, conforme Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas nº 1/2021, processo SEI nº 50000.004218/2021-44.
- c) Como resultado da reestruturação organizacional, o MCTI desocupou as instalações do referido edifício e sub-rogou alguns contratos de serviços em favor do novo órgão gestor. Entretanto, não houve sub-rogação do contrato de manutenção predial, cabendo ao então MInfra, alternativamente, atender às demandas de manutenções corretivas por meio do contrato nº 24/2019, até que se realizasse nova contratação.
- d) No decorrer da execução do contrato de manutenção predial nº 24/2019, dados a complexidade e os desafios apresentados pelo novo cenário que se configurou, constatou-se a necessidade de prever um posto específico para coordenação das atividades, visando garantir maior eficiência, padronização e qualidade na execução contratual, considerando que o objeto passou a abranger a manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva de quatro edificações distintas.
- e) A criação do posto de Engenheiro Civil Pleno (Líder), é essencial para garantir a gestão técnica e centralizada das atividades de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva. Esse posto visa assegurar a coordenação integrada de todos os profissionais alocados no contrato, frente à complexidade e diversidade dos sistemas prediais existentes, tais como instalações hidráulicas, elétricas, estruturais, climatização, acabamentos e áreas externas.
- f) O profissional designado para este posto deverá possuir especialização técnica e experiência comprovada de, no mínimo, 05 (cinco) anos na execução de serviços compatíveis com o objeto contratual, garantindo, assim, capacidade para tomadas de decisão estratégicas, atuação preventiva e gestão eficaz dos recursos humanos e materiais.

8.8. A descrição das atribuições e qualificação de cada posto encontra-se no Anexo: Postos, Requisitos e Equipamentos.

8.9. O quantitativo de postos foi definido com base no histórico do contrato de manutenção vigente, considerando o número de demandas de cada posto e o tempo médio de atendimento. Com um maior número de profissionais dedicados à manutenção, torna-se possível conservar as instalações em melhores condições, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro, limpo e funcional para os ocupantes dos edifícios.

8.10. Essa melhoria impacta diretamente a produtividade e a satisfação dos usuários, além de permitir a implementação de programas de manutenção preventiva mais eficazes. Tal abordagem contribui para a redução de custos a longo prazo, prevenindo problemas maiores, e aumenta a vida útil das instalações, elemento essencial para a sustentabilidade financeira de qualquer edifício.

8.11. Além da definição dos postos e de suas respectivas atribuições, a Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, em seu Art. 189, dispõe sobre as atividades ou operações insalubres e no Art. 193, dispõe sobre as atividades ou operações perigosas. Tais atividades que, por sua natureza ou método de trabalho, implicam em risco acentuado em virtude da exposição permanente do trabalhador, conforme segue:

(...)

Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

(...)

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

III – colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

8.12. Foi realizado estudo técnico, com base nas atividades e atribuições desempenhadas por cada posto para a execução do objeto contratual, em conformidade com as normas NR 15: Atividades e Operações Insalubres e a NR-16: Atividades e Operações Perigosas, para definição e majoração dos percentuais de insalubridade e periculosidade aplicáveis a cada posto, conforme apresentado na tabela abaixo:

ÍNDICES INICIAIS		
POSTOS	INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE
Arquiteto	-	-
Almoxarife	-	-
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	20%	30%
Bombeiro Hidráulico	40%	-
Eletricista Predial	-	30%
Encarregado Geral	-	-
Engenheiro Civil Pleno	-	-
Engenheiro Civil	-	-
Engenheiro Eletricista	-	-
Engenheiro Mecânico	-	-
Jardineiro	20%	-
Marceneiro	20%	-
Pedreiro	20%	-
Pintor	-	30%
Serralheiro/Soldador	40%	30%
Técnico em Edificações	-	-
Técnico de Rede e Telefonia	-	30%
Plantonista: Oficial de Manutenção - Diurno	20%	30%
Plantonista: Oficial de Manutenção - Noturno	20%	30%

8.13. Com base no quadro resumo dos percentuais acima, há postos de trabalho que apresentam tanto índices de insalubridade quanto de periculosidade. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho - TST, os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumuláveis, mesmo que se embasados em agentes distintos e autônomos.

POSTOS	INSALUBRIDADE			PERICULOSIDADE			Adicional mais vantajoso
	Salário Mínimo	%	Valor	Salário Base	%	Valor	
Arquiteto	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 10.800,00	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Almoxarife	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 2.574,37	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 1.743,69	30,00%	R\$ 523,11	Periculosidade
Bombeiro Hidráulico	R\$ 1.518,00	40,00%	R\$ 607,20	R\$ 2.574,37	0,00%	R\$ -	Insalubridade
Eletricista Predial	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 2.574,37	30,00%	R\$ 772,31	Periculosidade
Encarregado Geral	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 4.220,33	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Engenheiro Civil Pleno	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 12.192,42	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Engenheiro Civil	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 10.302,00	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Engenheiro Eletricista	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 10.302,00	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Engenheiro Mecânico	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 10.302,00	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Jardineiro	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	0,00%	R\$ -	Insalubridade
Marceneiro	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	0,00%	R\$ -	Insalubridade
Pedreiro	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	0,00%	R\$ -	Insalubridade
Pintor	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	30,00%	R\$ 772,31	Periculosidade
Serralheiro/Soldador	R\$ 1.518,00	40,00%	R\$ 607,20	R\$ 2.574,37	30,00%	R\$ 772,31	Periculosidade
Técnico em Edificações	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 3.481,39	0,00%	R\$ -	Não se aplica
Técnico de Rede e Telefonia	R\$ 1.518,00	0,00%	R\$ -	R\$ 3.481,39	30,00%	R\$ 1.044,42	Periculosidade
Plantonista: Oficial de Manutenção Diurno	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	30,00%	R\$ 772,31	Periculosidade
Plantonista: Oficial de Manutenção Noturno	R\$ 1.518,00	20,00%	R\$ 303,60	R\$ 2.574,37	30,00%	R\$ 772,31	Periculosidade

8.14. Com base nesta diretriz, foi realizada análise sob os percentuais de insalubridade e periculosidade de cada posto e será aplicado o índice mais vantajoso para o trabalhador, conforme quadro resumo abaixo e Anexo: Estudo de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno, deste Estudo.:

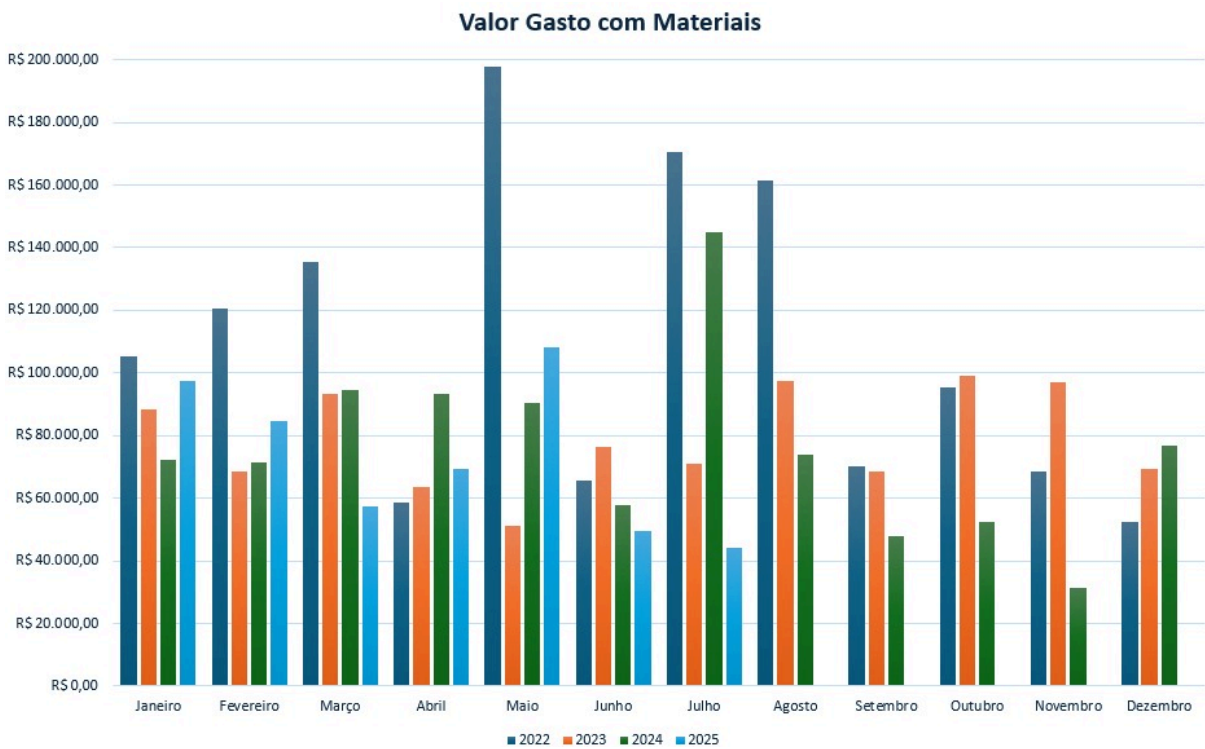
ÍNDICES DEFINITIVOS		
POSTOS	INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE
Arquiteto	-	-
Almoxarife	-	-
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	-	30%
Bombeiro Hidráulico	40%	-
Eletricista Predial	-	30%
Encarregado Geral	-	-
Engenheiro Civil Pleno	-	-
Engenheiro Civil	-	-
Engenheiro Eletricista	-	-
Engenheiro Mecânico	-	-
Jardineiro	20%	-
Marceneiro	20%	-
Pedreiro	20%	-
Pintor	-	30%
Serralheiro/Soldador	-	30%
Técnico em Edificações	-	-
Técnico de Rede e Telefonia	-	30%
Plantonista: Oficial de Manutenção - Diurno	-	30%

Plantonista: Oficial de Manutenção - Noturno	-	30%
--	---	-----

- 8.14.1. A definição pela não previsão de adicional de periculosidade ou insalubridade para os demais postos mencionados fundamenta-se nas atividades efetivamente desempenhadas por esses trabalhadores.
- 8.15. Para o posto Plantonista: Oficial de Manutenção - Noturno deverá ser previsto o percentual de "adicional noturno".
- 8.16. Para a adequada execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais, EPIs, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades estimadas e nas especificações de qualidade estabelecidas Anexo – Planilha de Custos e Formação de Preços deste estudo, promovendo sua substituição sempre que necessário.
- 8.17. As ferramentas e os materiais são considerados insumos da mão de obra e, portanto, a referida planilha não possui caráter exaustivo. Cabe à Contratante solicitar a inclusão de quaisquer itens adicionais que se façam necessários à adequada execução dos serviços previstos no contrato.

FORNECIMENTO DE MATERIAIS:

8.18. O aumento das demandas nos últimos três anos resultou em um crescimento significativo no consumo de materiais nas edificações, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



8.19. Ademais, a reestruturação dos espaços físicos em andamento nas edificações contribuiu para a atualização da lista de materiais utilizados, com a exclusão de itens obsoletos e a inclusão de materiais correspondentes às novas demandas, conforme detalhado no Anexo – Planilha de Custos e Formação de Preços deste estudo.

SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA:

- 8.20. Para os serviços eventuais sob demanda, foram previstos aqueles que não serão executados pela equipe fixa, em razão de sua maior complexidade, conforme detalhado no Anexo – Planilha de Custos e Formação de Preços deste estudo.
- 8.21. Esses serviços serão realizados por profissionais qualificados e especializados, sob a supervisão e orientação do Engenheiro Civil Pleno (Líder) ou, quando aplicável, ao Engenheiro responsável.
- 8.22. Para os serviços eventuais sob demanda, poderão compor a relação exemplificativa abaixo:

- a) serviço de cabeamento e dutamento do sinal de áudio e vídeo (TV a cabo);
- b) serviço de manutenção em obras civis;
- c) serviço de fornecimento e instalação de carpete, papel de parede, película jateada, película decorativa e reflexiva;

- d) serviço de fornecimento e instalação de rodapé de madeira e placa de granito;
- e) manutenção de grupo motor gerador de energia;
- f) serviço de pintura;
- g) serviço de serralheria e solda;
- h) serviço em esquadrias metálicas e vidraçaria;
- i) serviço de instalação e recuperação em forro e divisória;
- j) serviços iniciais, instalações de canteiros e andaimes;
- k) recarga, testes em extintores e testes em mangueiras para combate a incêndio;
- m) esgotamento de caixas de gordura e esgoto;
- n) transporte de entulho;
- o) serviço em portas e portões deslizantes;
- p) serviço na rede elétrica e rede elétrica estabilizada;
- q) serviço na rede lógica;
- r) serviço na rede hidrossanitária;
- s) serviço na rede de hidrantes e sprinklers;
- t) serviço no sistema de manejo e controle de fumaça e alarme de incêndio;
- u) serviço em CFTV (Circuito Fechado de Televisão);
- v) serviço em sistema de alarme;
- w) serviço no sistema de condicionamento e refrigeração de ar;
- x) serviço de manutenção em subestação de energia, quadros de média e baixa tensão;
- y) serviço de carpintaria e marcenaria.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. Após a pesquisa de preços estima-se que a contratação terá o custo anual de **R\$ 17.270.626,70 (dezesete milhões, duzentos e setenta mil, seiscentos e vinte e seis reais, setenta centavos)**, conforme resumo demonstrado abaixo:

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Catser	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Serviço de mão de obra fixa	1627	Posto	01	R\$ 7.640.458,00	R\$ 7.640.458,00
02	Fornecimento de materiais	1627	unid.	01	R\$ 6.255.455,43	R\$ 6.255.455,43
03	Serviços eventuais sob demanda	1627	unid.	01	R\$ 3.374.713,27	R\$ 3.374.713,27
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 17.270.626,70

9.2. Nessa estimativa foram aplicados os seguintes critérios:

9.2.1. **Item 1** - Considera-se o salário e os benefícios definidos na Convenção Coletiva de Trabalho, aplicados na planilha de formação de preços por categoria.

9.2.1.1. Para a formação dos preços dos postos de serviços foram utilizados as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho:

- a) CCT 2023/2025-DF000498/2023 - Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal.
- b) CCT 2025/2026-DF000042/2025 - Sindiserviços/DF.

c) CCT 2024/2025-DF000334/2024 - Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal.

d) CCT 2024/2025-DF000250/2024 - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal.

9.2.1.2. Para a formação do preço do posto de Engenheiro Civil Pleno (Líder):

a) Para diferenciar o posto de Líder dos demais engenheiros vinculado ao contrato, tendo em vista a função estratégica de coordenação das atividades e o nível de qualificação exigido, o salário de referência foi estabelecido com base na Tabela SINAPI – agosto/2025.

COD. INSUMO	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNID.	PREÇOS (R\$)		PORCENTAGEM
			SEM DESONERAÇÃO	COM DESONERAÇÃO	
040811	Engenheiro Civil de Obra Júnior	mês	21.959,61	19.662,88	100%
040813	Engenheiro Civil de Obra Pleno	mês	25.988,71	23.270,57	118,35%

b) Foi realizada à análise comparativa entre as categorias de Engenheiro Civil Júnior e Pleno, onde identificou-se a diferença de **18,35%**. Esse percentual será aplicado sobre o salário-base, de modo a assegurar remuneração condizente com a complexidade e responsabilidade atribuídas ao posto de Engenheiro Civil Pleno (Líder).

9.2.2. **Itens 2 e 3** - A pesquisa de preços para a estimativa do valor da contratação foi elaborada nos termos do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados com recursos da União. A metodologia seguiu as diretrizes da Instrução Normativa nº 91/2022, que autoriza a aplicação desse decreto para definição do valor estimado em processos licitatórios e contratações diretas, conforme o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de licitação e de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

9.2.3. Para a formação do preço referencial e das estimativas de custos, foram considerados preços de mercado atualizados a partir do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), do Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE), do Sistema Brasileiro de Custos (SBC) e do Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC).

9.2.4. Conforme o art. 5º da IN nº 65/2021, foram adotados critérios como a análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública no último ano, considerando os índices de atualização de preços; pesquisas publicadas em mídia especializada e tabelas de referência oficiais, desde que atualizadas e dentro do prazo de até seis meses antes da divulgação do edital; e cotação direta com pelo menos três fornecedores, desde que devidamente justificadas e dentro do prazo de seis meses.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

(...)

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

9.2.5. A pesquisa também incluiu uma análise crítica da planilha de materiais do contrato vigente, com a exclusão de itens que não foram utilizados durante sua vigência e a inclusão de outros considerados pertinentes.

9.2.6. A definição do valor estimado da contratação seguiu o método mais vantajoso, aplicando o coeficiente de variação no valor unitário e multiplicando-o pela quantidade demandada, resultando no montante de **R\$ 17.270.626,70 (dezesete milhões, duzentos e setenta mil, seiscentos e vinte e seis reais, setenta centavos)**.

9.2.7. No valor total estimado foram incluídos os percentuais de 19,81% para materiais e 27,19% para serviços, conforme estabelecido no Acórdão nº 2622/2013 do TCU e na Lei nº 14.973/2024.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A Equipe de Planejamento da contratação avaliou todas as possibilidades e riscos de parcelamento da solução, bem como a viabilidade de não parcelar, devido ao objeto da contratação ser único.

10.2. Nesse sentido, a contratação dos serviços sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

10.2.1. O parcelamento tornaria os serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, tornando-os desvantajosos para as empresas;

10.2.2. Com maior valor do contrato seria mais atraente para as empresas do segmento acarretando em maior competitividade no certame;

10.2.3. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual;

10.2.4. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

10.2.5. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros;

10.2.6. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação;

10.2.7. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

10.3. Todo o objeto, inclusive os materiais, serviços e aluguel de máquinas e equipamentos serão contratados em um único grupo. Não é adequado dividir e licitar separadamente os serviços contratados, pois os mesmos são complementares entre si, e possuem a mesma natureza, portanto, para que não haja perda de economia das solicitações é importante que os serviços sejam licitados em um grupo único.

10.4. Vale salientar que, a natureza não divisível dos serviços, faz com que a licitação sem divisão seja a melhor opção em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que, desta forma, indubitavelmente ocorrerá uma eficiente execução e gerenciamento do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o a execução dos serviços.

10.5. O contrato de manutenção que inclui tanto a prestação do serviço quanto o fornecimento de materiais oferece várias vantagens para o órgão, tais como:

a) Eficiência e simplificação: ao combinar esses fornecimentos, o órgão evita a necessidade de lidar com vários fornecedores e processos de licitação separados, que simplifica a gestão e economiza tempo.

b) Redução de custos: a compra de materiais em conjunto com o serviço de manutenção pode resultar em preços mais competitivos, além de que a manutenção preventiva reduz gastos com reparos emergenciais.

c) Agilidade na resposta: com um único contrato, o órgão tem acesso imediato a serviços de manutenção e materiais quando necessário, minimizando o tempo de inatividade.

d) Qualidade garantida: fornecedores que oferecem ambos os serviços podem garantir a qualidade dos materiais utilizados na manutenção.

10.6. A opção em não parcelar, gera uma gestão mais eficiente, econômica e sustentável para o órgão. Quando se trata de serviços de manutenção de um sistema elétrico, alguns subsistemas, como grupo gerador e nobreak poderiam estar apartados do conjunto e, portanto, passíveis de serem contratados separadamente, o que poderia ser uma alternativa a fim de obter economicidade e competitividade, mas podem apresentar desafios e riscos técnicos, que os desaconselham, tais como:

10.6.1. Com apenas um prestador de serviço, a fiscalização das atividades de manutenção elétrica torna-se mais simples e fácil, enquanto que com mais prestadores de serviços seria mais complexa e problemática. Isso ocorre, em função da interconexão existente entre os vários subsistemas, onde o elemento comum é corrente elétrica, o que dificulta a sincronização e até mesmo conflitos entre os profissionais envolvidos, principalmente em momentos de interrupção ou parada dos subsistemas para reparos corretivos.

10.6.2. Empresas diferentes podem ter abordagens e padrões diferentes para a realização dos serviços de manutenção. Isso pode resultar em inconsistências nos procedimentos, na qualidade e na conformidade com as normas técnicas.

10.7. O fornecimento do material através da empresa responsável pela mão de obra tornou-se vantajoso para o órgão pelos seguintes pontos: redução nas perdas e desperdício, eficiência na aplicação, responsabilidade pela qualidade do material fornecido, interesse pelo tempo reduzido de entrega, maior responsabilidade e atenção na quantificação e/ou dosagem do material necessário. Ademais, o fornecimento dos materiais sendo efetuado por apenas um fornecedor pode reduzir custos e agilizar o atendimento das demandas.

10.8. Por questões de economia e padronização de materiais e serviços e visando evitar a incompatibilidade dos itens a serem adquiridos, o parcelamento da solução não é vantajoso para o Ministério a medida que a divisão se mostra inadequada ao atendimento dos interesses e das necessidades do Órgão.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes vigentes no órgão que possam impactar na contratação em curso.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia":

- (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/planejamento-estrategico-2024-2027/planejamento-estrategia>)
- (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

12.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano-de-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf>. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

12.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-22/2025.

13. Resultados Pretendidos

13.1. Garantir a manutenção contínua e ininterrupta dos diversos sistemas prediais das instalações da Contratante, assegurando um padrão operacional adequado e a segurança necessária para a continuidade das atividades do órgão. Busca-se, também, alcançar a máxima economicidade e o menor impacto ambiental possível, além de garantir que a edificação tenha seus sistemas protegidos e seguros, respeitando os parâmetros construtivos estabelecidos.

13.2 A manutenção e conservação do patrimônio público são essenciais para que as atividades sejam executadas pelos colaboradores de forma eficaz. O serviço de manutenção predial já está em execução e a interrupção desses serviços certamente resultaria em transtornos no desenvolvimento dos trabalhos, comprometendo o bem-estar, a segurança e, principalmente, a saúde dos servidores que aqui exercem suas funções.

13.3. A contratação atende ao princípio da economicidade, considerando a frequência da necessidade de serviços preventivos, corretivos e preditivos tanto na edificação quanto nos sistemas elétricos, hidráulicos, entre outros. Dessa forma, os serviços de conservação a serem contratados apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão.

13.4. Dentre os ganhos diretos que serão possíveis alcançar com a presente contratação destacam-se:

13.4.1. Garantir diferentes níveis de privacidade, dando a tranquilidade aos servidores, gestores, colaboradores executarem suas atividades com qualidade e presteza, tornando eficazes e efetivas suas ações.

13.4.2. Transformar o espaço em um ambiente de trabalho funcional e produtivo e com isso, alcançar resultados que agreguem valor.

13.4.3. Oferecer melhor conforto e segurança aos servidores, com instalações físicas adequadas que consequentemente trarão melhores desempenhos nas atividades exercidas.

13.4.4. Melhorias nas instalações físicas dos ambientes de forma a proporcionar as condições ideais ao desenvolvimento dos trabalhos do Ministério;

13.4.5. A adequação das instalações hidrossanitárias, bem como das instalações elétricas e demais que se encontram em desacordo com as normas atuais e que apresentam problemas de manutenção corretiva frequente;

13.4.6. Adequação dos ambientes às novas exigências normativas e tecnológicas em relação à eficiência energética e de cabearios estruturados;

13.4.7. Melhoria da imagem do Ministério junto aos usuários de suas estruturas.

13.5. Espera-se que essa contratação integrada dos serviços resulte em ganhos financeiros e processuais.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As manutenções serão realizadas de forma planejada de modo a não comprometer as atividades do Ministério dos Transportes e demais órgãos instalados nas edificações em comento. Os locais dos serviços serão isolados pela Contratada e fiscalizados pela Contratante.

14.2. Os serviços serão executados nas dependências dos imóveis administrados pela Contratante.

14.3. A Contratante disponibilizará espaço físico nos Edifícios para a Contratada, que verificará previamente o local disponibilizado, a fim de melhor adequar o mobiliário e instalação de equipamentos em geral (equipamentos de informática, ponto de internet, telefone, e o que mais for necessário) para o bom desempenho dos serviços. Este espaço será reservado para a equipe que trabalhará diretamente neste imóvel.

14.4. Será necessário o planejamento para liberação de áreas onde serão executados os serviços, necessitando de apoio das unidades de logística e de infraestrutura.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Todos os requisitos de sustentabilidade serão exigidos da Contratada, visando reduzir a geração de resíduos e entulhos. A empresa deverá realizar o descarte dos materiais residuais de forma correta e em conformidade com as normas vigentes sobre sustentabilidade e conservação ambiental.

15.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, feitos pela Resolução CONAMA nº448 de 18/01/2012 e do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação;

15.3. Controlar a emissão de ruídos que não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

15.4. Empregar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

15.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

15.6. Fornecer materiais e equipamentos de reposição, como lâmpadas, por exemplo, que gerem menor ruído no seu funcionamento conforme a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;

15.7. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

15.8. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, no início da execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

15.9. Para amenizar possíveis impactos ambientais a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, tais como:

15.9.1. Todos os produtos e equipamentos utilizados devem obedecer às determinações da ANVISA e do CONAMA e das demais legislações aplicáveis, de maneira a minimizar os possíveis impactos ambientais.

15.9.2. Fornecer materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

15.9.3. Usar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

15.9.4. Garantir a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

15.9.5. Utilizar produtos florestais madeireiros, originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;

15.9.6. Acondicionar os materiais em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando, de preferência, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.9.7. Separar os resíduos recicláveis descartáveis e destiná-los à associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

15.9.8. Realizar treinamento/capacitação periódicos dos prestadores de serviços sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, bem como a sua necessidade e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante e Técnico Suplente



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 11:19:40.

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante Administrativa Titular



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 11:20:27.

Anexo – INFORMAÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento da Contratada e Contratante, visando atender a conveniência da organização dos serviços a serem prestados, fica estabelecida a adoção dos conceitos e definições relacionados abaixo:

- **Análise paramétrica do Orçamento:** método de aferição de orçamento de obra ou de etapa realizada com a utilização de estimativas de valores de custos de obras com características semelhantes;
- **Benefícios/Bonificação e despesas indiretas – BDI:** taxa correspondente às despesas indiretas e ao lucro que, aplicada ao custo direto do empreendimento (materiais, mão-de-obra, equipamentos), eleva-o a seu valor final;
- **Benefícios/Bonificação e despesas indiretas reduzido – BDI Reduzido:** aplicado aos serviços especializados, totalmente terceirizáveis, de natureza específica e que possam ser utilizados por empresas com especialidades próprias;
- **Composição de custo unitário:** detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida;
- **Custo global de referência:** valor resultante do somatório dos custos totais de referência de todos os serviços necessários à plena execução da obra ou serviço de Engenharia;
- **Custo total de referência do serviço:** valor resultante da multiplicação do quantitativo do serviço previsto no orçamento de referência por seu custo unitário de referência;
- **Custo unitário de referência:** valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;
- **Defeito:** anormalidade em equipamento ou sistema que não impede o desempenho de sua função;
- **Equipamentos:** conjunto de elementos agrupados fisicamente para executar determinada função.
- **Equipamentos de proteção individuais (EPI) ou coletivos (EPC):** todos os equipamentos exigidos pelos órgãos governamentais e, especialmente, pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para execução de serviços profissionais, tais como: luvas, capacetes, botas, cintos, óculos etc. fornecidos pela empresa Contratada dentro do preço fixo mensal cobrado pela execução dos serviços;
- **Equipamentos e ferramentas básicas de manutenção:** equipamentos (ferramentas, máquinas, instrumentos de teste, aferição ou de medição) que a empresa Contratada deverá obrigatoriamente dispor;
- **Especificação:** conjunto de preceitos destinados a fixar as características, condições ou requisitos mínimos exigíveis para o material, elementos ou subconjuntos dos componentes de

equipamentos e sistemas;

- **Falha:** anormalidade em equipamento ou sistema, com interrupção da capacidade de desempenhar sua função;
- **Fiscalização:** servidor ou equipe de servidores especialmente designados para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução das diversas tarefas inerentes ao contrato, anotando qualquer irregularidade, por meio de sistema próprio, do início ao término da vigência contratual;
- **Instalações e sistemas:** conjunto de equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais por meio do desempenho de suas funções individuais contribuem para uma mesma função;
- **Manutenção:** conjunto de atividades exercidas pela equipe de manutenção, com o objetivo de assegurar, com substituição ou não de equipamentos e subsistemas já existentes, plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável às instalações, não se incluindo nesta denominação os serviços eventuais, ou seja, que impliquem em ampliação ou modificação de projeto e especificações dessas instalações, sistemas e equipamentos;
- **Manutenção corretiva:** conjunto de serviços mobilizados após ocorrência de defeito ou falha no funcionamento de instalações, equipamentos e sistemas, existentes, que resultem na recuperação do estado de uso, de operação ou para que o valor do patrimônio seja garantido. Neste item incluem-se também os serviços necessários de recomposição de acabamentos e/ou substituição de componentes afetados;
- **Manutenção preditiva:** conjunto de ações e intervenções, periódicas ou pontuais, nos equipamentos, componentes e instalações, referentes ao objeto, para evitar a ocorrência de defeitos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, podendo, dentre essas atividades preventivas, abranger: ensaios, testes, ajustes, limpeza geral, pintura, reconstituição de partes com características alteradas, substituição de peças ou componentes desgastados, reorganização interna e externa de componentes e cabos, entre outras.
- **Manutenção preventiva:** conjunto de ações desenvolvidas sobre instalações, equipamentos e sistemas, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade pré-determinada (Plano de Manutenção), por meio de inspeções sistemáticas, detecções e de medições necessárias para evitar falhas, com o objetivo de manter o estado de uso ou de operação adequados;
- **Material de consumo:** material aplicável na execução de serviços de manutenção predial, tais como: cola, cola para tubos de PVC, fita isolante, massa de calafetar, graxa, lubrificantes, parafusos com buchas, veda rosca, materiais de limpeza e outros afins, fornecidos pela empresa Contratada;
- **Material de reposição:** material ou peça necessária para a consecução das rotinas de manutenção corretiva, como por exemplo, lâmpadas, entre outros;
- **Níveis de anormalidade:** graduação de consequências que as falhas e defeitos poderão acarretar as instalações, equipamentos e sistemas, subdivididos em:

- a) **urgência:** ocorrência de defeitos ou falhas que demandem ações adaptativas a fim de manter a continuidade da prestação dos serviços inerentes;
 - b) **sem riscos significativos:** ocorrência de defeitos ou falhas que não interferem imediatamente na continuidade de atividades essenciais da Contratante, mas que demandem ações corretivas; e,
 - c) **emergência:** ocorrência de defeitos ou falhas que exijam ações imediatas a fim de preservar vidas, o patrimônio, e a continuidade de atividades essenciais da Contratante.
- **Normas técnicas:** designação genérica do conjunto de métodos, especificações, padronizações e terminologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e outras, para a execução dos serviços de manutenção e operação dos sistemas e/ou equipamentos;
 - **Ocorrência:** qualquer acontecimento não previsto na rotina do plano de manutenção ou operação;
 - **Ordem de Serviço - OS:** comunicado da Contratante para execução de serviços inseridos no contrato.
 - **Orçamento de referência:** detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação;
 - **Pequena intervenção:** intervenção em edificação com menor grau de dificuldade, em que os serviços de engenharia não abranjam toda a área da edificação ocupada e não impliquem no desenvolvimento complexo de projetos (exemplo de pequenas intervenções: repaginação de luminárias, pequenas alterações de divisórias ou piso elevado, adequações parciais de leiautes, intervenções localizadas nas instalações elétricas, hidráulicas e ar-condicionado, etc.);
 - **Plano de Manutenção:** plano de trabalho elaborado para cada equipamento ou sistema, seguindo metodologia específica, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;
 - **Preço global de referência:** valor do custo global de referência acrescido do percentual correspondente ao BDI;
 - **Projeto:** conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa do serviço, de acordo com as normas pertinentes da ABNT;
 - **Projeto padronizado:** projeto referencial de obras e serviços de engenharia que possa ser reproduzido repetidas vezes e que possua nível de precisão suficiente para assegurar que os projetos e os detalhamentos subsequentes sejam executados apenas com as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação;
 - **Relatório mensal de manutenção:** instrumento de apresentação dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva desenvolvido pela empresa Contratada. Resultado de inspeções,

intervenções efetuadas e ocorrências;

- **Serviços eventuais:** conjunto de serviços não rotineiros e imprevisíveis, inerentes e necessários à adaptação, adequação, recuperação, conserto, conservação e reparos de instalações prediais e seus componentes que, mesmo que tenham natureza preventiva ou adaptativa, não são executados pela mão de obra residente;
- **Sistema:** conjunto de elementos, componentes e equipamentos em constante e organizada interação para realizar e/ou obter determinado objetivo nas instalações prediais, tais como sistema de refrigeração e iluminação;
- **Tarefa:** quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- **Tempo de Atendimento:** tempo determinado pela Fiscalização para que a empresa Contratada sane os defeitos ou falhas nas instalações, equipamentos e sistemas.

2. BASE NORMATIVA

2.1. Normativos que disciplinam o serviço

- Lei Nº 14.133/2021
- Lei Nº 12.305/2010
- Lei Nº 12.527/2011
- Lei Nº 14.011/2020
- Decreto Nº 2.783/98
- Decreto Nº 7.983/2013
- Decreto Nº 9.983/2019
- Decreto Nº 10.306/2020
- Resolução CONAMA Nº 267/2000
- Instrução Normativa Nº 5/2017- SEGES/ME
- Instrução Normativa Nº 40 de 22/2020 - SEGES/ME
- Súmula Nº 281 – TCU
- Acórdão Nº 975/2005 – TCU
- Acórdão Nº 10264 2018 TCU
- Acórdão Nº 929/2017 – TCU
- Acórdão Nº 714/2021 – TCU
- Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção;
- Resolução CONAMA nº 307 – Gestão dos Resíduos da Construção Civil, de 5 de julho de 2002;
- PBPQ-H – Programa Brasileiro da Produtividade e Qualidade do Habitat;
- Lei Federal nº 9.605, dos Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998;
- Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.112;

- Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.113;
- Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15.114.

2.2. Normas ABNT

- NBR 3600: Tratores, máquinas agrícolas e florestais, equipamentos motorizados para manutenção de grama e jardim – Manuais de operador - Conteúdo e formato.
- NBR 5374: Gestão de Manutenção Predial.
- NBR 5674: Manutenção de Edificações – Procedimento.
- NBR 6118: Projeto de Estruturas de Concreto.
- NBR 6136: Blocos de Concreto Simples para Alvenaria Estrutural.
- NBR 6492: Documentação técnica para projetos arquitetura e urbanismo. – Requisitos.
- NBR 7199: Projeto, aplicação e execução de vidros.
- NBR 7678: Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- NBR 9050: Acessibilidade.
- NBR 9077: Saídas de emergências em edifícios.
- NBR 9575: Impermeabilização – Seleção e Projeto.
- NBR 13.531: Elaboração de projetos de edificações.
- NBR 13.532: Elaboração de projetos de arquitetura.
- NBR 13.752: Vistorias em Edificações.
- NBR 14.023: Acessibilidade e inclusão.
- NBR 14.037: Manuais de Uso, Manutenção e Operação.
- NBR 14.653: Avaliação de bens.
- NBR 15.575-1: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais.
- NBR 15.575-2: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 2: Requisitos para os sistemas estruturais.
- NBR 15.575-3: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 3: Requisitos para os sistemas de pisos.
- NBR 15.575-4: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas – SVVIE.
- NBR 15.575-5: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 5: Requisitos para os sistemas de coberturas.
- NBR 15.575-6: Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 6: Requisitos para os sistemas hidrossanitários.
- NBR 15.848: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interno.

- NBR 16.186: Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido refrigerante, manutenção e reparos.
- NBR 16.280: Reformas em edificações – Sistema de Gestão.
- NBR 16.636: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos.
- NBR 17.040: Equipapotecionalização da infraestrutura de cabeamento para telecomunicações e cabeamento estruturado em edifícios e outras estruturas.
- NBR 17.048: Recebimento, armazenagem, instalação e manutenção de transformadores de potência do tipo seco, com tensão até 36,2 kV – Procedimento.
- NBR 17.151: Equipamentos dos sistemas de proteção individual contra quedas (SPIQ) — Requisitos gerais para instruções de uso, manutenção, inspeção periódica, reparo, marcação e embalagem.
- NBR 17.170: Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes.
- NBR 19.734: Proteção ocular e facial - Orientação sobre seleção, uso e manutenção.

2.3. Normas Regulatórias

- NR 4: Serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho.
- NR 6: Equipamentos de proteção individuais ou EPIs.
- NR 7: Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional.
- NR 8: Requisitos mínimos para canteiros de Obras e edificações.
- NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- NR 12: Equipamentos e Maquinários.
- NR 18: Diretrizes Administrativas.
- NR 23: Prevenção contra Incêndios.
- NR 35: Trabalhos em Altura.

É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não eximem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

3. CARACTERÍSTICAS DAS EDIFICAÇÕES

3.1. Edifício Sede:

- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Brasília-DF
- Área total de 27.191,34 m²
- Altura aproximada de 38 m
- Pavimento tipo com 1.908,32 m²
- Esquadria de ferro de aproximadamente 7.600 m²
- Brise de alumínio em uma das faces com aproximadamente 3.800 m²
- Empenas revestidas com cerâmica GAIL de aproximadamente 1.356 m²

- Marquises de concreto armado com laje impermeabilizada
- Reservatório superior de água potável
- Hall com 06 elevadores sociais
- Elevador privativo
- Elevador de carga/serviços
- Banheiros privativos
- Banheiros sociais
- Banheiros/Vestiários
- Copas
- Refeitórios
- Salas técnicas de fan-coil
- Shaft central
- 02 antecâmaras das escadas de incêndio
- 02 lanchonetes
- 01 salão de beleza
- Lojas
- Auditório
- Salas técnicas
- Depósitos
- Subestação de energia elétrica
- Sala de bombas
- Reservatório inferior de esgoto
- Vagas de estacionamento
- Lava jato
- Central de água gelada (ar-condicionado)
- Gerador
- Sala cofre
- No-break

3.2. Edifício Anexo (Leste e Oeste)

- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Edifícios Anexos, Brasília-DF
- Área total de 28.296,46 m²
- Altura aproximada de 13 m
- Pavimento tipo com 4.346,60 m²
- Esquadria pele de vidro de aproximadamente 5.500 m²
- Brise de concreto com aproximadamente 5.000 m²
- Empenas revestidas com mármore de aproximadamente 1.040 m²

- Marquises de concreto armado com laje impermeabilizada
- Reservatórios superior de água potável
- Hall com 06 elevadores sociais
- Elevador de carga/serviços
- Banheiros privativos
- Banheiros sociais
- Banheiros/Vestiários
- Copas
- Refeitórios
- Salas técnicas de fan-coil
- Shaft central
- Depósitos
- Lavandeira
- Subestação de energia elétrica
- Sala de bombas
- Reservatório inferior de água potável
- Reservatório inferior de esgoto
- Vagas de estacionamento
- Central de água gelada (ar-condicionado)
- Gerador
- Sala cofre
- No-break

3.3.Túnel

- O Túnel é a estrutura de interligação do Edifício Sede (Sobreloja) e o Edifício Anexo (3º Andar).
- Área total de 600 m²
- Altura aproximada de 3 m
- Fachada e estrutura de concreto armado
- 6 pilares de sustentação com altura de 10,46m
- Laje impermeabilizada
- 01 sala de “splitão” do ar-condicionado

3.4.SGON I

- Endereço: Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, Brasília-DF
- Área total de 4.000 m²
- Pavimento tipo 2.380 m²
- Edificação de telha de zinco calandrada

- Estrutura de aço
- Paredes de alvenaria com vigas e pilares de concreto armado
- Depósito
- Arquivo
- Banheiro social
- Copa
- Refeitório
- Vestiário

3.5.SGON II

- Endereço: Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180, Brasília-DF
- Área total de 1.750 m²
- Edificação de telha de fibrocimento
- Estrutura de aço
- Paredes de alvenaria com vigas e pilares de concreto armado
- Depósitos para guarda de mobiliário
- Arquivo
- Banheiro social
- Copa
- Refeitório
- Vestiário
- Sala de bombas
- Sala de oficina

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As informações complementares serão contempladas no Termo de Referência e seus Anexos.

Anexo – PLANO DE MANUTENÇÃO

1. SISTEMAS DA EDIFICAÇÃO

1.1. Os serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva devem seguir as condições mínimas descritas no Plano de Manutenção, com serviços e tarefas a serem realizados para os sistemas envolvidos e, deverão ser executados pela mão de obra fixa.

1.2. Contudo, caso o serviço necessite de obra especializada, será permitida a subcontratação.

1.3. Abaixo segue tabala com o plano de manutenção preliminar por sistema:

1.3.1. Sistema Elétrico:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	Quadro Geral de Força e Quadro de entrada da Concessionária							
1.1	Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente.	X						
1.2	Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.	X						
1.3	Ler os instrumentos de medição (valores de fase, energia reativa, fator de potência) e anotar.	X						
1.4	Verificar a necessidade de limpeza externa do quadro.	X						
1.5	Citar as ocorrências encontradas e fazer o registro fotográfico se necessário.	X						

1.6	Fazer a leitura diária de consumo de energia, inclusive final de semana.	X						
1.7	Lubrificar as dobradiças das portas.			X				
1.8	Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada.			X				
1.9	Verificar a regulagem do disjuntor geral.			X				
1.10	Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos).			X				
1.11	Verificar o aterramento dos quadros.			X				
1.12	Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento.			X				
1.13	Verificar o barramento e conexões internas.			X				
1.14	Citar as ocorrências encontradas e fazer o registro fotográfico necessário.			X				
1.15	Ler os instrumentos de medição, inclusive os de entrada e anotar os valores.				X			
1.16	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação.				X			
1.17	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral.				X			

1.18	Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores evitando assim pontos de resistência elevada.				X			
1.19	Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores.				X			
1.20	Verificar a regulagem do disjuntor geral.				X			
1.21	Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento.				X			
1.22	Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos).				X			
1.23	Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra.				X			
1.24	Inspecionar os disjuntores termomagnéticos para os andares e cuidar para que não superem as tabelas de amperagens máximas permitidas para cada pavimento.				X			
1.25	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.				X			
1.26	Efetuar o reaperto da fixação dos disjuntores termomagnéticos.						X	
1.27	Reapertar parafusos de fixação de barramento, conexões e ferragens.						X	

[illegible]

[illegible]

4.1	Verificar as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente.	X						
4.2	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos interruptores e acionadores das luminárias.	X						
4.3	Ligar e desligar a iluminação externa, inclusive do estacionamento e anotar e corrigir qualquer anormalidade encontrada.	X						
4.4	Citar as ocorrências encontradas e fazer o registro fotográfico se necessário.	X						
4.5	Testar a carga das baterias de emergência.			X				
4.6	Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência.			X				
4.7	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.			X				
4.8	Verificar contatos internos, reapertar parafusos de fixação e contatos externos de soquetes, caso as lâmpadas ainda não fiquem iluminadas.				X			
4.9	Efetuar limpeza de lâmpadas e das luminárias.				X			
4.10	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.				X			
5	Aterramento							
5.1	Verificar a malha de aterramento da Gaiola de Faraday e dos Para-raios.			X				

5.2	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.			X				
5.3	Reapertar os bornes que ligam as hastes aos cabos.				X			
5.4	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.				X			
5.5	Verificar a resistência ôhmica.						X	
6	Proteção contra descargas atmosféricas							
6.1	Verificar estado geral dos captores.			X				
6.2	Verificar se existe componente mal instalado, quebrado, partido, danificado, frouxo ou ausência de algum componente; caso afirmativo, corrigir e/ou substituir.			X				
6.3	Efetuar teste de continuidade elétrica e medição da resistência ôhmica dos pontos de aterramento.			X				
6.4	Verificar oxidação de partes metálicas, estruturas e ligações.			X				
6.5	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.			X				
6.6	Apertar fixações e verificar terminais e isoladores.				X			
6.7	Verificar as ligações para a terra.				X			
6.8	Limpar cuidadosamente o conjunto.				X			
6.9	Citar as ocorrências encontradas e fazer registro fotográfico se necessário.				X			
6.10	Verificar condutividade entre captor e haste.						X	

1.3.2. Sistema de Combate à Incêndio:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	Quadro Elétrico de Comando e Controle de Bombas							
1.1	Inspecionar visualmente a condição do quadro elétrico.	X						
1.2	Verificar o estado de conservação da fiação.	X						
1.3	Verificar o aquecimento nos cabos de alimentação.			X				
1.4	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores.			X				
1.5	Inspecionar as conexões de saídas dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada.			X				
1.6	Realizar teste de funcionamento de todos os componentes do quadro.			X				
1.7	Limpar e proteger os terminais oxidados com Penetrox (ou produto similar adequado).				X			
1.8	Efetuar o reaperto dos parafusos de contato dos disjuntores.				X			
1.9	Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados.				X			
1.10	Verificar o equilíbrio de fases nos circuitos.				X			
1.11	Realizar limpeza dos cabos com vaselina líquida.					X		
1.12	Medir a carga total de trabalho com substituições necessárias de disjuntores e/ou contadoras com defeito ou subdimensionadas.					X		
1.13	Apresentar relatório termográfico dos quadros elétricos.						X	
2	Bombas de Incêndio (hidrantes e chuveiros automáticos)							
2.1	Inspecionar visualmente a condição das bombas.	X						
2.2	Verificar o estado de conservação e limpeza do ambiente.	X						
2.3	Efetuar teste de funcionamento através da abertura do registro de dreno até que o motor atinja a rotação nominal.			X				
2.4	Efetuar a limpeza das aberturas de ventilação do motor.			X				
2.5	Verificar o alinhamento dos eixos.			X				

2.6	Verificar ruídos estranhos, vibrações ou temperatura excessiva.			X				
2.7	Reapertar as fixações da bomba à sua base.				X			
2.8	Reapertar os cabos elétricos de alimentação do motor.				X			
2.9	Substituir as gaxetas.						X	
2.10	Substituir o óleo do mancais e engraxamentos.						X	
2.11	Substituir os selos mecânicos.						X	
2.12	Substituir os mancais e rolamentos quando necessário.							X
3	Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio							
3.1	Verificação da integridade física da central de alarme.	X						
3.2	Verificação e retirada de materiais que estejam obstruindo os periféricos	X						
3.3	Verificação dos detectores de fumaça e temperatura			X				
3.4	Verificação dos acionadores manuais			X				
3.5	Verificação das sirenes audiovisuais			X				
3.6	Verificação do status da central de alarme			X				
3.7	Efetuar os testes de acionamento e estimulação de detectores conforme ABNT NBR 17240				X			
3.8	Efetuar os testes de acionamento e estimulação de acionadores manuais conforme ABNT NBR 17240				X			
3.9	Efetuar os testes de acionamento e estimulação de sirenes conforme ABNT NBR 17240				X			
3.10	Efetuar limpeza dos detectores sempre que a central de alarme informar limite de compensação do sensor							X
4	Hidrantes de Parede							
4.1	Inspeção da pintura das caixas de hidrante.	X						
4.2	Inspeção das mangueiras, engates, bocais, chaves storz e esguichos reguláveis.	X						
4.3	Inspeção do enrolamento das mangueiras.	X						
4.4	Verificar se há vazamentos.	X						

4.5	Inspeção nos manômetros de pressão.			X				
4.6	Medição da pressão nos dois registros menos favoráveis.				X			
4.7	Medição da pressão no registro mais favorável.				X			
4.8	Substituir o registro ou reparo que apresentar falha na vedação.							X
5	Chuveiros Automáticos							
5.1	Verificar se há danos, corrosão e sujeira nos aspersores.			X				
5.2	Verificar se há vazamentos.			X				
5.3	Verificar se há obstrução do aspersor.			X				
5.4	Inspeccionar os registros de controle de cada andar.			X				
5.5	Inspeccionar os manômetros de pressão.			X				
5.6	Abrir os registros dos drenos nos andares por 3 minutos para renovação parcial da água da rede.				X			
5.7	Testar o rompimento de chuveiro automático conforme norma ABNT NBR 10897.						X	
5.8	Substituir chuveiro automático que apresentar perda da coloração do seu líquido.							X
6	Portas Corta-Fogo							
6.1	Acionar as portas e verificar se movimentam-se livremente.			X				
6.2	Verificar se há dano nas fechaduras, ferragens e dobradiças.			X				
6.3	Verificar a lubrificação das dobradiças.			X				
6.4	Retirar todo material que possa estar obstruindo a passagem pela porta.			X				
6.5	Retira todo material inflamável nas proximidades da porta.			X				
7	Iluminação de Emergência							
7.1	Verificar a luz de indicação de funcionamento			X				
7.2	Verificar o estado de conservação das tubulações e/ou fiações			X				
7.3	Verificar o encaixe das tomadas			X				
7.4	Verificar a fixação das luminárias			X				

7.5	Desligar as luminárias da rede elétrica e deixar a bateria ser consumida totalmente. Religar após concluído					X		
8	Escada de Pressurização							
8.1	Verificar fechamento adequado das PCFs.				X			
8.2	Verificar se as venezianas estão abertas e com todas as aletas no mesmo sentido.				X			
8.3	Verificar limpeza dos filtros.				X			
8.4	Verificar fixação e/ou amortecimento dos motores.				X			
8.5	Efetuar teste de funcionamento do sistema.				X			

1.3.3. Grupo Moto Gerador - GMG:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	Gerador							
1.1	Colocar o grupo em funcionamento com pelo menos 50% da carga durante 1 hora.			X				
1.2	Quando em funcionamento, verifique o painel de instrumentos e todos os manômetros.			X				
1.3	Drenar a água e o sedimento do depósito de combustível.			X				
1.4	Limpar carcaça, venezianas, grades e defletoras do alternador.			X				
1.5	Verifique as ligações por cabo entre o alternador e o disjuntor.			X				
1.6	Verificar se a temperatura no mancal não ultrapassa os 60 graus Celsius durante o funcionamento do alternador.			X				
1.7	Verificar o funcionamento do carregador de baterias.			X				
1.8	Verificar aperto dos cabos e terminais do gerador.			X				
1.9	Verifique se a temperatura do líquido de arrefecimento do motor se mantém entre 70 e 90 graus Celcius durante o seu funcionamento.			X				
1.10	Verificar vazamentos de água, óleo e óleo diesel.			X				
1.11	Verificar correias.			X				
1.12	Verifique o nível de óleo do motor.			X				

1.13	Verifique o nível de líquido de arrefecimento do motor.			X				
1.14	Verifique o nível de líquido da bateria (acima de 13mm).			X				
1.15	Medir e anotar nível de combustível.			X				
1.16	Verificar nível do óleo lubrificante.			X				
1.17	Medir o tempo de funcionamento (h).			X				
1.18	Medir temperatura da água (°C).			X				
1.19	Medir pressão do óleo (bar).			X				
1.20	Medir fase R/S (V).			X				
1.21	Medir fase T/R (V).			X				
1.22	Medir fase T/S (V).			X				
1.23	Medir frequência (Hz).			X				
1.24	Medir KVa.			X				
1.25	Medir tensão da bateria (V).			X				
1.26	Medir tensão partida (V).			X				
1.27	Medir tensão no retificador (V).			X				
1.28	Verificar se o nível de vibração máximo do alternador é de 20mm/s (RMS).					X		
1.29	Limpe os terminais e abraçadeiras das baterias com uma lixa fina.					X		
1.30	Limpe a caixa da bateria com uma solução de água+bicarbonato de sódio a 0,1kg por litro de água.					X		
1.31	Verificar a resistência de isolamento dos enrolamentos da excitatriz do alternador.					X		
1.32	Verificar a resistência do varistor do alternador.					X		
1.33	Limpar os enrolamentos sujos com pincel ou escova.					X		
1.34	Verifique o estado dos enrolamentos do alternador e efetue limpeza geral.						X	
1.35	Aperte todas as ligações elétricas.						X	
1.36	Aperte todas as ligações de escape.						X	
1.37	Limpe todas as ventilações nas tampas da bateria.						X	
1.38	Substituir a lubrificação dos rolamentos relubrificáveis do alternador conforme.						X	
1.39	Substituir as correias do motor sempre que apresentarem desgaste.							X
1.40	Substituir o óleo do motor e o filtro de óleo do motor sempre que completar 400 horas de trabalho.							X

1.41	Substituir o filtro de combustível sempre que completar 200 horas de trabalho.							X
1.42	Substituir o filtro separador de água sempre que completar 200 horas de trabalho.							X
1.43	Substituir o filtro de ar do motor sempre que o êmbolo vermelho do indicador estiver completamente visível.							X
1.44	Substituir os rolamentos blindados do alternador a cada 20.000 horas ou 30 meses.							X

1.3.4. Fonte de Alimentação Ininterrupta (No-break):

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	No-break							
1.1	Verificar os equipamentos de medição e sinalização.	X						
1.2	Verificar o aparecimento de ruídos anormais.	X						
1.3	Verificar a análise do histórico de alarmes.	X						
1.4	Efetuar a manutenção de acordo com as recomendações do fabricante dos equipamentos.	X						
1.5	Trocar os elementos e componentes com defeitos.	X						
1.6	Realizar inspeção visual do equipamento.	X						
1.7	Fazer a leitura dos instrumentos de medição e anotar em planilha eletrônica.	X						
1.8	Verificar as tensões e correntes de entrada e saída e anotar em planilha eletrônica.	X						
1.9	Verificar a existência de aquecimento e corrigir, anotando a temperatura medida em planilha eletrônica.	X						
1.10	Verificar o funcionamento do sistema de ventilação e refrigeração.	X						
1.11	Registrar as correntes de entrada e saída por fase.			X				
1.12	Registrar as tensões de entrada e saída por fase.			X				

1.13	Registrar a tensão total do banco de baterias.			X				
1.14	Efetuar limpeza geral dos equipamentos.			X				
1.15	Limpar a sala do equipamento.			X				
1.16	Verificar o estado dos cabos de alimentação.			X				
1.17	Verificar os componentes de proteção e sinalização queimados ou inoperantes.			X				
1.18	Inspecionar os barramentos e conexões.			X				
1.19	Realizar remoção dos pontos de sulfatação e limpeza geral nos bancos de baterias.			X				
1.20	Fazer os testes de funcionamento, com simulação de falta de energia.			X				
1.21	Verificar a atuação do retificador.				X			
1.22	Realizar aferição dos instrumentos de medição.				X			
1.23	Verificar o aparecimento de maus contatos em conexões elétricas.				X			
1.24	Verificar o estado dos cabos de alimentação.				X			
1.25	Verificar os componentes de proteção e sinalização queimados ou inoperantes.				X			
1.26	Inspecionar os barramentos e conexões.				X			
1.27	Realizar remoção dos pontos de sulfatação e limpeza geral nos bancos de baterias.				X			
1.28	Realizar simulação de falta de energia.					X		
1.29	Medir tempo de descarga das baterias em plena carga.					X		

1.3.5. Sistema Hidrossanitário:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	Bombas Hidráulicas							
1.1	Inspecionar visualmente a condição das bombas.	X						
1.2	Verificar o estado de conservação e limpeza do ambiente.	X						
1.3	Efetuar teste de funcionamento através da abertura do registro de dreno até que o motor atinja a rotação nominal.			X				

1.4	Efetuar a limpeza das aberturas de ventilação do motor.			X				
1.5	Verificar o alinhamento dos eixos.			X				
1.6	Verificar ruídos estranhos, vibrações ou temperatura excessiva.			X				
1.7	Inspeção de gaxetas, manômetros.			X				
1.8	Reapertar as fixações da bomba à sua base.				X			
1.9	Reapertar os cabos elétricos de alimentação do motor.				X			
1.10	Substituir as gaxetas.						X	
1.11	Substituir o óleo dos mancais e engraxamentos.						X	
1.12	Substituir os selos mecânicos.						X	
1.13	Substituir os mancais e rolamentos quando necessário.							
2	Água Potável							
2.1	Ler instrumentos de medição e anotar.	X						
2.2	Verificar nível dos reservatórios e funcionamento das boias.			X				
2.3	Verificar tubulações dos barriletes e distribuição principal.			X				
2.4	Verificar vazamentos em pias, vasos sanitários e mictórios.			X				
2.5	Verificar alinhamento e prumo das tubulações das prumadas.			X				
2.6	Verificar pintura e identificação dos registros dos barriletes.			X				
2.7	Verificar a tela anti-inseto do tubo extravasor da caixa d'água.				X			
2.8	Efetuar limpeza geral, conforme norma da CAESB.					X		
2.9	Pintar barrilete da cobertura.						X	
2.10	Verificar borrachas de vedação das conexões dos barriletes e distribuição principal.						X	
3	Esgoto Sanitários							
3.1	Verificar nível dos reservatórios e funcionamento das boias.			X				
3.2	Verificar tubulações de ventilação.			X				
3.3	Verificar sifões, engates, torneiras, vasos e registros.			X				
3.4	Verificar alinhamento e prumo das tubulações das prumadas.			X				
3.5	Verificar pintura e identificação dos registros dos barriletes.			X				
3.6	Efetuar limpeza de caixas de sabão e gordura.				X			

6.1	Verificar integridade da pintura.			X				
6.2	Verificar pontos de umidade.			X				

1.3.7. Rede e Cabeamento Estruturado:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	EVENTUAL
1	Cabeamento Estruturado							
1.1	Verificar as condições do ambiente e dos dispositivos de rede.		X					
1.2	Realizar a limpeza dos Racks.				X			
1.3	Inspecionar e organizar o cabeamento nas calhas e Racks.				X			
1.4	Realizar o mapeamento da rede e identificação dos pontos.						X	X
1.5	Verificar atenuação.						X	
1.6	Verificar comprimento dos lances.						X	
1.7	Verificar comprimento de cabo.						X	

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Para garantir a execução adequada dos serviços, a Contratante apresentará o Plano de Manutenção Predial, e torna-se essencial que a Contratada realize a vistoria para apresentar um Plano de Manutenção completo e definitivo.

2.2. Tal exigência se justifica pelo fato de que a contratada possui expertise técnica específica, bem como conhecimento detalhado das condições reais das edificações, o que possibilita a complementação e aprimoramento do plano previamente elaborado pela Administração.

2.3. Essa análise deve abranger aspectos técnicos e operacionais, e ser entregue no início da execução do contrato, conforme estabelecido no Termo de Referência e seus anexos.

2.4. As informações complementares serão contempladas no Termo de Referência e seus Anexos.

Anexo – POSTOS, REQUISITOS E EQUIPAMENTOS

1. POSTOS, REQUISITOS E ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS

1.1. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

1.1.1. As categorias profissionais que serão empregadas na prestação dos serviços, são classificadas do seguinte modo:

ITEM	CBO	POSTOS
1	4141-05	Almoxarife
2	2141-05	Arquiteto
3	5143-25	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos
4	7241-10	Bombeiro Hidráulico
5	7321-20	Eletricista Predial
6	3121	Encarregado Geral
7	2142-05	Engenheiro Civil Pleno (Líder)
8	2142-05	Engenheiro Civil
9	2143-05	Engenheiro Elétrico
10	2144-05	Engenheiro Mecânico
11	7711-05	Marceneiro
12	6220-10	Jardineiro
13	7152-10	Pedreiro
14	7166-10	Pintor
15	7244-40	Serralheiro/Soldador
16	3121	Técnico em Edificações (Técnico Industrial)
17	5143-25	Plantonista: Oficial de Manutenção – Diurno/Noturno
18	3133	Técnico de Rede e Telefonia

1.2. Detalhamento das exigências/comprovações de experiência para postos com graduação:

ATIVIDADE	REQUISITOS
<p>Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos.</p>	<ul style="list-style-type: none">Diploma do curso de graduação conforme a área de concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;Cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;Declaração do empregador com o período (com início

	e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego.
<p>Para exercício de atividade em empresa/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; • Declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas no Termo de Referência.
<p>Para exercício de atividade /serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diploma de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; • Contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o Contratante; • Declaração do Contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.
<p>Para exercício de atividade /serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diploma de graduação conforme a área/especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; • Recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; • Declaração do Contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

1.3. Requisitos técnicos e atividades desempenhadas:

1.3.1. ALMOXARIFE (CBO 4141-05):

a) Quantidade de postos: 01 (um) posto.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;

- Experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada na função;
 - Desejável ter trabalhado na área de manutenção predial;
- c) Desempenho das seguintes atividades:
- Organizar e manter o almoxarifado;
 - Receber, estocar, distribuir, registrar e inventariar os insumos;
 - Garantir a integridade dos itens armazenados, evitando perdas, danos ou extravios;
 - Ler e interpretar notas fiscais e outros documentos;
 - Verificar a quantidade, descrição e as condições gerais dos materiais e embalagens;
 - Dispor os itens no almoxarifado de forma adequada, garantindo que sejam de fácil acesso e identificação;
 - Registrar as entradas e saídas de materiais, mantendo o estoque atualizado e evitando desabastecimento;
 - Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.2. ARQUITETO (CBO 2141-05):

- a) Quantidade de postos: 02 (dois) postos.
- b) Requisitos mínimos:
- Certificado de graduação na área de Arquitetura e Urbanismo;
 - Registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU;
 - Experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada na função;
 - Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: AutoCAD, Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;
 - Desejável conhecimento em Revit e modelagem em plataforma BIM;
- c) Desempenho das seguintes atividades:
- Desenvolver projetos de arquitetura de interiores e layouts para os mais diversos ambientes (áreas de trabalho, copas, banheiros, garagens, etc.), incluindo a especificação técnica de materiais, acabamentos e mobiliário;
 - Elaborar projetos luminotécnicos dos ambientes de trabalho e de equipamentos eletrônicos diversos, observando a compatibilidade com os layouts e projetos de arquitetura existentes, visando o conforto, a eficiência energética e a conformidade com as normas técnicas vigentes;
 - Realizar a análise técnica, crítica e propositiva de projetos multidisciplinares (engenharia, instalações, paisagismo, sinalização visual e de instalação de equipamentos

diversos, dentre outros) de manutenção predial e de modelagem e funcionamento dos espaços, elaborados por equipes internas ou externas, visando garantir sua conformidade técnica, exequibilidade, compatibilidade e aderência às normas;

- Analisar e emitir parecer técnico sobre planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros de obras e serviços, avaliando sua consistência e viabilidade;
- Avaliar tecnicamente especificações de materiais, equipamentos e mobiliário para subsidiar processos de aquisição, recomendando a aprovação ou reprovação com base em critérios de qualidade, durabilidade e adequação ao uso;
- Realizar medição de obras e levantamento de quantitativos de materiais a utilizar ou utilizados na execução – que servirão de subsídio à emissão de faturamento – assegurando o cumprimento do escopo, dos prazos e dos padrões de qualidade definidos em projeto;
- Planejar e coordenar as atividades das equipes de execução em campo, alinhando as frentes de trabalho e solucionando intercorrências;
- Manter devidamente organizadas e atualizadas as plantas dos imóveis sob gestão do Ministério dos Transportes (projetos as-built), em repositório digital designado;
- Utilizar os recursos de infraestrutura do Ministério (computadores, softwares, impressoras) para o desempenho das atividades inerentes à execução contratual;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.3. AJUDANTE GERAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS (CBO 5143-25):

a) Quantidade de postos: 12 (doze) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível fundamental;
- Experiência mínima de 01 (um) ano comprovada na função;
- Conhecimentos básicos na área de eletricidade, lógica e hidrossanitária.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Prestar apoio às atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva assim como Serviços Eventuais diversos, nas instalações Cíveis, arquitetônicas, hidrossanitárias e Pluviais, elétricas e eletrônicas; dados e voz; automação e instalações especiais nos equipamentos e instalações sob orientação dos profissionais de cada área e Supervisão do Encarregado Geral, dos Técnicos Industriais e Engenheiros do Contrato;
- Executar os serviços gerais de baixa complexidade, sob orientação e supervisão;
- Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria, alvenaria e persianas, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos;
- Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos

e ferramentas;

- Executar todos os serviços em plena segurança e observância às determinações superiores, comunicando ao Encarregado-Geral o término das tarefas;
- Carregar, descarregar e movimentar materiais, equipamentos e entulhos;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.4. BOMBEIRO HIDRÁULICO (CBO 7241-10):

a) Quantidade de postos: 02 (dois) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Certificado de formação em curso técnico na área de instalações prediais e Sistema de Combate a Incêndio.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Prestar manutenções preventivas e corretivas nas instalações hidráulicas, sanitárias, pluviais, de água servida e esgoto;
- Execução de alterações nos sistemas, e subsistemas, hidrossanitários, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- Interpretação de desenhos e diagramas técnicos hidrossanitários;
- Realizar a lavagens de caixas d'água, limpezas das caixas de esgoto e águas pluviais e marquises;
- Acompanhar a execução dos serviços subcontratados autorizados;
- Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos postos-chaves e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas, visando a colocação de tubos e peças complementares;
- Executar o fechamento de furos e rasgos nas paredes, laje ou piso, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação;
- Controlar o sistema de abastecimento de água potável dos prédios, verificando continuamente o funcionamento de bombas de recalque e boias, a fim de evitar a falta de água ou transbordamentos;
- Zelar pelo correto funcionamento dos sistemas de águas pluviais e esgoto, realizando a desobstrução de pias, lavatórios, mictórios, ralos, vasos, poços de visita, caixas de inspeção e caixas de gordura;
- Realizar testes operacionais, como os de pressão e estanqueidade, utilizando ar

comprimido ou água para assegurar a vedação e a integridade de todo o sistema;

- Proteger as instalações existentes e zelar pela manutenção de equipamentos e acessórios hidráulicos;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.5. ELETRICISTA PREDIAL (CBO 7321-20):

a) Quantidade de postos: 06 (seis) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Certificado de formação em curso técnico em elétrica;
- Certificado em NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Experiência em instalações elétricas prediais, manutenções prediais, manutenção preventiva em subestação e grupo motor gerador.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Interpretar desenhos e diagramas elétricos para planejar e executar a manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura elétrica predial, o que abrange desde a análise e intervenção em quadros de distribuição – incluindo redistribuição de disjuntores, balanceamento de fases e reaperto de conectores – até a manutenção de sistemas de iluminação, tomadas, sistemas de aterramento e para-raios;
- Realizar diagnósticos em circuitos e instalações, utilizando aparelhos de medição para executar medições de grandezas elétricas, testar componentes e detectar falhas ou anomalias;
- Executar a instalação e alteração de sistemas elétricos conforme projetos ou especificações, o que inclui a montagem de quadros de distribuição, lançamento de condutores, instalação de luminárias, interruptores, tomadas, condicionadores de ar, bem como máquinas, equipamentos eletroeletrônicos e aparelhos de sonorização;
- Operar e dar manutenção em sistemas de energia ininterrupta (*no-break*) e redes estabilizadas, garantindo a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para áreas críticas;
- Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, disjuntores, lâmpadas, reatores, luminárias, tomadas, interruptores, refletores e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados;
- Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a

passagem da fiação;

- Instalar condutores elétricos, utilizando chaves, alicate, conectores e material isolante, para permitir a distribuição e energia;
- Testar a instalação, fazendo funcionar repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;
- Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de medição elétricos e eletrônicos, para detectar partes ou peças defeituosas;
- Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais, comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, para restituir à instalação elétrica, condições normais de funcionamento;
- Identificar circuitos elétricos, mantendo atualizada a identificação de todos os circuitos dos quadros QGBT das edificações;
- Executar as rotinas de manutenção predial preventivas e corretivas pertinentes a sua área de conhecimento;
- Auxiliar na elaboração de orçamentos e relatórios;
- Executar medições de grandezas elétricas;
- Diagnosticar anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;
- Efetuar a manutenção preventiva e corretiva no Quadro Geral de Baixa Tensão - QGBT, quadros de distribuição, e auxiliar na manutenção do Gerador elétrico, substituindo componentes e executando reapertos que se façam necessários;
- Operação de manutenção de barramento Blindado (Bus-Way);
- Checagem termográfica em equipamentos, quadros, barramentos e circuitos elétricos;
- Realizar o balanceamento de fases;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.6. ENCARREGADO GERAL (CBO 3121):

- a) Quantidade de postos: 01 (um) posto.
- b) Requisitos mínimos:
 - Certificado de conclusão de nível médio;
 - Experiência mínima de 05 (cinco) anos comprovada na função;
 - Experiência em manutenção preventiva, corretiva e reparos.
- c) Desempenho das seguintes atividades:

- Coordenar, supervisionar, comandar e fiscalizar o bom funcionamento dos serviços;
- Cuidar da disciplina, controlar a frequência, a apresentação pessoal dos empregados;
- Fiscalizar o uso dos equipamentos de uso profissional e Epis, manter estoques mínimos de materiais/peças de reposição a ser utilizado pela equipe;
- Implementar os planos de manutenção corretiva e preventiva, supervisionados pelos Engenheiros Responsáveis Técnicos;
- Realizar e/ou supervisionar a realização de medições e a consolidação de quantitativos de matérias e serviços, estando apto a realizar conversões entre as diferentes unidades de peso e medida;
- Supervisionar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção elétrica e hidráulica; manutenção de carpintaria e marcenaria; troca de peças e reparo de pisos e assoalhos, conservação de alvenaria e fachadas, recuperação de pinturas, impermeabilização de superfícies, montagem de equipamentos de trabalho e segurança, inspecionando o local, manutenção predial, seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, manutenção de redes de telefonia, rede e telecomunicações;
- Distribuir tarefas de manutenção aos trabalhadores, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimento;
- Examinar as instalações, máquinas e equipamentos e instrumentos técnicos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltmímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam às condições e normas técnicas e de segurança;
- Esclarecer aos trabalhadores, as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, efetuando reuniões, ministrando eventuais treinamentos ou empregando outros meios de informações, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições gerais de segurança e higiene do trabalho;
- Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos, incentivando e conscientizando o trabalhador da importância do descarte e destinação correta;
- Atuar como ponto de contato com a Fiscalização da Contratante, atendendo às suas solicitações, repassando-as aos técnicos correspondentes e informando imediatamente sobre quaisquer irregularidades constatadas e suas possíveis consequências;
- Registrar diariamente os serviços solicitados e executados, incluindo a relação de materiais utilizados e consolidar essas informações para elaborar o relatório mensal das atividades;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.7. ENGENHEIRO CIVIL PLENO (LÍDER) (CBO 2142-05):

a) Quantidade de postos: 01 (um) posto.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de graduação na área de Engenharia Civil;
- Pós-Graduação: Especialização *lato sensu* em Engenharia ou áreas correlatas;
- Desejável especialização em Segurança do Trabalho;
- Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- Experiência mínima de 08 (oito) anos comprovada na função, sendo 05 (cinco) anos dedicados especificamente à gestão de manutenção predial;
- Domínio de software de engenharia: AutoCAD e modelagem;
- Domínio da plataforma BIM;
- Domínio em ferramentas de controles de Acordos de Níveis de Serviço (ANS/SLA) e gestão de indicadores de desempenho (KPI's).

c) Competências técnicas:

- Experiência prática em planejamento, execução e controle dos três tipos de manutenção: preventiva, preditiva e corretiva;
- Experiência prática em liderança de equipes multiplinares de manutenção com diversas especialidades;
- Domínio das normas de manutenção, de edificações e normas de desempenho;
- Conhecimento abrangente dos Sistemas Prediais (elétricos, hidrossanitários, prevenção e combate a incêndio, estruturas de concreto, alvenaria e metálicas, impermeabilização e revestimentos, rede lógica e telefonia).

d) Desempenho das seguintes atividades:

- Elaborar, implantar e gerenciar o plano mestre de manutenção, mantendo-o constantemente atualizado com rotinas preventivas, preditivas e corretivas, desenvolvendo os procedimentos operacionais e de acompanhamento necessários para a correta gestão dos ativos e seus ciclos de vida;
- Supervisionar e coordenar as equipes de manutenção, administrando o fluxo completo das Ordens de Serviço, desde o recebimento da demanda, diagnóstico técnico, planejamento e distribuição à equipe competente, até o acompanhamento da execução, encerramento e aceite pela Fiscalização;
- Identificar e diagnosticar problemas estruturais complexos, como fissuras, infiltrações, recalques e corrosão, propondo soluções técnicas de engenharia e planos de ação para a deliberação da Contratante;
- Prestar suporte técnico contínuo tanto à equipe, mantendo-a atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas, quanto à Contratante, provendo os subsídios

necessários às aquisições de materiais, bens e serviços, por meio de especificações e análises orçamentárias;

- Elaborar relatórios gerenciais, comunicados técnicos e outros documentos correlatos para reportar o desempenho das atividades e subsidiar a tomada de decisão;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.8. ENGENHEIRO CIVIL (CBO 2142-05):

a) Quantidade de postos: 01 (um) posto.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de graduação na área de Engenharia Civil;
- Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- Experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada na função;
- Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: AutoCAD, Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;
- Desejável conhecimento em Revit.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Gerenciar e coordenar as atividades de manutenção, reparação e reformas, definindo e otimizando os meios e métodos de trabalho para assegurar a máxima disponibilidade e desempenho das instalações e edificações;
- Elaborar o planejamento técnico-operacional, o que inclui a criação e implementação de planos de manutenção, o desenvolvimento de projetos (fundações, cálculo estrutural, hidrossanitário), *layouts*, especificações técnicas, orçamentos detalhados com composições de custos e BDI, e a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Prestar assessoria técnica especializada, o que envolve a leitura e interpretação de projetos multidisciplinares, a avaliação das condições prediais para elaboração de laudos técnicos, a proposição de soluções para situações emergenciais e a emissão de pareceres para dirimir questões técnicas;
- Auxiliar a Administração nos processos de aquisição, elaborando estudos de viabilidade, especificações de materiais e equipamentos, Termos de Referência e laudos de avaliação de bens patrimoniais;
- Elaborar relatórios gerenciais, planilhas de controle e outros documentos correlatos para registrar e comunicar o andamento dos serviços;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.9. ENGENHEIRO ELETRICISTA (CBO 2143-05):

- a) Quantidade de postos: 01 (um) posto.
- b) Requisitos mínimos:
- Certificado de graduação na área de Engenharia Elétrica;
 - Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
 - Experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada na função;
 - Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: AutoCAD, Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;
 - Desejável conhecimento em Revit.
- c) Desempenho das seguintes atividades:
- Gerenciar e coordenar as atividades de manutenção, reparação e reformas, definindo e otimizando os meios e métodos de trabalho para assegurar a máxima disponibilidade e desempenho das instalações e edificações;
 - Elaborar o planejamento técnico-operacional, o que inclui a criação e implementação de planos de manutenção, o desenvolvimento de projetos (fundações, cálculo estrutural, hidrossanitário), *layouts*, especificações técnicas, orçamentos detalhados com composições de custos e BDI, e a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
 - Prestar assessoria técnica especializada, o que envolve a leitura e interpretação de projetos multidisciplinares, a avaliação das condições prediais para elaboração de laudos técnicos, a proposição de soluções para situações emergenciais e a emissão de pareceres para dirimir questões técnicas;
 - Auxiliar a Administração nos processos de aquisição, elaborando estudos de viabilidade, especificações de materiais e equipamentos, Termos de Referência e laudos de avaliação de bens patrimoniais;
 - Elaborar relatórios gerenciais, planilhas de controle e outros documentos correlatos para registrar e comunicar o andamento dos serviços;
 - Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.10. ENGENHEIRO MECÂNICO (CBO 2144-05):

- a) Quantidade de postos: 02 (dois) postos.
- b) Requisitos mínimos:
- Certificado de graduação na área de Engenharia Mecânica;
 - Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
 - Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;

- Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: AutoCAD, Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;
- Desejável conhecimento em Revit.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Gerenciar o ciclo de vida dos sistemas mecânicos, elaborando e implementando o plano mestre de manutenção com rotinas preventivas e preditivas para climatização (HVAC), ventilação, exaustão e transporte vertical, bem como desenvolvendo os procedimentos operacionais para garantir a eficiência e a conformidade dos ativos;
- Desenvolver a engenharia de projetos e soluções técnicas no âmbito de sua competência, o que inclui a elaboração de estudos de viabilidade, projetos de sistemas mecânicos, especificações de equipamentos, orçamentos detalhados com composições de custos e BDI, e a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Realizar a análise técnica multidisciplinar e de compatibilização, o que envolve a leitura e interpretação crítica de projetos de diversas disciplinas (arquitetura, estruturas, fundações, instalações elétricas e hidrossanitárias, prevenção de incêndio, etc.), a fim de garantir a perfeita integração dos sistemas mecânicos, identificar interferências e assegurar a coesão técnica geral do edifício;
- Prestar assessoria técnica especializada, avaliando as condições de equipamentos e instalações mecânicas para a elaboração de laudos, estudos e pareceres técnicos, propondo soluções para situações emergenciais e dirimindo questões técnicas complexas junto à Fiscalização;
- Manter o acervo de projetos e plantas (*as-built*) dos sistemas mecânicos devidamente atualizado e elaborar relatórios gerenciais para comunicar o status e o desempenho dos serviços;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.11. JARDINEIRO (CBO 6110-10):

a) Quantidade de postos: 04 (quatro) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível fundamental;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Realizar a manutenção e conservação de todas as áreas verdes, o que abrange o cultivo de canteiros, o preparo do solo com adubação e aração, e os tratos culturais rotineiros, como a poda e a rega de gramados, jardins e plantas em áreas internas e externas;
- Realizar a remoção de folhagens secas e galhos resultantes dos serviços de jardinagem

das áreas internas e externas, visando manter a limpeza e a estética dos espaços.

- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.12. MARCENEIRO (CBO 7711-05):

a) Quantidade de postos: 05 (cinco) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Experiência em montagem e desmontagem de divisórias e mobiliários.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Confeccionar e restaurar produtos de marcenaria e derivados, tais como portas, portais, armários, mesas, cadeiras, estações de trabalho, estantes e demais mobiliários, com substituição de partes inservíveis;
- Entregar produtos confeccionados sob medida ou restaurados;
- Montar produtos no local da instalação em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental;
- Realizar trabalhos de carpintaria geral, como a preparação de canteiros e a montagem de fôrmas.
- Remanejar e montar divisórias;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.13. PEDREIRO (CBO 7152-10):

a) Quantidade de postos: 03 (três) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível fundamental;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Experiência em instalação de revestimentos cerâmicos.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Executar as manutenções preventivas e corretivas nas instalações prediais gerais;
- Executar serviços de manutenção em alvenaria, rebocar paredes, assentar tijolos e pisos/revestimentos;
- Executar pequenas demolições;

- Realizar reparos em coberturas, telhados e forros;
- Executar serviços de apoio às instalações elétricas e hidráulicas (rasgos em alvenaria e contrapiso);
- Instalar aberturas (portas e janelas);
- Instalar equipamentos e aparelhos hidrossanitários;
- Realizar recomposição e construção de elementos de vedação com argamassa e alvenarias;
- Realizar instalação de bancadas, divisores e outros elementos em banheiros, copas, etc;
- Realizar chumbamento de peças e tubulações internas;
- Efetuar execução de vigas, pilares e outros elementos estruturais;
- Realizar execução de alvenarias;
- Realizar recomposição de calcamentos, pavimentações e complementos (meios-fios, etc.);
- Realizar o chumbamento de peças para a instalação de espelhos e portas do tipo blindex e afins;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.14. PINTOR (CBO 7166-10):

- Quantidade de postos: 03 (três) postos.
- Requisitos mínimos:
 - Certificado de conclusão de nível fundamental;
 - Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
 - Experiência em instalação de revestimentos cerâmicos;
 - Saber ler projetos.
- Desempenho das seguintes atividades:
 - Executar a pintura de superfícies internas e externas de edificações, o que abrange o ciclo completo de preparação, com raspagem e emassamento, e a aplicação de tinta em diversos elementos como paredes, esquadrias e rodapés;
 - Executar também o revestimento de superfícies com outros materiais, como papéis de parede e plásticos, garantindo um acabamento de alta qualidade;
 - Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.15. SERRALHEIRO/SOLDADOR (CBO 7244-40):

- a) Quantidade de postos: 04 (quatro) postos.
- b) Requisitos mínimos:
- Certificado de conclusão de nível fundamental;
 - Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
 - Experiência na área de serralheria e soldagem;
 - Saber ler projetos.
- c) Desempenho das seguintes atividades:
- Soldar peças e partes de estruturas;
 - Soldar e costurar tubulações, chapas e outros componentes metálicos;
 - Executar serviços de serralheria de reparos e adaptações em elementos de chapas, tubos, suportes e outros componentes metálicos, tais como grades, alambrados, portões e etc.;
 - Executar outros serviços em aço e ligas (serralheria e soldagem), e em alumínio (serralheria);
 - Realizar manutenção de alambrados (soldagem, amarração, adaptação);
 - Realizar a manutenção de portões metálicos, incluindo substituição ou lubrificação de roldanas ou pinos deslizantes, das caixas de roldanas e trilhos, etc.;
 - Realizar manutenção em portas metálicas e tampas de alçapão;
 - Realizar manutenção nos suportes de correntes e nestas;
 - Efetuar desmontagem e montagem de estruturas metálicas;
 - Recuperação de peças metálicas, com eliminação de todos os focos de ferrugem e substituição de partes sem condições de recuperação, efetuando a troca/colocação de baguetes, travessas e montantes onde for necessário;
 - Confecção e instalação de suportes para ar condicionado de janela (ACJ), suportes para unidades condensadoras, portões, gradis de proteção e demais peças em ferro soldado;
 - Realizar a instalação da estrutura e forro modular;
 - Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.16. TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (CBO 3121-05):

- a) Quantidade de postos: 02 (dois) posto.
- b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;
- Certificado técnico em Técnica de Edificações;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Desejável ter trabalhado na área de manutenção predial;
- Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: AutoCAD, Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;
- Desejável conhecimento em Revit.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Desenvolver e detalhar projetos arquitetônicos e de estrutura de concreto, sob supervisão profissional, elaborando as plantas e desenhos técnicos em software compatível com AutoCAD, sempre em conformidade com as normas vigentes;
- Realizar levantamentos para a produção de documentação as built, bem como para outros desenhos;
- Realizar a quantificação de materiais e pesquisa de preços, bem como elaborar planilhas orçamentárias;
- Realizar medições de serviços executados pela contratada;
- Elaborar relatórios fotográficos e relatórios de acompanhamento de serviços diversos de manutenção predial e readequações de espaços físicos;
- Supervisionar as equipes da contratada na execução dos serviços de manutenção predial e readequações de espaços físicos, recebendo as orientações da equipe técnica de Engenheiros da Empresa e repassando para os operários envolvidos, atendendo-se à perfeita execução dos serviços solicitados;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.17. TÉCNICO DE REDE E TELEFONIA (CBO 3133):

a) Quantidade de postos: 04 (quatro) postos.

b) Requisitos mínimos:

- Certificado de conclusão de nível médio;
- Certificado técnico em Telecomunicações e/ou Redes e/ou Eletrônica;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função;
- Experiência em Redes de Telecomunicações e/ou Redes Estruturadas para voz (VoIP) e dados;
- Domínio de sistemas de computação necessários ao desempenho de suas atividades, tais como: Excel, Word e demais recursos do pacote Office 365;

- Desejável ter trabalhado na área de manutenção predial.
- c) Desempenho das seguintes atividades:
- Realizar a instalação da infraestrutura de comunicação, o que inclui a passagem e a crimpagem de cabos de dados e telefônicos, bem como a instalação e o remanejamento de antenas de TV (VHF/UHF);
 - Fazer a manutenção de equipamentos e circuitos, utilizando instrumentos de medição para ajustar e corrigir falhas detectadas, garantindo o correto funcionamento dos sistemas;
 - Prestar suporte a equipamentos eletroeletrônicos, como televisores, realizando pequenos reparos e sintonias;
 - Emitir relatórios técnicos sobre os serviços executados;
 - Efetuar levantamentos, análises e acompanhamento de indicadores operacionais dos sistemas telefônicos, de dados ou outros sistemas de telecomunicações;
 - Interpretação de desenhos e diagramas de cabeamento estruturado, para estabelecer o roteiro de tarefas;
 - Proceder a ajustes dos alinhamentos dos componentes de acoplamento ópticos;
 - Executar serviços de manutenção de rede, incluindo a ampliação da rede lógica, conforme as normas técnicas EIA/TIA 568-A e ISO 11801, alteração nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
 - Retirar cabos desativados nos Shafts, forros, calhas e canaletas, bem como organizar os racks;
 - Instalar e remanejar pontos lógicos, com a devida identificação dos pontos;
 - Realizar manutenção preventiva e corretiva na rede de telecomunicações (dados e voz) vertical e horizontal;
 - Atuar na manutenção e aceitação de sistemas de telecomunicações;
 - Reparar ou substituir os componentes no circuito eletrônico, caso haja defeitos detectados;
 - Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.3.18. PLANTONISTA: OFICIAL DE MANUTENÇÃO (CBO 5143-25):

- a) Quantidade de postos: 08 (oito) postos.
- b) Requisitos mínimos:
- Certificado de conclusão de nível médio;
 - Certificado de formação em cursos na área de instalações e manutenções prediais;

- Certificado em NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Experiência mínima de 03 (três) anos comprovada na função.
- Deverá possuir domínio técnico e autonomia para operar e intervir corretivamente nos principais sistemas prediais (elétricos, hidrossanitários, refrigeração, grupo gerador, entre outros), visando o restabelecimento imediato da operacionalidade em situações de risco ou emergência.

c) Desempenho das seguintes atividades:

- Diagnosticar anomalias nos equipamentos e sistemas prediais, executando a manutenção corretiva inicial em instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas;
- Interpretar desenhos e diagramas técnicos para a correta identificação e solução das falhas;
- Executar medições de grandezas elétricas e outras verificações para subsidiar o diagnóstico;
- Executar alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- Desempenhar outras atividades correlatas à função.

1.4. Horários de execução dos serviços, definidos pela Fiscalização:

1.4.1. Os serviços deverão ser executados no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observadas as legislações e normas trabalhistas que regem o assunto, no horário compreendido entre as 7h e 21h59, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas.

1.4.2. Poderá ser autorizada a execução em horários alternativos, noturnos, finais de semana ou feriados, mediante comunicação prévia. Neste caso, a jornada extraordinária não gerará quaisquer ônus extras para a Contratante, devendo a proposta da licitante considerar eventuais custos adicionais para o cumprimento dos prazos prescritos.

1.4.3. A jornada de trabalho do posto de Jardineiro será de 40 (quarenta) horas semanais, conforme dispõe na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, no horário compreendido entre 7h e 21h59m, com o devido intervalo para alimentação, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em jornadas diárias de 08h de segunda à sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

1.4.4. A jornada de serviços dos postos de plantonistas será 12 x 36 horas - Diurno, no horário de 07h às 19h e 12x 36 horas - Noturno, no horário de 19h às 7h. Ambos os turnos são de segunda a domingo, inclusive em feriados, em regime de plantão permanente.

1.4.5. Para os demais postos a jornada será de 44 (quarenta e quatro) horas de segunda a sexta-feira, entre 7h e 21h59, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, e, excepcionalmente e a critério da Contratante, nos

sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

1.4.6. Não haverá a prática de horas extras.

1.4.7. Poderá haver compensação de jornada, desde que atendidos os requisitos e procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024.

2. LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UNIFORME

2.1. Lista de ferramentas utilizadas por categoria profissional:

engenheiro/arquiteto/técnico em edificação	
vida útil (dias)	descrição
360	Trena
360	Esquadro 90° x 30 cm (12")
360	Prumo de Parede
eletricista predial	
vida útil (dias)	descrição
180	Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20 cm
180	Alicate Profissional 8"
180	Alicate de Bico Longo de 6"
180	Alicate diagonal para corte rente 6"
90	Arco de serra
180	Alicate Climpador
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
180	Decapador de fio
180	Alicate de pressão 11"
180	Chave inglesa 6"
180	Jogo de chave allen estrela ou hexagonal
360	Dtector de tensao
360	Alicate amperímetro
180	Lima redonda 8
180	Ferro de solda
720	Furadeira de impacto 1/2" - 600W
360	Trena
360	Lixadeira elétrica angular
30	Estilete 18 mm
180	Jogo de serra copo
180	Martelo de borracha
30	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"
180	Escada de abrir
30	Talhadeira aço chato 10"
180	Lima quadrada 8"

PEDREIRO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
90	Colher de Pedreiro nº 9
90	Desempenadeira Aço Lisa
90	Desempenadeira Aço Dentada
30	Desempenadeira de madeira
360	Trena
90	Nível de bolha - alumínio - 35 cm
360	Régua de Alumínio - 2m
360	Esquadro 90° x 30
90	Mangueira de Nível - 20m
360	Prumo de Parede
360	Prumo de Centro
7	Linha de Pedreiro 100m
2	Bucha de Espuma
7	Trincha
30	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"
30	Talhadeira aço chato 10"
90	Marreta 1/2 kg - cabo de madeira
90	Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg
180	Martelo de borracha preto 450 g
2	Lápis de carpinteiro
180	Carrinho de Mão
30	Balde 10 L
90	Arco de serra
180	Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20 cm
360	Riscador com ponta de videira
PINTOR	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Escada de abrir, com 2 x 8 degraus (2,40m)
360	Escada de marinheiro em duralumínio, extensível
30	Espátula de aço inox 10 cm cabo de madeira
30	Espátula PVC lisa (tamanho médio)
30	Desempenadeira Aço Dentada
30	Desempenadeira Aço Lisa
30	Desempenadeira para Lixa
30	Desempenadeira PVC (tamanho médio)
360	Furadeira de impacto 1/2" - 600W
360	Lixadeira elétrica angular 7" - 2.200 W - 5.000 RPM - 220 V
60	Escova de aço, com cabo, 4x15 fileiras de cerdas
3	Fita adesiva (crepe) 25 mm x 50 m Ref. 3M ou similar
30	Estilete 18 mm
240	Lona plástica preta - 4 x 100 m - 12 kg
30	Estopa
15	Thinner / Agarrás (5L)
30	Balde 10 L
30	Bandeja de pintura

60	Misturador de tinta 100 mm x 60 cm
6	Pincel chato 1" cerdas sintéticas pretas
6	Trincha 2" cerdas sintéticas pretas
6	Rolo de lã de carneiro 23 cm c/ cabo
6	Rolo de espuma poliéster 15 cm c/ cabo
6	Rolo de espuma poliéster 9 cm c/ cabo
30	Extensor de cabo de rolo 2 m
720	Compressor de ar profissional 10 pés - 110 L
180	Kit para compressor de ar com 5 peças
360	Balancim individual
180	Corda de bombeiro 12 mm em nylon
360	Trena
SERRALHEIRO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Martelo picador de solda com cabo de madeira
180	Talhadeira com punho de proteção 22 x 225 mm
180	Alicate Climpador
360	Esquadro para solda de alumínio 65mm
180	Grampo de aperto rápido 18"
180	Alicate de pressão 11"
180	Alicate de pressão para solda tipo U
180	Alicate de pressão para solda de chapa 18
180	Alicate diagonal para corte rente 6"
180	Alicate para anéis de pistão capacidade 50-100 mm
180	Chave inglesa 15"
180	Selador horizontal para fita de aço 1"
180	Bolsa de lona para ferramentas
180	Alicate Profissional 8"
90	Arco de serra
180	Bolsa de lona para ferramentas
360	Esquadro 90° x 30
360	Esmerilhadeira Angular Elétrica, diâmetro do disco 7"(180mm)
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
BOMBEIRO HIDRÁULICO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
360	Corta-tubos com capacidade de 6 - 42 mm
90	Arco de serra
180	Chave de grifo de 24"
180	Chave fixa 19 X 22
180	Chave inglesa 15"
180	Chave inglesa 10"
720	Furadeira de impacto 1/2" - 600W -
360	Maçarico de Solda
360	Trena
90	Nível de bolha - alumínio - 35 cm
90	Marreta 1/2 kg
720	Lixadeira elétrica angular 7" - 2.200 W

7	Linha de Pedreiro 100m
360	Régua de Alumínio - 2m
30	Talhadeira aço chato 10"
720	Torno/morsa de bancada número 4
180	Alicate de Bico Longo de 6"
180	Bolsa de lona para ferramentas
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
TÉCNICO DE REDE E TELEFÔNIA	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
360	Trena
180	Alicate Climpador
180	Alicate diagonal para corte rente 6"
180	Alicate Profissional 8"
180	Alicate de Bico Longo de 6"
180	Bolsa de lona para ferramentas
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
180	Decapador de fio
180	Jogo de chave allen estrela ou hexagonal
360	Alicate amperímetro
360	Dtector de tensao
30	Estilete 18 mm
3	Pasta p/ limpeza
JARDINEIRO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Enxada Estreita
180	Carrinho de Mão
120	Pá quadrada
90	Serrote 20
30	Balde 10 L
360	Carrinho Plataforma em madeira 1500 x 800 mm - Capacidade: 600 kg
ENCARREGADO GERAL/AJUDANTE GERAL DE MANUTENÇÃO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Bolsa de lona para ferramentas
360	Trena
180	Martelo de borracha preto 450 g -
90	Nível de bolha - alumínio - 35 cm
360	Prumo de Parede
360	Prumo de Centro
360	Esquadro 90° x 30 cm (12")
2	Lápis de carpinteiro
PLANTONISTA DIURNO/NOTURNO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20 cm
180	Alicate Profissional 8"
180	Alicate de Bico Longo de 6"
180	Alicate diagonal para corte rente 6"
90	Arco de serra

180	Alicate Climpador
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
180	Decapador de fio
180	Alicate de pressão 11"
180	Chave inglesa 6"
180	Jogo de chave allen estrela ou hexagonal
360	Dtector de tensao
360	Alicate amperímetro
180	Lima redonda 8
180	Ferro de solda
720	Furadeira de impacto 1/2" - 600W
360	Trena
360	Lixadeira elétrica angular
30	Estilete 18 mm
180	Jogo de serra copo
180	Martelo de borracha
30	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"
180	Escada de abrir
30	Talhadeira aço chato 10"
180	Lima quadrada 8"
MARCENEIRO	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
720	Furadeira de impacto 1/2" - 600W
360	Grampo de aperto rápido 18"
360	Trena
90	Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg
180	Martelo de borracha
90	Nível de bolha - alumínio - 35 cm
90	Serrote 20
180	Alicate diagonal para corte rente 6"
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
2	Lápis de carpinteiro
30	Estilete 18 mm
360	Régua de Alumínio - 2m
360	Esquadro 90° x 30 cm (12")
360	Riscador com ponta de videa
180	Formão chanfrado 1"
180	Alicate Profissional 8"
180	Alicate de Bico Longo de 6"
360	Kit Chave de Fenda e Phillips
360	Cavalete de ferro
360	Prumo de Centro
180	Bolsa de lona para ferramentas
ALMOXARIFE	
VIDA UTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
360	Trena
30	Estilete 18 mm

360	Esquadro 90° x 30 cm (12")
360	Prumo de Parede

2.2.Lista mínima de materiais para o Almoxarifado:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
4	alicate bomba d'água 10'
6	alicate de bico ½ cano reto 6"
3	alicate rebitor manual
1	alicate Wattímetro Digital Trifásico com USB Minipa ET-4091
1	bomba p/ Graxa manual de 0,5 a 1kg
2	brocas de vídea (jogo)
1	bapacímetro Digital Minipa mod.MC-153
2	carrinho de carga modelo armazém médio pneumático p/ 200 Kg
1	cavador reto
1	chave corrente C-14-2"
1	chave corrente C-36-4.1/2"
1	chave cortador de tubo manual, ½" a 6"
6	chave de boca - jogo de chave combinada de 6 a 22 MM
6	chave de fenda ¼ x 6"
6	chave de fenda ¼ x8
6	chave de fenda 1/8 x 6
6	chave fenda 1/8 x 3
6	chave fenda 3/16 x 4
1	chave inglesa 24"
2	chave para lavatório em ferro fundido, não extensível, para bitolas de 3/8 a 1¼ polegadas
6	chave philips 1/8 x 3
6	chave philips 3/16 x 4
6	chave phillips 3/16 x 3"
6	chave phillips ¼ x 5"
2	chaves de grifo n° 10
2	chaves de grifo n° 12
2	chaves de grifo n° 18
2	chaves de grifo n° 24
2	chaves de grifo n° 48
1	esmeril de bancada
1	fazímetro minipa modelo mfa 850 ou similar;
3	ferro de solda 100w.
3	ferro de solda 40w (com ponta fina)
2	fita métrica em fibra com 50 metros
2	formões (jogo) – 3/8", ½", 5/8", ¾"
2	furadeira elétrica de bancada, mandril de 5/8"
1	grampeador de alta pressão
6	jogo de chave allen 1,5mm à 19mm.
3	jogo de chave hexagonal de 1/16 a 3/8
3	jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.

12	jogo de chaves de fenda c/ 6 peças
1	jogo de serra copo profissional de 1/2" a 3"
2	jogo de soquetes sextavados 1/2 profissional (aço cromo vanádio temperado- encaixe de 1/2" 20 soquetes sextavados (mm): 10 à 32mm)
2	jogo de tarraças de 1/4 a 4" de ferro galvanizado
10	lanterna recarregável de 15 leds.
1	lavadora de alta pressão karcher mod. hd 585 prof. s ou similar
5	lima chata 6" bastarda
5	lima chata de 8" bastarda
5	lima redonda 6" bastarda
6	luvas p/ eletricista de 500v classe 00 tipo 2
1	luxímetro digital medidor de luminosidade mlm 1011 minipa ou similar;
12	maleta para ferramentas com divisórias (43x33x15cm) c/ cadeado
1	máquina de solda elétrica
1	máquina desentupidora elétrica - tl50 - bivolt - motor de 1/2 hp.
2	marreta de 2kg
1	nível de bolha laser 500
10	pá (reta e com bico) com cabo
1	paquímetro digital 6 150mm medições + estojo bosch
1	plaina elétrica
20	rádio portátil <i>talk about</i>
2	serra elétrica tico-tico
6	suporte para ferro de solda
2	talhadeira 125 x 14mm
2	talhadeira 150 x 16mm
2	talhadeira 200 x 19mm
1	terrômetro modelo ET-4310 da minipa ou similar
6	teste de tensão neon
1	torno de bancada tipo morsa nº 04

2.3. Lista com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI:

ELETRICISTA PREDIAL	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
10	Luvas de raspa de cano curto
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável

1	Respirador descartável sem válvula
60	Protetor facial de acrílico
360	Luva de alta tensão
BOMBEIRO HIDRÁULICO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
10	Luvas de raspa de cano curto
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
ENGENHEIRO/ARQUITETO/TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES/ALMOXARIFE	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
90	Abafador de ruídos
ENCARREGADO GERAL	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
5	Luvas de PVC cono médio forradas
20	Protetor auricular
60	Óculos contra impacto
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
1	Respirador descartável sem válvula
PINTOR	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
15	Avental de PVC
60	Óculos contra impacto
1	Respirador descartável sem válvula
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
20	Protetor auricular

180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
AJUDANTE DE MANUTENÇÃO E REPAROS	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
5	Luvas de PVC cano médio forradas
2	Luvas de borracha – látex – cano curto
10	Luvas de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
1	Respirador descartável sem válvula
20	Protetor auricular
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
SERRALHEIRO/SOLDADOR	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
360	Capacete classe B de polietileno
10	Luvas de raspa de cano curto
90	Mangas de raspa
30	Perneira de raspa
60	Óculos contra impacto
60	Protetor facial de acrílico
180	Óculos de soldagem
360	Máscara de soldagem
1	Respirador descartável sem válvula
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
20	Protetor auricular
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte
60	Capa impermeável
TÉCNICO DE REDE E TELEFÔNIA	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvas de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
360	Capacete classe B de polietileno

PLANTONISTA: OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DIURNO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvas de raspa de cano curto
PLANTONISTA: OFICIAL DE MANUTENÇÃO - NOTURNO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
360	Japona (Agasalho de frio)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvas de raspa de cano curto
MARCENEIRO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
60	Óculos contra impacto
20	Protetor auricular
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
360	Capacete classe B de polietileno
60	Capa impermeável
10	Luvas de raspa de cano curto
PEDREIRO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvas de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
360	Capacete classe B de polietileno
120	Máscara semifacial com 1 filtro
10	Filtro para máscara semifacial
180	Cinto de segurança tipo paraquedista
90	Trava quedas
90	Talabarte

JARDINEIRO	
VIDA ÚTIL (DIAS)	DESCRIÇÃO
180	Uniforme comum (2 unidades)
180	Meias, atalhadas 100% algodão, cor preta
20	Protetor auricular
10	Luvas de raspa de cano curto
60	Óculos contra impacto
130	Creme de proteção solar FPS 30
60	Capa impermeável

Anexo – MARCAS E MODELOS

1. INSUMOS E MATERIAIS PRÉ DEFINIDOS

1.1. Na contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e orientação dos art. 41, e incisos da lei 14.133/2021.

1.2. Por se tratar de indicação por parte da Contratante, é lícito que os proponentes possam apresentar marcas e modelos similares a pretensa contratação, contudo respeitando o art.42, e incisos da lei 14.133/2021 que dispõe:

"I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

"II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto."

1.3. A indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), se encontraram pormenorizadas no Anexo deste Estudo.

Nota explicativa I - Embora a contratação seja de serviços comuns de engenharia, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

Nota explicativa II - Marca - Excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

Nota explicativa III - Similaridade - Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade", devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração. Permite-se menção a marca de referência no aviso, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada." Nessa hipótese, aplica-se o art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da

Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81, de 2022. Também deverá ser observada a Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

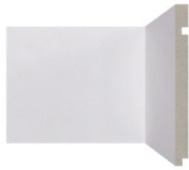




1.4.1. A manutenção predial a ser realizada inclui a inspeção e substituição de componentes de sistemas e equipamentos que já estão instalados nas edificações. A escolha de marcas específicas é fundamental devido à compatibilidade técnica com sistema já em operação. Outra vantagem quanto a especificação das marcas é a celeridade na execução dos serviços, pois os materiais a serem empregados já estão pré-definidos. A troca por outras marcas pode comprometer o funcionamento adequado, resultando em falhas no sistema ou aumento nos custos de manutenção. Portanto, a especificação de marcas é necessário para garantir que os componentes novos ou substituídos integrem-se corretamente aos sistemas existentes.

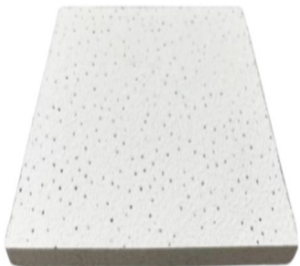


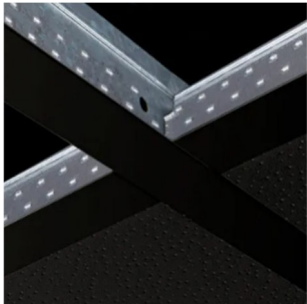

1.4.2. Além disso, na hipótese de descontinuidade dos materiais e/ou marcas especificadas, admite-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, conforme dispõe o art. 42 da Lei nº 14.133/2021. A justificativa apresentada assegura vantajosidade, qualidade e economicidade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto.

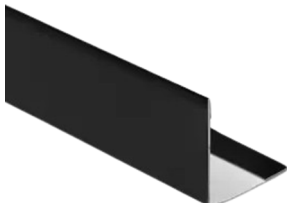




1.5. Itens de materiais padronizados, devem seguir as marcas e modelos abaixo relacionadas:

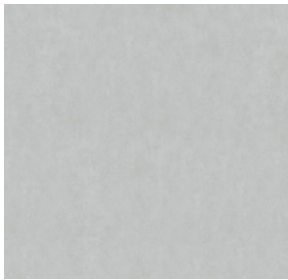

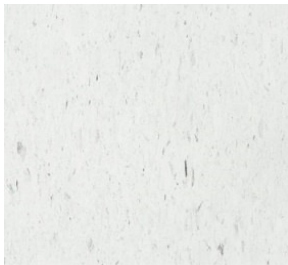


1.5.1. ACABAMENTOS:



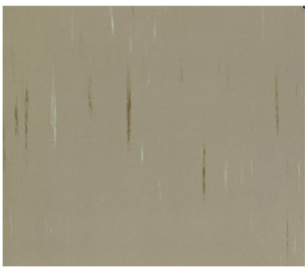


ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01		Aplicação: Portas p/divisórias boxes. Tipo: Laminado estrutural. Referência: Sia Plack. Item (L-190.) Acabamento: Texturizado. Dimensões: 1750mm x600mm x10mm.

02		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Rodapé.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Marca: Santa Luzia.</p> <p>Efeito: liso.</p> <p>Material: Poliestireno (EPS)</p> <p>Altura: 15cm</p> <p>Espessura: 1,6cm</p> <p>Barra linear: 2,40m</p>
03		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Rodapé.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Marca: Santa Luzia.</p> <p>Efeito: liso.</p> <p>Material: Poliestireno (EPS)</p> <p>Altura: 5cm</p> <p>Espessura: 1,3cm</p> <p>Barra linear: 2,20m</p>
04		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Rodapé.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Marca: Santa Luzia.</p> <p>Efeito: liso.</p> <p>Material: Poliestireno (EPS).</p> <p>Altura: 15cm</p> <p>Espessura: 1,6cm</p> <p>Barra linear: 2,40m</p>
05		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Rodapé.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Marca: Santa Luzia.</p> <p>Efeito: liso.</p> <p>Material: Poliestireno (EPS)</p> <p>Altura: 7cm</p> <p>Espessura: 1,5cm</p> <p>Barra linear: 2,40m</p>
06		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Forro modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada.</p> <p>Espessura: 8mm.</p> <p>Dimensões: 625mm x 625mm.</p> <p>Borda: Reta.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Referência: Gypclean.</p> <p>Marca: Owa.</p>


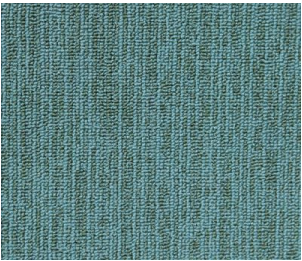
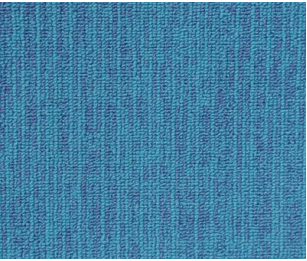

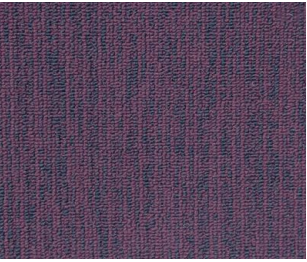

07		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Forro modular acústico de fibra mineral</p> <p>Espessura: 8mm.</p> <p>Dimensões: 625mm x 625mm.</p> <p>Borda: Lay-in T24.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Referência: Forro Mineral Georgian.</p> <p>Marca: Armstrong.</p>
08		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Forro modular de fibra mineral.</p> <p>Espessura: 20mm.</p> <p>Dimensões: 1250 x 625mm.</p> <p>Borda: Lay-in T24.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Referência: Forro de lã de vidro isover.</p> <p>Marca: Forrovid Boreal.</p>
09		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Dimensões: Perfil T(travessa).</p> <p>Acabamento: Pintura eletrostática.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>
10		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Perfil T(travessa).</p> <p>Acabamento: Pintura eletrostática.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>
11		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Cantoneira.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>

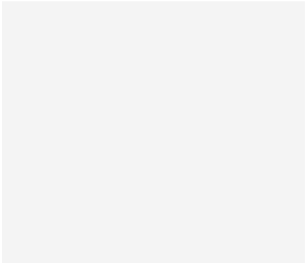
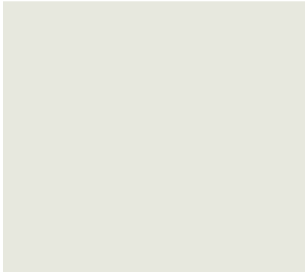




12		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Cantoneira.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>
13		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Perfil T (longarina).</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Marca: Smart perfil</p>
14		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Perfil T (longarina).</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Marca: Smart perfil</p>
15		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Pendural.</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>
16		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Arame(tirante).</p> <p>Marca: Smart perfil.</p>
17		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Perfis metálicos para forro modular.</p> <p>Modelo: Grampos/Regulador para cabo de aço.</p> <p>Marca: Smart perfil</p>





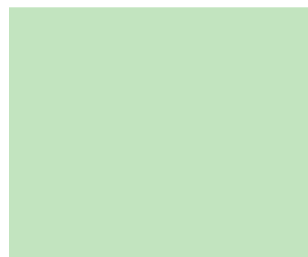
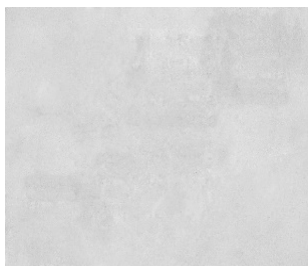
50		<p>Aplicação: Paredes e piso. Tipo: Porcelanato. Borda: Retificado. Acabamento: Acetinado. Dimensões: 60 x 60 cm. Junta mínima: 1,5mm. Classe AD: 2. Local de uso: LE - Alta Performance. Variação: V2 - Leve. Linha: Cimento Grigio Cinza. Referência: BP1209G1 Marca: Biancogres.</p>
51		<p>Aplicação: Paredes e piso. Tipo: Rejunte porcelanato. Referência: Corda Marca: Quartzolit.</p>
52		<p>Aplicação: Piso. Tipo: Vinílico em placa. Dimensões: 30x30 cm. Espessura: 2cm. Referência: 103. Modelo: Paviflex. Linha: Natural. Marca: Tarkett ou similar.</p>
53		<p>Aplicação: Piso. Tipo: Vinílico em placa. Dimensões: 30x30cm. Espessura: 2cm. Referência: 920. Modelo: Paviflex. Linha: Natural. Marca: Tarkett ou similar.</p>
54		<p>Aplicação: Piso. Tipo: Vinílico em placa. Dimensões: 30x30cm. Espessura: 2cm. Referência: 918. Modelo: Paviflex. Linha: Natural. Marca: Tarkett ou similar.</p>

55		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 925.</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>
56		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 906</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>
57		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 615.</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>
58		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 241.</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>
59		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 699.7</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>

60		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 30,5x30,5cm.</p> <p>Espessura: 2cm.</p> <p>Referência: 470.</p> <p>Modelo: Paviflex.</p> <p>Linha: Natural.</p> <p>Marca: Tarkett ou similar.</p>
61		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Vinílico em placa.</p> <p>Dimensões: 60x60cm.</p> <p>Espessura: 3cm</p> <p>Tonalidade: Cimento.</p> <p>Referência: 101-Grey</p> <p>Modelo: Bravura Audaciosa.</p> <p>Linha: Mineral 60</p> <p>Marca: Belgotex.</p>
62		<p>Aplicação: Piso e Parede.</p> <p>Tipo: Vinílico em régua colado.</p> <p>Dimensões: 18,4x95cm.</p> <p>Espessura: 3cm</p> <p>Referência: 9344654.</p> <p>Modelo: Ambiente Cedro.</p> <p>Linha: Rocky.</p> <p>Marca: Tarkett.</p>
63		<p>Aplicação: Piso e Parede.</p> <p>Tipo: Vinílico em régua colado.</p> <p>Dimensões: 121,92x17,78cm.</p> <p>Espessura: 3cm</p> <p>Tonalidade: Amadeirado.</p> <p>Referência: 311-Sanzio.</p> <p>Modelo: Bravura Audaciosa.</p> <p>Linha: Rocky.</p> <p>Marca: Belgotex.</p>
64		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo: 100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 101-Ginger.</p> <p>Marca: Belgotex</p>

65		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 102-Android.</p> <p>Marca: Belgotex</p>
66		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 103-Aqua.</p> <p>Marca: Belgotex</p>
67		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 104-Candy.</p> <p>Marca: Belgotex</p>
68		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 105-Fire.</p> <p>Marca: Belgotex</p>
69		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Solidus.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 106-Grape.</p> <p>Marca: Belgotex</p>
70		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Carpete Modular.</p> <p>Dimensões: 50cm x 50cm.</p> <p>Espessura: 6,5mm</p> <p>Linha: Astral MB.</p> <p>Modelo:100%SDN-SolutionDyed Nylon (PA).</p> <p>Referência: 408-Taurus.</p> <p>Marca: Belgotex</p>


71		<p>Aplicação: Tinta para paredes interno/externa, madeira e ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Branco Neve.</p> <p>Quantidade:</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
72		<p>Aplicação: Tinta para paredes interno/externa, madeira e ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Branco Gelo.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
73		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Cinza Claro.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
74		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Cinza Médio.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
75		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Grafite Escuro.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
76		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>




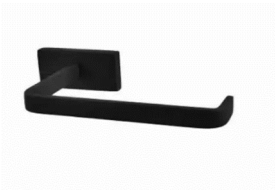


77		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Laranja Clássica.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
78		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Sacode.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
79		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Azul França.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
80		<p>Tinta Acrílica fosca Azul-cetim</p> <p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Azul-cetim.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
81		<p>Aplicação: Paredes Interno/Externa, Madeira e Ferro.</p> <p>Tipo: Acrílica, Látex PVA, Superlavável, Epóxi, Inodora, Antimofo, Esmalte Sintético, a Óleo e a Cal.</p> <p>Acabamento: Fosco, acetinado e semibrilho.</p> <p>Cor: Verde-pátina</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suvinil ou similar.</p>
82		<p>Aplicação: Paredes internas de alvenaria, concreto e gesso.</p> <p>Tipo: Pintura de efeito.</p> <p>Cor: Prata fina.</p> <p>Marca: Coral.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Efeito: Cimento queimado.</p>







83		<p>Aplicação: Tinta para parede, metal e madeira.</p> <p>Tipo: Esmalte a base de água.</p> <p>Acabamento: Acetinado.</p> <p>Cor: Preto Absoluto.</p> <p>Referência: R756.</p> <p>Quantidade: 5L, 18L e 900ML.</p> <p>Marca: Coral, Suviniil ou similar.</p>
----	---	--

1.5.2. METAIS:

ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01		<p>Aplicação: Bancadas.</p> <p>Tipo: Cuba para cozinha em aço Inox AISI 304 com 0,6 mm de espessura. Fabricado no sistema monobloco (sem solda). Possui borda lisa. Furo para válvula de Ø 3 1/2". Acabamento em alto brilho.</p> <p>Dimensões: 340mm x 560mm x 170 mm.</p> <p>Referência: Retangular BL.</p> <p>Fabricante: Tramontina.</p>
02		<p>Aplicação: Cuba.</p> <p>Tipo: Válvula para cuba metálica Ø 3 1/2" em aço inox e polipropileno, com tampa de vedação.</p> <p>Dimensões: diâmetro = 8 cm.</p> <p>Referência: Válvula de ø 3 1/2".</p> <p>Fabricante: Tramontina.</p>
03		<p>Aplicação: Cuba.</p> <p>Tipo: Sifão para cozinha cromado.</p> <p>Dimensões: 1.1/2" (entrada/saída)</p> <p>Referência: 1680C112</p> <p>Tipo de entrada: Simples.</p> <p>Fabricante: Deca.</p>
04		<p>Aplicação: Cuba.</p> <p>Tipo: Torneira para cozinha de mesa.</p> <p>Referência: Galiflex.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromado, preto.</p> <p>Modalidade da bica: Flexível, giratória 360°.</p> <p>Tipo de instalação: Mesa.</p> <p>Acionamento: Alavanca.</p> <p>Dimensões: 258mm x 403mm x 64mm.</p> <p>Diâmetro do furo para instalação: 25mm.</p>

05		<p>Aplicação: Acabamento para registro com base.</p> <p>Tipo: Registro.</p> <p>Referência: Invicta.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Função: Gaveta.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Acionamento: Cruzeta.</p> <p>Tipo de instalação: Parede.</p> <p>Dimensões: 64mm x 62mm x 62mm.</p>
06		<p>Aplicação: Registro chuveiro.</p> <p>Tipo: Acabamento para registro.</p> <p>Linha do produto: Level.</p> <p>Fabricante: Deca.</p> <p>Função: Gaveta.</p> <p>Cor: Black noir.</p> <p>Formato: Quadrado.</p> <p>Dimensões: 115mm x 70mm x 74mm.</p>
07		<p>Aplicação: Registro.</p> <p>Tipo: Acabamento para registro.</p> <p>Linha do produto: Polo.</p> <p>Fabricante: Deca.</p> <p>Função: Gaveta.</p> <p>Cor: Black matte.</p> <p>Formato: Quadrado.</p> <p>Dimensões: 70mm x 70mm x 92mm.</p>
08		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Cabide.</p> <p>Referência: Hope.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Tipo de instalação: Parede.</p> <p>Dimensões: 66mm x 52mm x 50mm.</p>
09		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Cabide dom preto fosco perflex.</p> <p>Referência: 5404572988</p> <p>Fabricante: Dmflex.</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Dimensões: 50mm x 50mm x 55mm.</p>

10		<p>Aplicação: Lavatórios.</p> <p>Tipo: Ligação flexível.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Tamanho: 300mm</p> <p>Referência: 4606.C.030.</p> <p>Fabricante: Deca.</p>
11		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Porta toalha.</p> <p>Referência: Hope.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Tipo de instalação: Parede.</p> <p>Dimensões: 66mm x 50mm x 250mm.</p>
12		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Papeleira.</p> <p>Referência: Hope.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Dimensões: 71mm x 107mm x 181mm.</p>
13		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Papeleira.</p> <p>Fabricante: Perflex.</p> <p>Cor: Preto Fosco.</p> <p>Dimensões: 80mm x 126mm x 154mm.</p>
14		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Ducha higiênica com registro e derivação.</p> <p>Referência: Nova Lógica.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Tipo de instalação: Parede.</p> <p>Dimensões: 59mm x 189mm.</p>
15		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Ducha higiênica com registro e derivação.</p> <p>Referência: 008122CE.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Ônix.</p> <p>Tipo de instalação: Parede.</p> <p>Dimensões: 81mm x 171mm.</p>

16		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Ducha higiênica, completa, com derivação de 1,2M.</p> <p>Referência: Aspen.</p> <p>Fabricante: Deca.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Acionamento: ¼ de volta.</p> <p>Dimensões: 40mm x 40mm x 77mm.</p> <p>Característica: Com derivação. Possui saída adicional para caixa acoplada.</p>
17		<p>Aplicação: Lavatórios.</p> <p>Tipo: Sifão para lavatório.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Referência: 1680. C100.112.</p> <p>Fabricante: Deca.</p>
18		<p>Aplicação: Lavatórios de mesa.</p> <p>Tipo: Torneira automática para lavatório de mesa.</p> <p>Referência: Alfa.</p> <p>Fabricante: Docol.</p> <p>Cor: Cromada.</p> <p>Modalidade da bica: Fixa.</p> <p>Tipo de instalação: Pia.</p> <p>Acionamento: Pressão.</p> <p>Dimensões: 74mm x 44mm x 122mm.</p>
19		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Torneira de parede cromada com arejador.</p> <p>Dimensões: 104 mm x 52 mm x 179 mm.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Linha: Max.</p> <p>Tipo de punho: Cruz.</p> <p>Marca: Deca.</p>
20		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Plateira de acessórios Idea.</p> <p>Fabricante: Docol</p> <p>Cor: Cromado</p> <p>Tipo de instalação: parede.</p> <p>Dimensões: 210mm x 590mm x 89mm.</p>
21		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Barra de apoio.</p> <p>Uso: PCD.</p> <p>Dimensões: 800mm x 150mm x 32mm.</p>


22		<p>Aplicação: Tanque de louça.</p> <p>Tipo: Sifão extensivo cromado.</p> <p>Cor: Cromado.</p> <p>Referência: 1680. C100.112.</p> <p>Fabricante: BLUKIT.</p>
23		<p>Aplicação: Portas p/divisórias boxes.</p> <p>Tipo: Montantes em alumínio com pintura eletroestática.</p> <p>Cor: preta.</p>
24		<p>Aplicação: Apoio para lavatórios.</p> <p>Tipo: Barra de apoio articulada.</p> <p>Marca: Metal cromo.</p> <p>Dimensões: 650mm x 120mm.</p> <p>Tipo de material: Alumínio.</p>





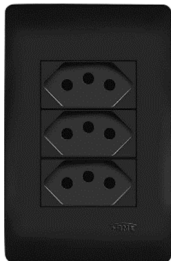
1.5.3. LOUÇAS:

ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01		<p>Aplicação: Bancadas.</p> <p>Tipo: Cuba de apoio, com válvula, quadrada para banheiro.</p> <p>Dimensões: 160mm x 420mm x 160mm.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Referência: L.73</p> <p>Fabricante: Deca.</p>
02		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Kit vaso sanitário com caixa acoplada e assento.</p> <p>Referência: Quadra.</p> <p>Fabricante: Deca.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Formato: Quadrado.</p> <p>Acionamento da bacia sanitária: Duplo acionamento.</p> <p>Capacidade de acionamento da bacia sanitária: 3/6L.</p> <p>Dimensões: 785mm x 360mm x 660mm.</p> <p>Componentes do kit: Vaso sanitário + Caixa Acoplada + Kit de instalação (flexível e anel de vedação) + assento sanitário + manual.</p>

03		<p>Aplicação: Piso.</p> <p>Tipo: Kit vaso sanitário com caixa acoplada e assento.</p> <p>Referência: Aspen.</p> <p>Fabricante: Deca.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Formato: Oval.</p> <p>Acionamento da bacia sanitária: Duplo acionamento.</p> <p>Capacidade de acionamento da bacia sanitária: 3/6L.</p> <p>Dimensões: 745mm x 375mm x 640mm.</p> <p>Componentes do kit: Assento acoplado, Caixa acoplada, Kit de instalação.</p>
04		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Kit de Mictório com válvula e complementos de instalação.</p> <p>Referência: Eco.</p> <p>Fabricante: Roca Brasil.</p> <p>Marca: Celite.</p> <p>Cor: Branca Brilhante.</p> <p>Acabamento: Esmaltado.</p> <p>Formato: Oval.</p> <p>Dimensões: 568mm x 267mm x 353mm.</p>
05		<p>Uso: Parede s/coluna.</p> <p>Tipo: Lavatório suspenso.</p> <p>Dimensões: 360mm x455mm x180mm.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Referência: L.915.17.</p> <p>Fabricante: Deca.</p>
06		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Tanque sem mesa/coluna.</p> <p>Dimensões: 545mm x485mm x330mm.</p> <p>Formato: Retangular.</p> <p>Material: Louça sanitária.</p> <p>Fabricante: Celite.</p>






1.5.4. SEGMENTOS ELÉTRICOS:







ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Painel modular de embutir.</p> <p>Fabricante: Avant.</p> <p>Potência: 45w.</p> <p>Temperatura de cor: BR 6500k.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Material: Alumínio, policarbonato.</p> <p>Modelo: Painel LED</p> <p>Fluxo Luminoso: 3.600 lm</p> <p>Eficiência luminosa: 80 lm/W</p> <p>Dimensões: 625mmx625mmx4mm</p>







02		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Chuveiro elétrico.</p> <p>Referência: Aqua Storm Ultra.</p> <p>Fabricante: Lorenzetti.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Potência: 6800w.</p> <p>Voltagem: 220v.</p> <p>Forma: Quadrado</p> <p>Acionamento: Cromado.</p>
03		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Chuveiro elétrico.</p> <p>Referência: BOCFQWSV29.</p> <p>Fabricante: Lorenzetti.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Voltagem: 220v.</p> <p>Forma: Quadrado.</p> <p>Acionamento: Preto.</p>
04		<p>Aplicação: Parede.</p> <p>Tipo: Ducha elétrica, Branco, Pequeno.</p> <p>Dimensões: 180mm x 180mm x 270mm.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Estilo: Casual.</p> <p>Componentes incluídos: Mangueira, ducha manual e suporte para ducha manual.</p> <p>Fabricante: Lorenzetti.</p>
05		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Tomada simples.</p> <p>Dimensões: 120mmx80mm</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Referência: 2P+T 10A/250V~.</p> <p>Voltagem: 220 Volts.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Fame, Pial, Tramontina.</p>
06		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Tomada dupla.</p> <p>Dimensões: 120mmx80mm</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Referência: 2P+T 10A/250V~.</p> <p>Voltagem: 220 Volts.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Fame, Pial, Tramontina.</p>
07		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Tomada Tripla.</p> <p>Dimensões: 120mmx80mm</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Referência: 2P+T 20A/250V~.</p> <p>Voltagem: 220 Volts.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Fame, Pial, Tramontina.</p>

08		<p>Aplicação: Paredes de alvenaria, drywall, gesso acartonado, divisórias, cerâmica etc.</p> <p>Tipo: Interruptor simples com placa 4x2.</p> <p>Dimensões: 120mmx80mm</p> <p>Cor: Preto.</p> <p>Referência: 16A/250V~ - com placa SHB</p> <p>Voltagem: 220 Volts.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Fame, Pial, Tramontina.</p>
09		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot de trilho.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
10		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot de trilho.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
11		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Trilho.</p> <p>Dimensões: 100cm x 3,3cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
12		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Trilho.</p> <p>Dimensões: 100cm x 3,3cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
13		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Junção reta de trilhos.</p> <p>Dimensões: 7,7cm x 3,3cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>

14		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Junção reta de trilhos.</p> <p>Dimensões: 7,7cm x 3,3cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
15		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Junção L de trilhos.</p> <p>Dimensões: 7cm x 7cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
16		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Junção L de trilhos.</p> <p>Dimensões: 7cm x 7cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
17		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
18		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
19		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir recuado.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>

20		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária spot</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Dimensões: Variadas.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: Variadas e lâmpadas separadas</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
21		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Lâmpada led tubular T5</p> <p>Dimensões: 60cm</p> <p>Material: Difusor em vidro leitoso.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Temperatura de cor: 6500k.</p> <p>Potência: Variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
22		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Lâmpada led tubular T5</p> <p>Dimensões: 120cm</p> <p>Material: Difusor em vidro leitoso.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Temperatura de cor: 6500k.</p> <p>Potência: Variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
23		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Lâmpada led tubular T8</p> <p>Dimensões: 60cm.</p> <p>Material: Difusor em vidro leitoso.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Temperatura de cor: 6500k.</p> <p>Potência: Variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
24		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Lâmpada led tubular T8</p> <p>Dimensões: 120cm.</p> <p>Material: Difusor em vidro leitoso.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Temperatura de cor: 6500k.</p> <p>Potência: Variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>

25		<p>Aplicação: Teto/Sobrepôr.</p> <p>Tipo: Luminária plafon quadrado.</p> <p>Dimensões: 62cm x 62cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
26		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária plafon quadrado.</p> <p>Dimensões: 62cm x 62cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: variadas.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
27		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária perfil de led.</p> <p>Dimensões: 100cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepôr.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
28		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária perfil de led.</p> <p>Dimensões: 100cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepôr.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
29		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária perfil de led.</p> <p>Dimensões: 100cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>
30		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária perfil de led.</p> <p>Dimensões: 100cm</p> <p>Material: Alumínio e policarbonato.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar.</p>

31		<p>Aplicação: Teto/Parede.</p> <p>Tipo: Emergência 30 leds.</p> <p>Material: Policarbonato.</p> <p>Cor: Branco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir/Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: 100/60lm.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
32		<p>Aplicação: Calha existente.</p> <p>Tipo: Bulbo led.</p> <p>Material: Policarbonato.</p> <p>Cor: leitoso.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir/Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Temperatura de cor: 6500k.</p> <p>Potência: 9w</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
33		<p>Aplicação: Embutido / Sanca.</p> <p>Tipo: Fita de led</p> <p>Dimensões: rolo 5m</p> <p>Cor: 6500K</p> <p>Tipo de instalação: Embutir/Sobrepor.</p> <p>Potência: 12W</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
34		<p>Aplicação: Embutido / Sanca.</p> <p>Tipo: Fita de led</p> <p>Dimensões: rolo 5m</p> <p>Cor: 3500k</p> <p>Tipo de instalação: Embutir/Sobrepor.</p> <p>Potência: 12W</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
35		<p>Aplicação: Teto.</p> <p>Tipo: Luminária perfil Led linear.</p> <p>Dimensões: 1,2m</p> <p>Material: Plástico.</p> <p>Cor: Branco fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Embutir.</p> <p>Tensão: Bivolt.</p> <p>Potência: 36W.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>
36		<p>Aplicação: Parede/piso.</p> <p>Tipo: Refletor Led Slim IP66.</p> <p>Dimensões: variadas</p> <p>Material: Alumínio/vidro.</p> <p>Cor: Preto fosco.</p> <p>Tipo de instalação: Sobrepor.</p> <p>Tensão: Bivolt prova d'água.</p> <p>Potência: 30W, 50W, 100W, 150W, 200W e 300W cor 6500K/3000K.</p> <p>Tipo de fonte de energia: Energia elétrica.</p> <p>Marca: Avant, Ilumini, Elgin ou similar</p>

[illegible]

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N.: 50000.008494/2024-24.

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de engenharia de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e reparos das instalações físicas, bem como adaptações dos ambientes nos edifícios administrados pelo Ministério dos Transportes, em Brasília/DF. Os serviços abrangem as diversas áreas das instalações, como sistemas elétricos, hidrossanitários, prevenção e combate à incêndio, cabeamento estruturado, no-breaks, bancos de bateria, grupos geradores, Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA), águas pluviais, alarmes, circuito fechado de televisão digital, entre outros. E ainda, inclui a prestação de serviços eventuais, sob demanda, para instalações e remanejamentos desses sistemas, com o fornecimento de materiais, peças e componentes de reposição necessários, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	6
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	7
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	9
7. CUSTOS DIRETOS	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	10
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	11
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	12
13. PROJETO EXECUTIVO	12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	13

15.	VISTORIA	16
16.	SUBCONTRATAÇÃO.....	16
17.	DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	17
18.	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	18
19.	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	18
20.	GARANTIA DA EXECUÇÃO	19
21.	DA SUSTENTABILIDADE	19
NOTAS EXPLICATIVAS		Erro! Indicador não definido.
1.	ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	Erro! Indicador não definido.
1.1.	Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	Erro! Indicador não definido.
1.2.	Classificação como serviço comum ou especial	Erro! Indicador não definido.
2.	REGIMES DE EXECUÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.	Empreitada por Preço Unitário	Erro! Indicador não definido.
2.2.	Empreitada por Preço Global.....	Erro! Indicador não definido.
2.3.	Empreitada Integral	Erro! Indicador não definido.
2.4.	Contratação Por Tarefa	Erro! Indicador não definido.
2.5.	Contratação Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.6.	Contratação Semi-Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado	Erro! Indicador não definido.
2.8.	Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes.....	Erro! Indicador não definido.
3.	ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
4.	DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	Erro! Indicador não definido.
5.	ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
6.	ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
7.	CUSTOS DIRETOS	Erro! Indicador não definido.
8.	ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	Erro! Indicador não definido.
9.	ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	Erro! Indicador não definido.
10.	DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.	Erro! Indicador não definido.
11.	BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	Erro! Indicador não definido.
12.	ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Erro! Indicador não definido.
13.	PROJETO EXECUTIVO	Erro! Indicador não definido.
14.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
15.	VISTORIA	Erro! Indicador não definido.
16.	SUBCONTRATAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO ... **Erro! Indicador não definido.**
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS..... **Erro! Indicador não definido.**
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS **Erro! Indicador não definido.**
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO **Erro! Indicador não definido.**
21. DA SUSTENTABILIDADE **Erro! Indicador não definido.**
- 21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade . **Erro! Indicador não definido.**
- 21.2. Da Especificação Técnica **Erro! Indicador não definido.**
- 21.3. Da Minimização do Impacto **Erro! Indicador não definido.**
- 21.4. Licenciamento Ambiental **Erro! Indicador não definido.**
- 21.5. Dos Resíduos e Rejeitos **Erro! Indicador não definido.**
- 21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal..... **Erro! Indicador não definido.**
- 21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos **Erro! Indicador não definido.**
- 21.8. Da Acessibilidade **Erro! Indicador não definido.**

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (x) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

De acordo com Parecer nº 075/2010/DECOR/CGU/AGU, item 58, classifica a atividade como Serviço de Engenharia: “58. Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.” Portanto, entende-se que o objeto em tela se trata de Serviço de Engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (x) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

Quanto à característica comum do serviço de engenharia, cabe mencionar o Parecer nº 75/2010/DECOR/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Luisa Ferreira Lima, que define serviços comuns de engenharia no seguinte sentido: “(...) pode definir serviço comum de engenharia como aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

E ainda, de acordo com Acórdão 727/2009-Plenário: “ENUNCIADO O serviço de manutenção predial é considerado serviço comum de engenharia, devendo ser contratado mediante a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.”

Serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- (x) empreitada por preço unitário
- () empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

A escolha do regime de execução será de empreitada por preço unitário, uma vez que os quantitativos dos serviços a serem executados são meramente referenciais, podendo variar conforme a necessidade real da Administração ao longo da execução do contrato.

Esse regime é o mais adequado para a presente contratação, pois permite flexibilidade na execução dos serviços de manutenção predial, garantindo que os pagamentos sejam feitos de acordo com as medições efetivamente realizadas pelo fiscal do contrato.

Além disso, considerando a natureza dos serviços, que envolvem demandas variáveis e imprevisíveis, o regime de preço unitário possibilita melhor adaptação às necessidades da Administração, garantindo que o quantitativo final reflita a real execução dos serviços contratados. Essa escolha está alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, conforme preconizado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Não foi adotado nenhum dos regimes citados e não há Projeto Básico.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não foi adotado nenhum dos regimes citados e não há Projeto Básico.

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (x) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (x) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (x) ART, () RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

Haverá emissão de ART.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

Os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia.

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(x) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (x) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida.

(x) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

Foram feitos prints com data e horário seguindo os padrões requisitados e serão anexados ao processo.

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

Não houve.

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

Não há.

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(x) foi/foram juntadas a(s) (x) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(x) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(x) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(x) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (x) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(x) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Não foram previstos pagamentos proporcionais, pois o critério de medição e pagamento será por meio do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, e não por cronograma físico-financeiro.

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (x) INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (x) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas.

Diante disso, conseqüentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada.

Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passará por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias. Assim, a cada ano os valores serão reajustados e feitos por apostilamento.

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:'

Lucro: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica.

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (x) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Atendendo ao acórdão 2.622/2013 - Plenário do TCU, optamos por utilizar o quartil médio considerando não ser viável o parcelamento por licitação.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(x) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(x) foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

() FOI juntado aos autos

(x) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Não se aplica a elaboração de projeto executivo, visto que a contratação é de serviços de manutenção predial com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (x) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

É exigido o CREA por se tratar de serviço de engenharia e necessitar de registro ao órgão fiscalizador.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(x) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;
2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, conforme item 1 da tabela mencionado no item 1.1 do Termo de Referência;
3. Comprovação: sistema elétrico - operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com subestação e capacidade instalada mínima de 200kVA;
4. Comprovação de operação e manutenção de grupo gerador de energia elétrica automáticos, com capacidade unitária mínima de 200 KV;
5. Comprovação de serviços para Nobreak de no mínimo 100kVA;

6. Comprovação de manutenção e operação de instalações elétricas com a utilização de solução por meio de barramento blindado (bus-way), com capacidade igual ou superior a 200 A;
7. Comprovação de serviços de manutenção predial civil e operação de instalações em edificações prediais não residenciais com área construída igual ou superior a 25.489,50 m², que corresponde à 40% (quarenta por cento) da área total estimada dos imóveis a serem atendidos;
8. Comprovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e operação de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, total de capacidade não inferior a 125 kVA e no mínimo 1.000 pontos de rede ininterrupta, aterrados e estabilizados;
9. Comprovação de operação e manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;
10. Comprovação de operação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em edificações acima de 5 andares;
11. Comprovação de operação e manutenção do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, em edificações com área construída mínima de 20.000m²;
12. Comprovação de utilizando da metodologia BIM (Building Information Modeling), em conformidade com o Decreto nº 10.306/2020 e Decreto nº 11.888/2024.

Cabe ressaltar que os atestados acima trata-se de equipamentos/dispositivos existentes na edificação, e como critério, foram adotados os equipamentos de menor porte ou percentuais mínimos do total utilizado nas edificações. Tais atestados visam trazer mais qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestado de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (x) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será admitida para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(X) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

() SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Não será exigida.

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (x) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (x) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir ônus dos serviços decorrentes.

[Vide Nota Explicativa n. 15.](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (x) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:
 - a. Serviço de mão de obra fixa;

- b. Materiais.
- 2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
 - a. Serviços eventuais sob demanda; e
- 3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 7. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art.2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

[Vide Nota Explicativa n. 16.](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (x) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Essa exigência proporciona maior segurança à Contratante, pois é um indicativo de que a licitante tem uma reserva financeira que pode ser mobilizada em caso de imprevistos. Ao exigir esse percentual, o Contratante minimiza o risco de inadimplência ou problemas financeiros que

possam comprometer a execução do contrato, evitando possíveis atrasos, paralisações ou até mesmo a rescisão contratual.

[Vide Nota Explicativa n. 17.](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei n 14.133/21, conclui-se que, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

[Vide Nota Explicativa n. 18.](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia

Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

[Vide Nota Explicativa n. 19.](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (x) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá o prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após assinatura do contrato.

O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

[Vide Nota Explicativa n. 20.](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;


() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Este órgão definiu os critérios e práticas sustentáveis.

[Vide Nota Explicativa n. 21.](#)

Documento assinado digitalmente
 **VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA**
Data: 05/09/2025 15:01:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Assinado Eletronicamente)
VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA
Engenheiro Eletricista



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. A qualidade e a eficiência dos serviços prestados serão controladas por indicadores de desempenho, conforme especificado a seguir, os quais poderão ter impacto negativo no faturamento mensal da Contratada, caso as metas esperadas de desempenho não sejam atingidas.
2. Cada indicador de desempenho será calculado de forma isolada e implicará um percentual de redução de faturamento. O percentual de redução de faturamento final será a soma dos percentuais de redução de todos os indicadores de desempenho.
3. Todos os indicadores de desempenho terão uma faixa de tolerância aceitável e um limite máximo para fins de penalização.
 - a. Caso o indicador seja menor do que a faixa de tolerância, não ocorrerá redução de faturamento decorrente daquele indicador;
 - b. Caso o indicador fique acima da faixa de tolerância e abaixo do limite máximo para fins de penalização, ocorrerá redução de faturamento decorrente daquele indicador;
 - c. Caso o indicador fique acima do limite máximo para fins de penalização, ocorrerá redução de faturamento decorrente daquele indicador e a Contratada estará sujeita às sanções contratuais.
4. No início do contrato, para fins de adaptação da Contratada, o eventual impacto negativo no faturamento se dará na seguinte forma para os três primeiros meses de contrato:
 - a. Mês 1: não haverá redução de faturamento;
 - b. Mês 2: será descontado 25% do valor de redução calculado;
 - c. Mês 3: será descontado 50% do valor de redução calculado;
 - d. Mês 4 em diante: será descontado o valor de redução integral calculado.
5. O período de adaptação só existirá no primeiro ano do contrato. Em caso de prorrogação contratual, não será dado novo período de adaptação.
6. O período de adaptação diz respeito apenas à redução de faturamento da Contratada. Este período não impede a fiscalização de cobrar da Contratada a totalidade das disposições contratuais, podendo, inclusive, aplicar as sanções previstas em casos que assim justifiquem.
7. Os indicadores de desempenho e os seus métodos de cálculo são os descritos a seguir.

Índice de prestação de serviços rejeitados (I_1)

Indicador cujo objetivo aferir a qualidade da prestação do serviço, medindo o percentual de manutenções corretivas ou serviços que não foram aprovados pela fiscalização ou pelo demandante, seja pela sua não execução ou por execução de forma inadequada. Mecanismo de cálculo:

$$I_1 = \frac{\text{Manutenções corretivas ou serviços não aprovados}}{\text{Total de manutenções corretivas ou serviços executados no período}}$$

Índice (I_1)	Redução de faturamento
$I_1 \leq 1\%$	0%
$1\% < I_1 \leq 5\%$	1%
$5\% < I_1 \leq 10\%$	2%
$I_1 > 10\%$ (limite máximo para fins de penalização)	3%

Índice de atraso para início do atendimento das Ordens de Serviços (I_2)

Indicador cujo objetivo aferir a rapidez, ou não, com que os atendimentos são prestados, medindo o percentual de serviços que extrapolaram o prazo para início da execução. Mecanismo de cálculo:

$$I_2 = \frac{\text{Manutenções corretivas ou serviços com atraso para início}}{\text{Total de manutenções corretivas ou serviços executados no período}}$$

Índice (I_2)	Redução de faturamento (%)
$I_2 \leq 1\%$	0%
$1\% < I_2 \leq 5\%$	1%
$5\% < I_2 \leq 10\%$	2%
$I_2 > 10\%$ (limite máximo para fins de penalização)	3%

Índice de reprovação de conduta do profissional (I_3)

Indicador cujo objetivo é identificar possíveis desvios do(s) profissional(is) e medir o percentual de serviços em que o profissional não realiza a limpeza, organização do ambiente após o serviço; funcionário sem a devida identificação por meio de uniformes e/ou crachá e não utilização de EPI's.

$$I_3 = \frac{\text{Serviços prestados com reprovação de conduta no período}}{\text{Total de serviços prestados no período}}$$

Índice (I_3)	Redução de faturamento (%)
$I_3 \leq 1\%$	0%
$1\% < I_3 \leq 5\%$	1%
$5\% < I_3 \leq 10\%$	2%
$I_3 > 10\%$ (limite máximo para fins de penalização)	3%

Índice de manutenções preventivas não finalizadas no período estipulado (I₄)

Indicador cujo objetivo é o cumprimento de execução do plano de manutenção, medindo o percentual de manutenções preventivas não finalizadas dentro do período.

Mecanismo de cálculo:

$$I_4 = \frac{\text{Manutenções preventivas não finalizadas no período}}{\text{Total de manutenções preventivas que deveriam ser executadas no período}}$$

Índice (I ₄)	Redução de faturamento (%)
I ₄ ≤ 5%	0%
5% < I ₄ ≤ 10%	2%
> 10% (limite máximo para fins de penalização)	3%

Índice de satisfação do usuário (I₅)

Indicador cujo objetivo é medir o nível de satisfação do usuário, por meio de pesquisa encaminhada ao usuário final. Após a conclusão de cada demanda, o sistema enviará ao demandante uma mensagem solicitando que responda a pergunta: Voce ficou satisfeito com o serviço prestado? Perguntas com retorno de resposta “Sim” ou sem resposta no intervalo de 5 (cinco) dias úteis serão consideradas como satisfatórias.

Mecanismo de cálculo:

$$I_5 = \frac{\text{Demandas com resposta positiva}}{\text{Total de demandas no período}}$$

Índice (I ₅)	Redução de faturamento (%)
I ₅ > 90%	0%
80% < I ₅ ≤ 90%	1%
70% < I ₅ ≤ 80%	2%
I ₅ < 70% (limite máximo para fins de penalização)	3%



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaração de Vistoria

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT, que o responsável indicado pela empresa, cujos dados estão informados abaixo, vistoriou nesta data as dependências do MT situadas no Setor de Expansão dos Ministérios Norte, Edifício Anexo do Ministério da Infraestrutura, Esplanada dos Ministérios - Bloco "A e B"; Serviço de Manutenção Predial - (SEMAN) e a Coordenação de Infraestrutura - (COINF) - Térreo Ala Oeste - Brasília - DF, sala nº 04 onde tomou conhecimento dos locais, em geral, área externa e instalações, nos quais se desenvolverão os serviços e esclareceu todas as dúvidas, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto desta Licitação, tendo aceitado as condições existentes, dando ciência do estado de conservação em que se encontram e assumindo a execução das mesmas a partir do início da prestação dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente.

Responsável:

Documento de Identificação:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Brasília-DF / /

Assinatura do Representante - Órgão

Assinatura do Representante - Empresa

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS
COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos R\$		_____

Local e data

Assinatura e carimbo do Emissor

Observação: além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017, DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}^*} > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$